

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RITA DE CÁSSIA SIQUEIRA SOUZA

**RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA DIRETORIA
REGIONAL METROPOLITANA I – RJ**

JUIZ DE FORA
2015

RITA DE CÁSSIA SIQUEIRA SOUZA

**RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA DIRETORIA
REGIONAL METROPOLITANA I – RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Thelma Lúcia Pinto Polon

JUIZ DE FORA

2015

RITA DE CÁSSIA SIQUEIRA SOUZA

**RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA DIRETORIA
REGIONAL METROPOLITANA I – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Thelma Lúcia Pinto Polon

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Dedico esta dissertação à minha amada família: meu esposo e meus filhos, presentes preciosos que Deus me concedeu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu o dom da vida e a força de vontade para realizar o mestrado.

À Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro pela oportunidade ímpar.

Agradeço de todo coração, ao ser humano extraordinário, minha orientadora professora Dr^a Thelma Polon, por ter escolhido minha dissertação.

Agradeço às Asas: Luisa e Thamyres pelo carinho, paciência e dedicação.

A toda equipe pedagógica da METRO I, e a minha chefe Neide, por estar me auxiliando, incentivando e me liberando para o período presencial.

A minha equipe de coordenação pelo apoio: Enilda, Ivan, Fernanda e Ligiane.

Agradeço ao meu pai, por ter me incentivado desde pequena à leitura.

A minha mãe, que deixou sua casa no estado do Espírito Santo para cuidar da minha família, no período presencial.

A minha tia Ilce, pelo comprometimento em me educar.

A minha amiga Lilian Garrit por ter incentivado a fazer o mestrado.

Agradeço, ao meu amado esposo, José Francisco e aos meus filhos Luiz, Lucas e Brayam por aceitarem minhas ausências.

É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver.

Martin Luther

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute a implementação da Recuperação de Estudos nas Escolas Estaduais da Diretoria Regional Metropolitana I do Estado do Rio de Janeiro. Tal pesquisa justifica-se pela observação, em reuniões nas escolas estaduais da Diretoria Regional Metropolitana I (DRMI), em que se percebeu que os gestores, coordenadores pedagógicos e professores possuem dificuldades em compreender e realizar a Recuperação de Estudos, nos termos das orientações da SEEDUC-RJ. Os objetivos definidos para este estudo foram analisar os obstáculos encontrados na implementação da Recuperação de Estudos e contribuir para ampliar o conhecimento sobre esta recuperação. Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada é híbrida pois se buscou interpretar os dados quantitativos da pesquisa à luz da contribuição de autores que não seguem esta concepção em suas produções teóricas. Diante dos resultados encontrados no estudo: concluiu-se que nas unidades escolares da DRMI não há um alinhamento quanto às ações dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores na prática de recuperação de estudos. Frente a isso, o Plano de Ação Educacional (PAE) apresentado compreende ações para melhoria da política de recuperação de estudos que amplie o entendimento da política pelos diretores, coordenadores pedagógicos, professores das unidades escolares da referida regional.

Palavras-chave: Recuperação de Estudos; Aprendizagem; Gestão Escolar.

ABSTRACT

This work was developed under the Professional Master in Management and Education Assessment (PPGP) of the Center for Public Policy and Federal University of Education Evaluation of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The case management study discusses the implementation of the Recovery studies in state schools of the Metropolitan Regional Directorate I of the state of Rio de Janeiro. Such research is justified by the observation at meetings in state schools of the Metropolitan Regional Directorate I (ARMD), and it was noted that managers, coordinators and teachers have difficulties in understanding and carrying out the studies of recovery under the guidance of SEEDUC-RJ. The goals set for this study were to analyze the obstacles encountered in the implementation of recovery studies and contribute to increase knowledge of this recovery. Therefore, the research methodology used is hybrid because it sought to interpret the quantitative data from the survey in light of the contribution of authors who do not follow this view in its theoretical productions. Based on the results found in the study: it was concluded that at schools of ARMD there is no alignment as the actions of the directors, coordinators and teachers in practical studies of recovery. Faced with this, the displayed PAE includes actions to improve the studies of recovery policy to broaden the understanding of policy by directors, coordinators, teachers of school units that regional.

Keywords: Studies recovery; Learning; School Management.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAGE	Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
DRM	Diretoria Regional Metropolitana
DRM-I	Diretoria Regional Metropolitana - I (Baixada Fluminense)
EM	Ensino Médio
ID	Indicador de Desempenho
IDERJ	Índice de desenvolvimento da educação do Estado do Rio de Janeiro
IDERJINHO	Índice de qualidade escolar bimestral do Estado do Rio de Janeiro
IF	Indicador de Fluxo
IFC/RS	Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PAE	Plano de Ação Educacional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
RADM	Relatório de Desvio de Metas
SAERJ	Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro
SAERJINHO	Sistema de Avaliação bimestral da Educação do Estado do Rio de Janeiro.
SAPP	Subsecretaria Adjunta de Planejamento Pedagógico
SEEDUC-RJ	Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro
SUGEN	Subsecretaria de Gestão de Ensino
SUPAA	Superintendência de Avaliação e Acompanhamento
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Superintendência de Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro	15
Figura 2 - Organograma da Composição das Coordenadorias Regionais da SEEDUC – RJ.....	30
Figura 3 - Relatório de Análise de Desvio de Meta.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - IF das unidades escolares da DRMI – Ens. Fund. II – Ano 2013	33
Gráfico 2 - IF das unidades escolares da DRMI – Ens. Médio – Ano 2013	34
Gráfico 3 - IF das unidades escolares da DRMI – Ens. Fund. II – Ano 2014	35
Gráfico 4 - IF das unidades escolares da DRMI – Ens. Médio – Ano 2014	35
Gráfico 5 - Unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 1º bimestre 2014.....	38
Gráfico 6 - Unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 2º bimestre 2014	38
Gráfico 7 - Unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 3º bimestre 2014	39
Gráfico 8 - Grau de concordância dos diretores sobre as assertivas	52
Gráfico 9 - Grau de concordância dos coord. pedagógicos sobre as assertivas....	57
Gráfico 10 - Grau de concordância dos professores sobre as assertivas	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Assertivas do instrumento de pesquisa dos Diretores	51
Quadro 2 - Assertivas do instrumento de pesquisa Coordenadores Pedagógicos ..	55
Quadro 3 - Assertivas do instrumento de pesquisa Professores	60
Quadro 4 - Comparativo de Respostas e % de concordância.....	63
Quadro 5 - Síntese da Ação 1.....	76
Quadro 6 - Síntese da Ação 2.....	77
Quadro 7 - Síntese da Ação 3.....	79
Quadro 8 - Síntese da Ação 4.....	80
Quadro 9 - Síntese da Ação 5	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS PARALELA E SEU CONTEXTO	18
1.1 A recuperação de estudos no contexto nacional	Erro! Indicador não definido.
1.2 A rede estadual do Rio de Janeiro e a recuperação de estudos	Erro! Indicador não definido.
1.2.1 O Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro	25
1.3 A implementação da recuperação de estudos na Diretoria Regional Metropolitana I.....	29
1.3.1 A criação e função das Diretorias Regionais Metropolitanas (DRM).....	29
1.3.2 Análise do Índice de Fluxo das escolas da DRMI.....	33
1.3.3 Análise dos Gráficos de Recuperação de Estudos na DRMI.....	37
1.4 Ações da regional para a implementação da recuperação de estudos.....	39
2 ANÁLISE DESCRITIVAS DOS PRINCIPAIS ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NA DRMI.....	42
2.1 Referencial teórico	Erro! Indicador não definido.
2.2 Trajetória metodológica.....	48
2.3 Análise dos questionários.....	Erro! Indicador não definido.
2.4 Análise comparativa das respostas	63
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - PROPOSTA PARA A MELHORIA DA IMPLANTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NAS ESCOLAS DA DRMI	74
3.1 Ação 1 - Criação de blog.....	74
3.2 Ação 2- Criação de seminário sobre recuperação de estudos	76
3.3 Ação 3 - Projeto de intensificação de participação de pais na escola	77
3.4 Ação 4- Encontro pedagógico com foco na recuperação de estudos.....	79
3.5 Ação 5 - Plano de monitoria de estudos para alunos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXOS	89
APÊNDICES	108

INTRODUÇÃO

Novas políticas têm sido implantadas para melhoria da qualidade da educação brasileira. Essas políticas públicas educacionais têm sido uma busca dos governos federal, estaduais e municipais por amenizar as grandes dificuldades em garantir uma educação universal e de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

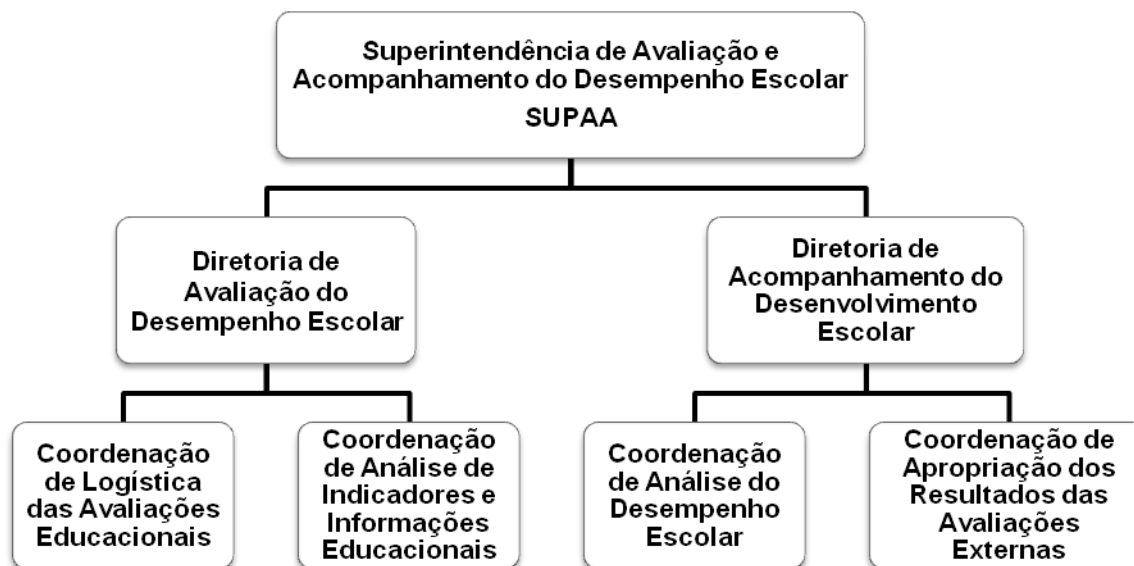
Dentre as preocupações está a Recuperação de Estudos, objeto deste estudo, que é uma das políticas públicas que tem como propósito reduzir as dificuldades da aprendizagem e evitar o aumento da defasagem idade/série, já bastante acentuada em nosso país, contribuindo, assim, para o avanço na melhoria da qualidade educacional e na atuação preventiva em relação ao fracasso escolar.

Com foco na melhoria da qualidade educacional, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os entraves encontrados na implementação da política de Recuperação de Estudos nas Escolas Estaduais do Rio de Janeiro localizadas na Regional Metropolitana I. A Portaria E/SAPP nº 48 de 2004 trata sobre a concepção de avaliação que fundamenta o sistema de avaliação da aprendizagem da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Nesta portaria, o processo de recuperação de estudos ficou conhecido como Paralela. Contudo, na Portaria nº 419 de 2013 (RIO DE JANEIRO, 2013c), sua denominação se tornou Recuperação de Estudos.

A questão em estudo surgiu, após uma reunião pedagógica ocorrida na DRMI, em que a coordenadora de avaliação repassou para os representantes das escolas os informes da Portaria SEEDUC/SUGEN nº316/2012, que trata da avaliação do desempenho escolar. Nessa reunião, houve a constatação da dificuldade apresentada pela dúvida dos diretores e coordenadores pedagógicos em entender e repassar para os professores como realizar a Recuperação de Estudos.

A averiguação desta questão sobre a Recuperação de Estudos foi realizada pela coordenadora de Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Escolar da DRMI. A Coordenação de Avaliação e Acompanhamento está relacionada à Superintendência de Avaliação e Acompanhamento – SUPAA. Esta superintendência pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1: Organograma da Superintendência de Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Resolução SEEDUC nº 5160 de 28 de novembro de 2014b.

A SUPAA gerencia as avaliações externas, como SAERJ, SAERJINHO, ANEB, ANRESC, ANA e PISA, como também, é responsável pela Portaria de Avaliação da SEEDUC-RJ e, em consequência, do acompanhamento da Recuperação de Estudos.

A Coordenação de Avaliação e Acompanhamento de cada regional deve acompanhar todo o processo de implantação das Portarias de avaliação, realizando reuniões bimestrais e sanando dúvidas referentes à sua utilização para minimizar as dificuldades surgidas no processo.

Esta política faz-se necessária, tendo em vista os desafios encontrados em fazer cumprir a LDB nº 9394/1996, a qual estabelece a obrigatoriedade de estudos de recuperação em seu artigo 24, que propõe:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (BRASIL, 1996, s/p).

A escolha dessa regional como foco de estudo se justifica por ser uma regional de particular interesse, pois é onde atuo profissionalmente, como Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento, realizando a logística e apropriação de resultados das avaliações externas e do desempenho escolar nas unidades escolares da DRMI, e tenho como função também analisar a operacionalização da Recuperação de Estudos, nas escolas, sendo primordial para entender sua estrutura e funcionamento. Por ser esta a minha função, decidi utilizar-me desses dados de acompanhamento a fim de sistematizar e discutir mais conceitualmente a efetividade dessa política, de forma a contribuir para a sua avaliação e aprimoramento.

Para elaboração deste trabalho definiu-se como objetivos específicos, portanto:

I) Descrever a política de Recuperação de Estudos na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e sua implementação na Regional Metropolitana I;

II) Analisar o processo de implementação nas escolas a partir das percepções dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores, tendo em vista o referencial teórico adotado; e, por fim;

III) Elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) tendo a partir dos resultados observados na pesquisa, visando ao seu aprimoramento.

A metodologia de pesquisa busca a complementariedade entre as abordagens quantitativa e qualitativa, uma vez que, foram aplicados questionários para os sujeitos de pesquisa, complementadas por análises qualitativas fundamentadas em autores de orientação não qualitativa. Os questionários foram aplicados a 104 diretores, 97 coordenadores pedagógicos e 200 professores da Rede Estadual das escolas da Metropolitana I, uma vez que, esses sujeitos estão diretamente envolvidos com a implementação e realização da Recuperação de Estudos no contexto escolar.

Para descrever como a Recuperação de Estudos ocorre, na Diretoria Regional Metropolitana I, foram descritas as orientações oficiais e as portarias publicadas pela SEEDUC-RJ no Diário Oficial, as quais também estão disponibilizadas no site da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro¹, e as orientações disponibilizadas por Circular Interna, via e-mail. Também foi descrito

¹Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc>>. Acesso em: 14 out. 2014.

como são utilizados os resultados de fluxo oriundos do desempenho da avaliação interna escolar. Nossa intenção foi compreender como as 105 unidades escolares que pertencem a DRMI colocam em prática a Recuperação de Estudos.

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa foi de 2012 a 2014, período em que surgem as coordenações pedagógicas das regionais, onde atuo como Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento desde o ano de 2011.

Entende-se, neste estudo, que a Recuperação de Estudos é parte importante para que a aprendizagem seja garantida como um direito do aluno.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresenta-se a descrição das legislações no âmbito nacional, refazendo um histórico do contexto da Recuperação de Estudos nas leis federais. Relata-se como a Recuperação de Estudos vem se apresentando nas legislações educacionais no Rio de Janeiro, na qual o Estado se adéqua às exigências da LDB nº 9394/96. Apresento, também, o Plano estratégico da SEEDUC - RJ, que contempla as inovações como a criação do Indicador de Fluxo (IF), o qual influencia a Recuperação de Estudos. Ainda, se observa no capítulo 1, as análises do Indicador de Fluxo e da Recuperação de Estudos da DRMI.

No capítulo 2, será apresentada a análise dos dados, tendo em vista o referencial teórico que subsidia este estudo. Para tanto, os seguintes autores foram escolhidos: Sacristán (2000), Melchior (1998), Brito e Costa (2010), Machado e Miranda (2012), Rocha, Soares e Sanábio (2014), Libâneo (2001/2013), Brito e Costa (2010), Burgos e Canegal (2011), Rezende e Candian (2013), Domingues (2014) e Weisz (2010).

No capítulo 3, apresenta-se o Plano de Ação Educacional, cuja proposta é buscar caminhos para os entraves encontrados na implementação da Recuperação de Estudos na DRMI. As ações que compõem o PAE consistem na elaboração de um projeto de intensificação de participação de pais e responsáveis na escola, a criação de um blog para os professores da DRMI com atividades de Recuperação de Estudos e que contemple o currículo mínimo, a elaboração de um plano de estudos à distância para alunos e a elaboração de encontros pedagógicos nas unidades escolares para debater a questão da Recuperação de Estudos.

1 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS PARALELA E SEU CONTEXTO

Neste capítulo, serão abordadas as legislações nacionais que dão embasamento para a implementação da recuperação de forma paralela. Será contextualizada, também, a Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no que se refere às Portarias de avaliação que retratam a Recuperação de Estudos, objeto de nosso estudo. Por fim, o ponto do plano estratégico da atual, Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, anunciado em 7 de janeiro de 2011, que insere nessas mudanças, as portarias de avaliações, que estão em consonância com a Recuperação de Estudos.

Almejando uma educação que integre a cidadania, a ascensão profissional, a inserção dos indivíduos críticos e conscientes, atrelados à qualidade de ensino da educação pública, visando também à recuperação da aprendizagem e da motivação em relação àqueles que apresentam dificuldades em seu processo educacional, é de suma relevância compreender como as legislações são de fato implementadas nas unidades escolares. Pois, sociedade e escola devem convergir para o objetivo comum de melhorar a qualidade do ensino nessas unidades, bem como, o de viabilizar formas de apropriação dos conteúdos educacionais para os que se mostram com dificuldades de acompanhar esses conteúdos pelos métodos pedagógicos tradicionais. Para atender a necessidades como essas foram instituídas legislações específicas sobre o conceito de recuperação, introduzindo um novo conceito, ao qual se chamou de paralela.

Na próxima seção, será apresentada a recuperação de estudos de forma paralela em seu contexto nacional.

1.1 A recuperação de estudos no contexto nacional

Assegurada pela Constituição Federal de 1988, a aprendizagem deve ser entendida como fator principal da educação a formar um indivíduo e garantir sua cidadania plena e qualificação para o trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s.p.).

A Recuperação de Estudos deve ser ofertada ao aluno como condição de cidadania, para que, de forma justa e igualitária venha proporcionar ao educando o seu desenvolvimento cognitivo, permitindo a sua integração na sociedade, através da educação, e seu crescimento pessoal. Assim, a escola deve assegurar a aprendizagem para diminuir a segregação social.

A ideia de Recuperação de Estudos é uma concepção educativa que vem sendo discutida desde os anos 1970, pela Lei nº 5692, que fixou Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, dentre outras Providências.

A Lei nº 5692 /71, em seu artigo 11, § 1º, faz menção à recuperação com a seguinte redação:

Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas, com duração semestral, bem como desenvolver programas e aperfeiçoamentos de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva (BRASIL, 1971, s.p).

Mais adiante, na mesma lei, é estabelecido no seu artigo 14 que: “o aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento” (BRASIL, 1971,s.p).

Em 1972, o Conselho Federal de Educação emite o Parecer CFE nº 1.068/72, que afirmava que os estudos de recuperação, previstos na Lei nº 5.692/71, deveriam se realizar entre os períodos letivos regulares (Art. 11, parágrafo 1º, e Art.14, parágrafo 2º) ou através de classes de apoio, ou em forma de acompanhamento concomitante ao processo ensino-aprendizagem.

No ano seguinte, o Parecer CFE nº 2194/73, faz a seguinte afirmação:

Os estabelecimentos de ensino devem

- 1 - caracterizar com nitidez a insuficiência no aproveitamento dos alunos, não só para efeito de recuperação, mas também para o processo regular da aprendizagem;
- 2- Deviam atribuir a devida importância à recuperação realizada;
- 3- A recuperação devia ser trabalhada de modo individualizado no acompanhamento dos estudos;
- 4 -Devem ser levados em conta os diferentes graus e níveis escolares, pois cada um deles tem características especiais;

5- Em caso de período especial destinado à recuperação, deviam ser estabelecidos limites máximo e o mínimo de tempo para que ele ocorra. (MAZZANTI, 2008, p.50, grifo nosso).

Cinco anos depois, no Parecer CFE nº 2164 de 6 de julho de 1978, conforme Yacovenko (2011, p.40) "são discutidos os conceitos de aprendizagem, avaliação e recuperação. A relatora enfatiza que ainda há dificuldades da escola para o desenvolvimento de um bom trabalho na recuperação escolar."

No ano de 1996, com a aprovação de uma nova LDB, a incumbência de fornecer condições para a recuperação dos alunos com baixo rendimento é enfatizada.

Em 20 de dezembro de 1996 é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, Lei Federal nº9394/96, cujas mudanças marcaram significativamente todo o sistema de ensino de nosso país. Na nova lei a temática de recuperação ganha um novo olhar que já vinha sendo, progressivamente, amadurecido. Portanto agora o assunto volta com tudo e, assim como a avaliação, torna-se alicerce para consolidação dos caminhos que deviam seguir a educação. (MAZZANTI, 2008, p.56).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, no inciso V do artigo 24, se observa que a verificação da aprendizagem e seu rendimento deverão considerar os seguintes critérios:

(...) V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; [...] e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, s.p.).

Conforme previsto pela LDB nº 9394/96, a recuperação de estudos visa a oferecer aos alunos que não obtiveram escores mínimos no padrão de avaliação, uma nova oportunidade de aprendizagem para melhoria do seu desenvolvimento escolar, através da recuperação de estudos.

A Recuperação de Estudos tem por finalidade oportunizar a aprendizagem desse aluno por meio de um trabalho pedagógico realizado diariamente na sala de aula. Tal ação, objetiva melhorar a aprendizagem desse estudante com atenção voltada para as particularidades das dificuldades que ele apresenta, necessitando de um trabalho mais elaborado, sendo esse paralelo às aulas regulares.

Cabe ressaltar que a LDB nº 9394/96, trará a recomendação que a recuperação de estudos se dê preferencialmente de forma paralela as recuperações finais.

O Parecer nº 12/97 do Conselho Nacional de Educação (CNE) esclarece que, há a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos, que deverão ser ofertados a partir das propostas pedagógicas de cada instituição de ensino. Para haver o cumprimento correto da legislação deverá a instituição escolar reavaliar o aluno.

É indispensável que os envolvidos sejam alvos de **reavaliação**, também paralela, a ser prevista nessas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela haverá de decorrer a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo (BRASIL, 1997, s.p, grifo nosso).

O CNE salienta, através do Parecer nº 12/97, que não é vedada às escolas a oferta da recuperação ao final do ano letivo, se estiver previsto em seu regimento. O Parecer determina que, o tempo destinado aos estudos de recuperação “não poderá ser computado no mínimo das oitocentas horas anuais que a lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados.” (BRASIL, 1997, s.p).

A Resolução nº 4, publicada pelo Conselho Nacional de Educação, em 13 de julho de 2010, define que a “oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado à recuperação contínua e concomitante de aprendizagem, de estudantes com déficit de rendimento escolar, precisa ser previsto no regimento escolar” (BRASIL, 2010, s.p).

Já a Resolução nº 7, publicada pelo mesmo órgão, em 14 de dezembro de 2010, estabelece que a instituição escolar deva “prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96”, que foi instituída com o objetivo de detalhar a Recuperação de Estudos, demonstrando haver por parte do governo federal uma preocupação na orientação e regulamentação das propostas de recuperação de estudo.

Na próxima seção, abordaremos as diferentes legislações pertinentes à avaliação que trata sobre a Recuperação de Estudos implantada nas unidades escolares da Rede Estadual do Rio de Janeiro.

1.2 A rede estadual do Rio de Janeiro e a recuperação de estudos

Em atendimento à LDB nº 9394/96, e objetivando a melhoria do ensino no Estado do Rio de Janeiro, a SEEDUC busca exercer ações de planejamento para alcance de melhores resultados.

A Secretaria de Estado de Educação desempenha um papel relevante no cumprimento das políticas educacionais do Governo Federal, regido pela norma maior da educação brasileira – a lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cabe à Secretaria executar a política estadual de Educação, buscando elevar o patamar de cultura da sociedade e fazendo uma escola pública democrática e de qualidade (RIO DE JANEIRO, 2014a, s.p.).

No estado do Rio de Janeiro, a Recuperação de Estudos surge, pela primeira vez, através da Portaria da Subsecretaria Adjunta de Planejamento Pedagógico (SAPP)² nº 048/04 de 2 de dezembro de 2004, que expõe sobre os estudos de recuperação, como mostrado a seguir.

Art. 5º – Os estudos de recuperação da aprendizagem desenvolvidos de forma paralela poderão ser realizados utilizando-se as seguintes estratégias, de acordo com a disponibilidade da Unidade Escolar:
I - atividades diversificadas oferecidas durante a aula;
II - atividades em horário complementar na própria escola;
III - plano de trabalho organizado pelo professor para estudo independente por parte do aluno (RIO DE JANEIRO, 2004, s.p.).

As principais explicações sobre a Portaria SAPP nº 048/04 foram disseminadas através de um livreto denominado Avaliação da Aprendizagem - Orientações para a Implementação da Portaria SAPP nº 048/04 distribuído para cada escola da Rede Estadual do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, o governo publica a Lei nº 4528, de 28 de Março de 2005, estabelecendo as diretrizes para a organização do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o artigo 19 da referida Lei:

A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
I - no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar por ano, assim entendidos como os diferentes momentos do processo educacional que se caracterizam pelas atividades escolares e extra escolares, pelas avaliações, pela Recuperação de Estudos e todos aqueles diretamente relacionados

² Portaria do ano de 2004, criada pela Subsecretaria Adjunta de Planejamento Pedagógico (SAPP) que trata da avaliação de aprendizagem das escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro.

com o educando, bem como toda e qualquer ação incluída no projeto político pedagógico da escola com participação obrigatória dos discentes, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (RIO DE JANEIRO, 2005, s.p).

Evidencia-se, nesta Lei, a necessidade da Recuperação de Estudos ocorrer dentro dos duzentos dias letivos.

Posteriormente, a Portaria SEEDUC/SUGEN nº 174, de 26 de agosto de 2011 reformula as diretrizes da Lei nº 4528/05. Nela observa-se a seguinte perspectiva sobre Recuperação de Estudos.

Art. 5º- Os estudos de Recuperação de Estudos são de obrigatório oferecimento sempre que o aluno apresentar dificuldades no processo de aprendizagem, durante cada bimestre, e aplicada nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, no ensino normal e na educação profissional, sendo registrada pelo professor no diário de classe ou outro instrumento indicado pela SEEDUC. (...) § 2º - No processo de Recuperação de Estudos da aprendizagem, a cada instrumento de avaliação utilizado, o aluno será reavaliado e, somente quando constatado seu progresso, deverá ocorrer a respectiva mudança do resultado (RIO DE JANEIRO, 2011, s.p).

Nessa portaria, há um maior esclarecimento quanto à estruturação objetiva da Recuperação de Estudos, em relação a Lei de 2005, pelo fato de oferecer um detalhamento de como será efetivada essa modalidade de recuperação. Em suma, a Portaria, explicita a obrigatoriedade da Recuperação de Estudos sempre que o aluno apresentar dificuldade de aprendizagem, durante cada bimestre, aplicada nos anos finais de cada segmento da educação básica, bem como, a necessidade de registro formal. Esse detalhamento não foi percebido, na Lei de 2005, que apenas incluía a Recuperação de Estudos no rol de outras orientações para a educação básica, a serem desenvolvidas dentro do período mínimo de 200 dias.

Dois anos mais tarde, a Portaria nº 419 SEEDUC/SUGEN/2013 (RIO DE JANEIRO, 2013c), em seu artigo 41, define que a recuperação deverá ser incluída em atas do conselho de classe, com as ações que identifiquem os discentes participantes do processo e seus resultados.

Art. 41 - O Conselho de Classe é presidido pelo coordenador pedagógico e, na sua ausência, pelo diretor da unidade escolar, e secretariado por um dos membros da Equipe Técnico-Pedagógica, que lavrará a Ata em instrumento próprio.

Parágrafo Único – Na Ata deverão constar, minimamente, os seguintes aspectos:

[...] II. Identificação das ações de Recuperação de Estudos, com identificação inequívoca dos discentes que participaram do processo e seus resultados [...](RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p).

Observa-se que, houve, por parte da SEEDUC-RJ, determinações específicas sobre o uso da Recuperação de Estudos para padronizar as informações nas escolas do Estado com o intuito de que tivessem conhecimento total e equivalente para lidar com o problema da recuperação.

Por se tratar de uma rede pública de ensino, compete à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro normatizar e padronizar os procedimentos avaliativos que orientarão os professores na elaboração dos instrumentos que serão utilizados no processo de avaliação dos discentes, seja em sua concepção filosófica, seja em sua operacionalização. E para que esse processo se torne efetivo e a avaliação cumpra seus objetivos, é importante que todos os atores envolvidos conheçam profundamente os instrumentos legais que normatizam o processo de avaliação e neles se guiem para elaborar as estratégias que auxiliarão os alunos no desenvolvimento das habilidades mínimas necessárias que garantam seu percurso formativo (RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p).

A Portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 (RIO DE JANEIRO, 2013c), que é uma revisão das Portarias SAPP Nº048/04 (RIO DE JANEIRO, 2004), SEEDUC/SUGEN Nº174/2011(RIO DE JANEIRO, 2011), SEEDUC/SUGEN Nº316/2012 (RIO DE JANEIRO, 2012) e SEEDUC/SUGEN Nº 336/2013 (RIO DE JANEIRO, 2013b) da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, assegura ao alunado a recuperação de estudos como direito.

A Recuperação de Estudos ocorre no próprio bimestre e é ofertada aos alunos que obtiveram rendimento inferior a 50% das avaliações internas.

Art. 10 - A recuperação de estudos é direito de todos os discentes que apresentem baixo rendimento, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Parágrafo Único - Considera-se **baixo rendimento**, para fins de atendimento ao estabelecido no caput deste artigo, quando o **aproveitamento do discente, em cada instrumento de avaliação aplicado, for inferior a 50%** (cinquenta por cento) da nota estabelecida (RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p., grifo nosso).

Art. 12 - A recuperação de estudos deve ocorrer de forma paralela, oferecida obrigatoriamente ao longo de todo o período letivo, constituindo processo pedagógico específico, de natureza contínua, **ocorrendo dentro do próprio bimestre** e agregando, sempre que se fizer necessário, novos instrumentos de avaliação com vistas a que se alcancem os objetivos propostos. (RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p., grifo nosso).

Ainda, de acordo com a Portaria nº 419/2013, o professor precisa inserir os dados no sistema eletrônico da SEEDUC-RJ, o Conexão Educação. Nesse sistema, o docente inclui a nota do aluno e toda vez que for necessário, pode modificar a nota apresentada pela realização da Recuperação de Estudos, de acordo com o Art. 14, a seguir reproduzido:

Art. 14 - Os resultados dos processos de recuperação de estudos substituem os alcançados nas avaliações efetuadas durante o bimestre, caso o discente atinja resultado superior ao alcançado a cada instrumento de avaliação aplicado, sendo obrigatória sua anotação no Diário de Classe, Ficha Individual, Sistema Eletrônico de Registro Escolar adotado pela SEEDUC/RJ e Histórico Escolar (RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p).

A maior reformulação que a Portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 proporcionou, foi o fato de o professor poder inserir a nota da Recuperação de Estudos no sistema eletrônico da SEEDUC-RJ, que faz parte de uma das ações do Plano estratégico da secretaria, que foi implantado em 2010, e será apresentado na seção seguinte. Esse plano foi elaborado, após a divulgação do ranking do IDEB em 2009, no qual, o ensino médio do estado do Rio de Janeiro ficou em penúltimo lugar. Isso mostrou uma necessidade de empreender variadas frentes para a melhoria das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas, uma atenção à Recuperação de Estudos.

Após a apresentação das legislações referentes à Recuperação de Estudos, no Rio de Janeiro, é possível afirmar que, há um maior interesse por parte do governo estadual quanto à explicação e detalhamento da Recuperação de Estudos. Isso é perceptível através de novas legislações publicadas pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em que se observa uma condução na forma de oportunizar a aprendizagem do aluno e reduzir a reprovação.

1.2.1 O Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Em 2011, o secretário de Estado de Educação, a época, divulgou o Programa de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Este programa trouxe mudanças estruturais para o ensino e o dia a dia em sala de aula como: a construção de novas escolas; a melhoria na infraestrutura das unidades escolares já existentes; um currículo mínimo para cada disciplina; o processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras que auxiliam a Gestão e a parte

Técnica da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Tais mudanças tinham por objetivo elevar a SEEDUC-RJ ao patamar de referencial de bons resultados no cenário nacional, posicionando o Rio de Janeiro entre os cinco primeiros estados brasileiros no *ranking* do IDEB, até 2013, na modalidade do Ensino Médio. O objetivo do Plano Estratégico foi alcançado, pois a “Educação do Estado do Rio de Janeiro saltou da 26ª colocação no IDEB, em 2009/2010, para a 3ª melhor nota de todo país, em 2013/2014”. (RIO DE JANEIRO, 2014a, s.p).

Como parte da estratégia, que visava à conquista de melhores resultados, foi criado o IDERJINHO, uma espécie de IDERJ bimestral. Apenas para conceituar, o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro (IDERJ) é produto de dois indicadores: Indicador de Desempenho (ID) e Indicador de Fluxo (IF). Muito similar ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDERJ exprime as realidades das unidades escolares: o fluxo e o desempenho, em um número de 0 a 10. Enquanto o IDERJ, é aplicado anualmente, o IDERJINHO aplica a mesma metodologia bimestralmente. O Indicador de Fluxo (IF) é o índice gerado pela análise das notas, que evidencia a situação de cada aluno em cada bimestre. Com base nesse indicador, o sistema faz uma simulação para identificar percentuais de aprovação, reprovação ou abandono, orientando a adoção de estratégias para os problemas identificados.

Quando a escola identifica a existência de alunos propensos ao abandono, o programa recomenda a criação dos “visitadores escolares”, um grupo formado por funcionários, professores e diretores que vai até a casa do estudante, se necessário, para descobrir a razão das faltas. Orientados pela Coordenação de Infrequência Escolar da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), esses voluntários têm a missão de não só combater a evasão, mas também ajudar a solucionar e comunicar às autoridades competentes os problemas que comprometem a educação e o futuro de crianças e adolescentes que estudam nas Escolas do Estado. (RIO DE JANEIRO, 2011).

O Indicador de Desempenho (ID) é o índice gerado de acordo com o desempenho de cada estudante, em avaliação diagnóstica, em larga escala, que é realizada pelo Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), aplicado anualmente; e pelo SAERJINHO aplicado ao final de cada bimestre.

Com o uso dessas ferramentas, são definidas, no IDERJINHO, metas de desempenho para cada unidade escolar, que são acompanhadas pelos Agentes de

Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGEs³). Com base nas metas do IDERJINHO realiza-se o acompanhamento dos resultados bimestralmente.

Ainda no âmbito do plano estratégico para a Educação, foi elaborada a Gestão Integrada da Escola (GIDE).

A GIDE é uma ferramenta de gerenciamento baseada no método PDCA (Planejar, Desenvolver, Checar, Agir). Dessa forma, cada uma dessas etapas deve ser executada pelas escolas. A primeira etapa desse processo é planejar, que é de especial interesse dentro do contexto da Recuperação de Estudos, nosso objeto de estudo.

A etapa do planejamento é constituída por quatro fases, a saber: marco referencial, diagnóstico, metas e plano de ação, sendo que cada uma dessas fases se desdobram em outras. O marco referencial é o momento em que situação atual da escola é pensada e são definidas as diretrizes, e delineado o caminho a ser seguido. O diagnóstico define os objetivos e metas, e planeja com base em fatos e dados provenientes do IFC/RS, (Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social), e resultados anteriores, bem como a análise de fatores externos (oportunidades e ameaças) e fatores internos (forças e fraquezas). As metas devem ser estabelecidas para as avaliações internas, externas e resultados do IFC/RS.

Por fim, o plano de ação leva em consideração todo o diagnóstico produzido pelas etapas anteriores e culmina com o Relatório de Desvio de Meta (RADM). Ao analisar os resultados bimestrais da escola, deve-se verificar se as metas foram parcialmente atingidas ou não. Caso as metas não tenham sido alcançadas, apresenta-se o RADM que deverá buscar construir ações corretivas. Como explica Murici e Godoy (2009, p. 134):

Para aprofundamento do estudo das disciplinas críticas e das causas dos desvios, orienta-se aplicar o relatório de análise de desvios de meta, objetivando encontrar as suas causas e, na sequência por contramedidas para reverter os resultados indesejáveis, tendo como referência a meta estabelecida. O relatório de análise de desvios de meta deve conter uma descrição sucinta do desvio observado, as causas do desvio (aplicando diagrama de causa e efeito) e finalmente o plano de ação (MURICI; GODOY, 2009, p.134).

³Os AAGEs são professores capacitados para o acompanhamento das unidades escolares no que tange a sua Gestão para planejar e desenvolver ações corretivas quando necessário.

O RADM é construído em uma reunião em que a comunidade escolar se reúne com a finalidade de diagnosticar o porquê do não alcance das metas, e de elaborar ações para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos. E é exatamente nesse ponto que se faz imprescindível o uso da Recuperação de Estudos. Ou seja, partindo do índice que foi verificado como estando abaixo da meta estipulada, pode-se pormenorizar cada caso dos estudantes com déficits, e, a partir daí, criar métodos de acompanhamento e avaliação constantes de Recuperação de Estudos no decorrer de todo período bimestral.

Desse modo, observa-se como o IF e o RADM são instrumentos relevantes no âmbito da Recuperação de Estudos.

Outra ação estratégica que a SEEDUC-RJ implementou, no 2º semestre do ano de 2013, e que o Estado do Rio de Janeiro vem fazendo para cumprir com o estabelecido pela LDB nº 9394/96, através da Portaria SUGEN/SEEDUC nº 419/2013, é o acompanhamento dos Conselhos de Classe⁴, em que um representante da regional, acompanha o conselho de unidades escolares. No que diz respeito à recuperação de estudos, é solicitado o preenchimento das seguintes questões:

As reuniões envolveram discussões dos aspectos da Portaria SUGEN/SEEDUC nº 419/2013 abaixo (permitido assinalar mais de uma opção):

☐ Aplicação dos três instrumentos de avaliação, entre eles o Saerjinho (art.4)

☐ Necessidade da aplicação da recuperação de estudos (art. 10)

☐ Tratamento dos casos de progressão parcial (art.17)

☐ Tratamento dos casos passíveis de reclassificação (Art. 30 e Art. 33, §2º e §3º)

☐ Não foram discutidos quaisquer desses aspectos

Em relação à recuperação de estudos, os professores realizaram a aplicação;

☐ na sua totalidade por entenderem o que rege a Portaria 419/2013;

☐ na sua maioria, apesar de ainda haver alguns casos em que ela teria sido necessária e não foi aplicada;

☐ na sua minoria, uma vez que houve muitos casos de não aplicação apesar da necessidade;

☐ os professores das turmas observadas não realizam a aplicação da recuperação de estudos (RIO DE JANEIRO, 2013c, s.p.).

⁴Conselhos de Classe: É uma atividade avaliativa constituída a partir das vivências em sala de aula. Envolve todos os participantes do processo ensino-aprendizagem e tem como pontos principais: a troca de experiências, a reflexão sobre a aprendizagem dos alunos a análise das prática desenvolvidas e os resultados das estratégias de ensino. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5936>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

O preenchimento dos itens tem como objetivo fornecer apoio à equipe diretiva da escola, para discutir as estratégias de ensino e utilização da Recuperação de Estudos.

Na próxima seção, expõe-se como se deu a implementação da Recuperação de Estudos nas escolas da Diretoria Regional Metropolitana I.

1.3 A implementação da recuperação de estudos na Diretoria Regional Metropolitana I

Nesta seção, apresenta-se a Diretoria Regional Metropolitana I e seus resultados referentes aos fluxos das escolas que a compõem. Em seguida, apresenta-se uma análise dos gráficos de Recuperação de Estudos na DRMI e, após, descreve-se as ações da regional DRMI para a implementação da Recuperação de Estudos.

Com o objetivo de tornar mais clara a descrição do funcionamento de uma Diretoria Regional, optou por exemplificar, concretamente, as ações reais da Diretoria Regional Metropolitana I, por compreender que nela encontram-se todos os elementos que se enquadram na finalidade do tema que será abordado nessa seção. Incluir-se-á, também, o trabalho realizado pelos diretores escolares, coordenadores pedagógicos e professores dessa referida diretoria.

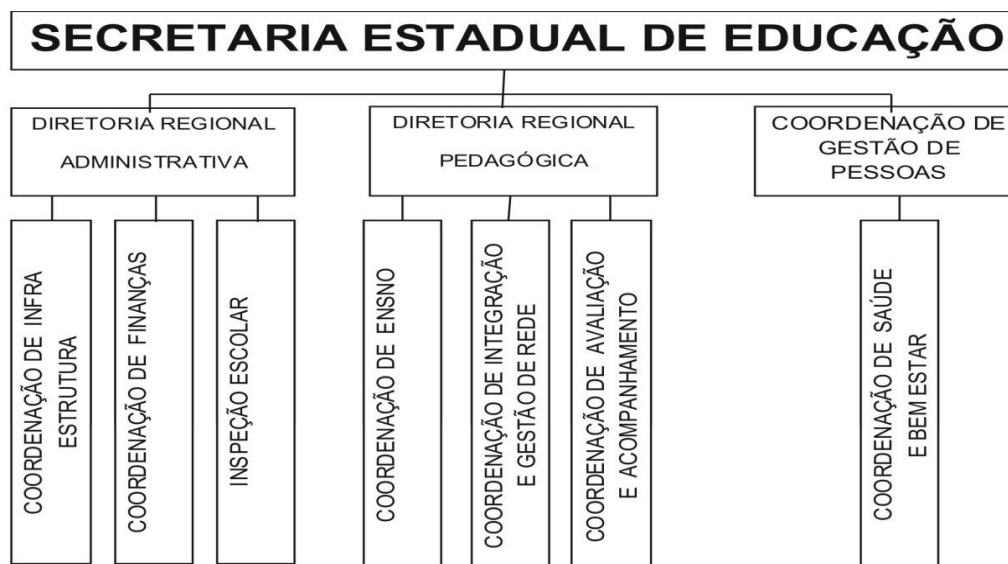
1.3.1 A criação e função das Diretorias Regionais Metropolitanas (DRM)

É responsabilidade das DRM - Diretorias Regionais Metropolitanas - e da equipe escolar assegurar a implementação das ações educativas oriundas da sede, motivar a comunidade escolar, envolver os professores, elaborar e valorizar práticas pedagógicas que beneficiem a escola em que atua, além de contribuir para um ambiente de ensino propício ao desenvolvimento dos conhecimentos. Tais Diretorias Regionais foram criadas pelo Governo de Estado através do decreto nº 42.838 de 4 de fevereiro de 2011. Ao todo são sete as DRM, sendo que a DRMI tem em sua abrangência nos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados.

Em 2014, a DRMI contava com 79.863 alunos, 6.088 professores e 105 escolas. Para realização deste trabalho foram selecionadas 83 escolas que possuem ensino médio, as quais serão o foco desta pesquisa.

Na Figura 2 ilustramos como é a composição das Coordenadorias regionais da SEEDUC-RJ.

Figura 2 - Organograma da Composição das Coordenadorias Regionais da SEEDUC



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora a partir da Resolução SEEDUC nº 5160 de 28 de novembro de 2014b.

Na sede da DRMI, existem duas Diretorias (Diretoria Regional Pedagógica e Diretoria Regional Administrativa) e uma Coordenação de Gestão de Pessoas.

A Diretoria Regional Pedagógica é composta por três coordenações, a saber: Coordenação de Avaliação e Acompanhamento, Coordenação de Integração e Gestão da Rede e pela Coordenação de Ensino. A Diretoria Regional Pedagógica possui 17 Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE) que oferecem assistência pedagógica em visitas periódicas às 105 escolas. Cada AAGE acompanha, em média, 6 escolas.

A Diretoria Regional Administrativa possui: um Diretor Regional Administrativo, duas Coordenações, que são as de Finanças e de Infraestrutura, e o setor de inspeção escolar, composto pela coordenadora e inspetores que visitam as escolas.

A Coordenação de Gestão de Pessoas é composta pela equipe de coordenação de saúde e bem estar.

Ressalta-se que, o cargo de Diretora Regional Pedagógica, de Diretora Regional Administrativa, a Coordenação de Avaliação e Acompanhamento, cargo

que ocupo, a Coordenação de Gestão e Integração da Rede e a Coordenação de Ensino são advindos de processo seletivo interno.

Uma das ações que a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) realiza são as reuniões de níveis, que consistem em reuniões para avaliação das metas que não foram atingidas pelas escolas.

Na reunião de 1º nível, a comunidade escolar reúne-se, no ambiente da escola, para analisar os casos de alunos que não atingiram as metas. Na reunião de 2º nível, a direção das unidades escolares que mais tiveram dificuldades de atingir as metas, na esfera escolar, reúnem-se na Regional, junto com os AAGEs, para apresentarem, à Diretoria Regional Pedagógica, os motivos da falta de êxito, bem como, o que foi implementado na tentativa de reverter essa situação. Essas reuniões servem para definir propostas, a fim de melhorar os resultados dessas escolas. Comparece, também, a essas reuniões, a direção das escolas com os melhores desempenhos, com o intuito de que elas possam passar um pouco de sua experiência e também receber o reconhecimento, através de uma homenagem, pelas boas práticas desenvolvidas.

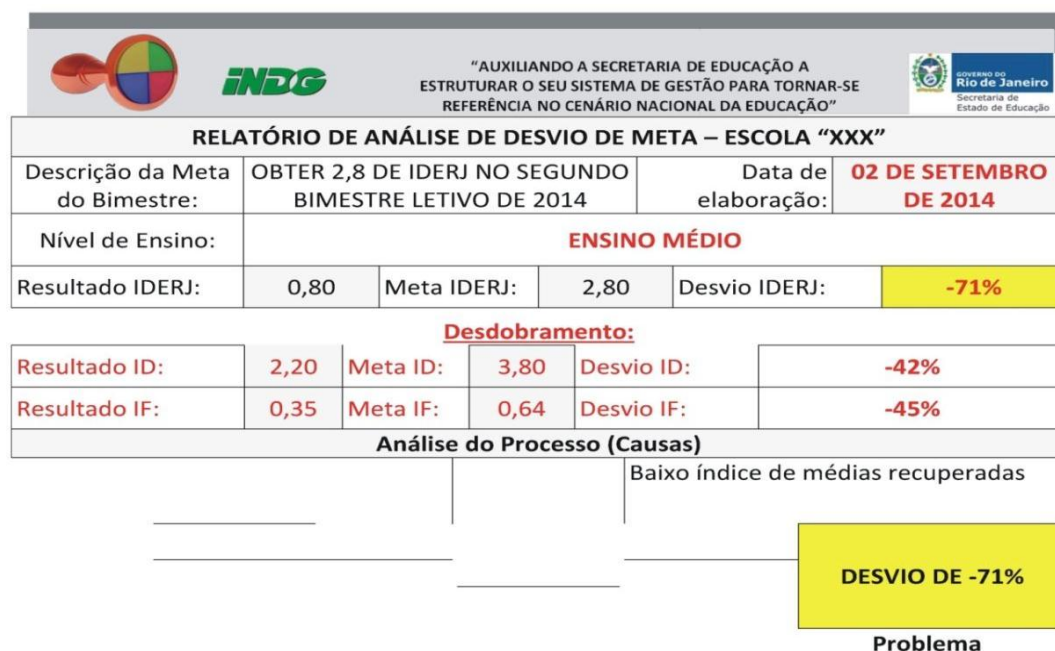
As reuniões de Relatório de Análise de Desvio de Metas (RADM) só ocorrem no bimestre e nas escolas que não atingiram a meta e contam com a participação de professores, diretores e AAGEs que debatem o motivo de não terem atingido a meta estipulada. Cabe aos AAGEs, somente acompanhar e coletar as informações discutidas e ações que serão realizadas, sendo função da equipe escolar debater e resolver como irão agir diante do fato das metas não terem sido atingidas. As metas de IF são elaboradas através dos seus resultados históricos apontados no IFC/RS.

De acordo com o plano de metas da SEEDUC-RJ (2011, p.01) "foram estabelecidas metas específicas para cada unidade escolar com os objetivos a serem alcançados, definidos de acordo com a realidade de cada escola".

Exemplos que ilustram essa situação seriam as duas unidades escolares do Ensino Médio e duas do Ensino Fundamental que obtiveram, no bimestre, o maior desvio de metas e apresentaram para a Diretoria Regional o RADM. Ao perguntar para as diretoras, nas reuniões de 2º nível, o porquê da escola não atingir a meta de IF, elas explicam que é devido ao baixo índice de notas de alunos que não são recuperadas, revelando a não observância da Recuperação de Estudos.

A Figura 3 apresenta o Relatório de Análise de Desvio de Meta, construído com base no Diagrama de Ishikawa⁵, de uma reunião de 2º nível, que apresenta a causa do desvio de meta de uma unidade escolar, que pertence a DRMI, ter sido o baixo índice de médias recuperadas.

Figura 3 - Relatório de Análise de Desvio de Meta



Fonte: RADM - apresentada à DRMI em uma reunião de 2º nível.

Na Figura 3, observa-se o desvio de -45% da meta do IF do segundo bimestre do ano letivo de 2014. Por esse resultado, essa escola foi uma das que tiveram que comparecer à Regional, para justificar os motivos dos baixos resultados, na reunião de 2º nível.

Ao apresentar os relatórios previstos (RADMs) são enumeradas as prováveis razões que levaram ao malgrado resultado. Na maioria dos casos, dentre outros motivos possíveis, é observada a falta de aplicação da Recuperação de Estudos, como na escola apresentada na Figura 3. A escola pertencente à zona rural, e em 2014, possuía 34 alunos no Ensino Médio, nível de ensino que foi apresentado RADM. Dos 34 alunos, 15 obtiveram nota abaixo de 5 e não cursaram a recuperação, demonstrando a falta da aplicação da Recuperação de Estudos.

⁵ Sobre o Diagrama de Ishikawa, ferramenta para ajudar a verificar problemas com a qualidade de processos e adotada como referência no modelo de gestão na SEEDUC/RJ. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/qualidade/ishikawa/pag1.htm>>. Acesso em: 14 out. 2014.

Na próxima seção demonstra-se como é realizada a análise de IF, índice utilizado para o cálculo do IDERJ.

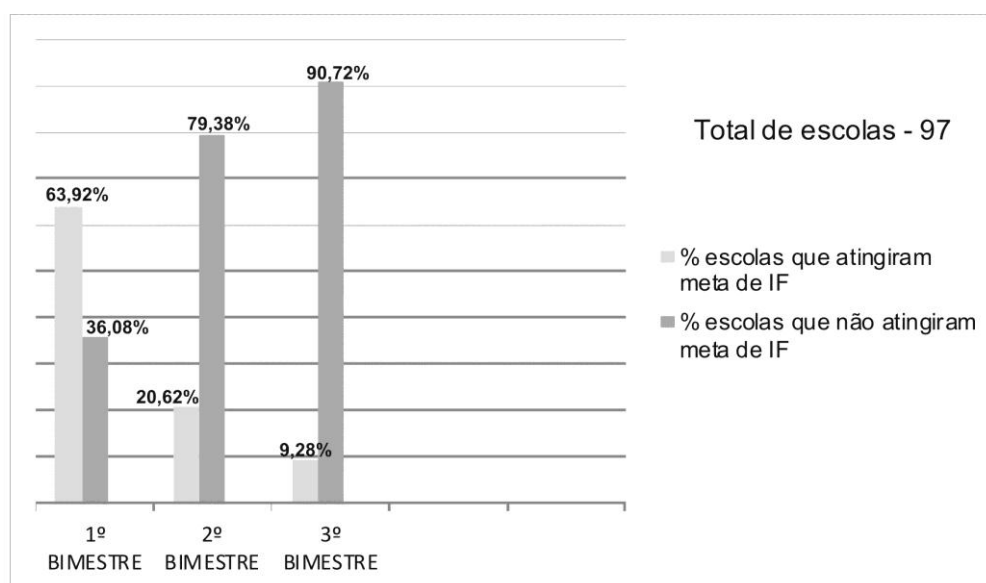
1.3.2 Análise do Índice de Fluxo das escolas da DRMI

O IF e o ID bimestrais, que compõe o IDERJINHO, dão condições para a SEEDUC-RJ acompanhar as unidades escolares, que poderá, dessa forma, analisar se está ocorrendo Recuperação de Estudos.

Alinhadas ao planejamento estratégico da secretaria, as ações de acompanhamento das escolas voltaram-se à observação de aspectos de ensino-aprendizagem, e de gestão escolar, refletidas no IDERJ, que é composto pelos indicadores de fluxo (IF) e de desempenho (ID) (RIO DE JANEIRO, 2013, p.03).

Nas escolas estaduais da DRMI, se observa que há uma grande dificuldade de se manter a meta de IF. No 1º bimestre de 2013, nas Escolas Estaduais da DRMI no Ensino Fundamental II, a maioria das escolas alcançaram a meta de IF, porém, essa situação não se repetiu no 2º e no 3º bimestres, com número elevado de Escolas Estaduais de Ensino Fundamental pertencentes a DRMI, que não atingem as metas estipuladas de IF, como se apresenta no gráfico 1.

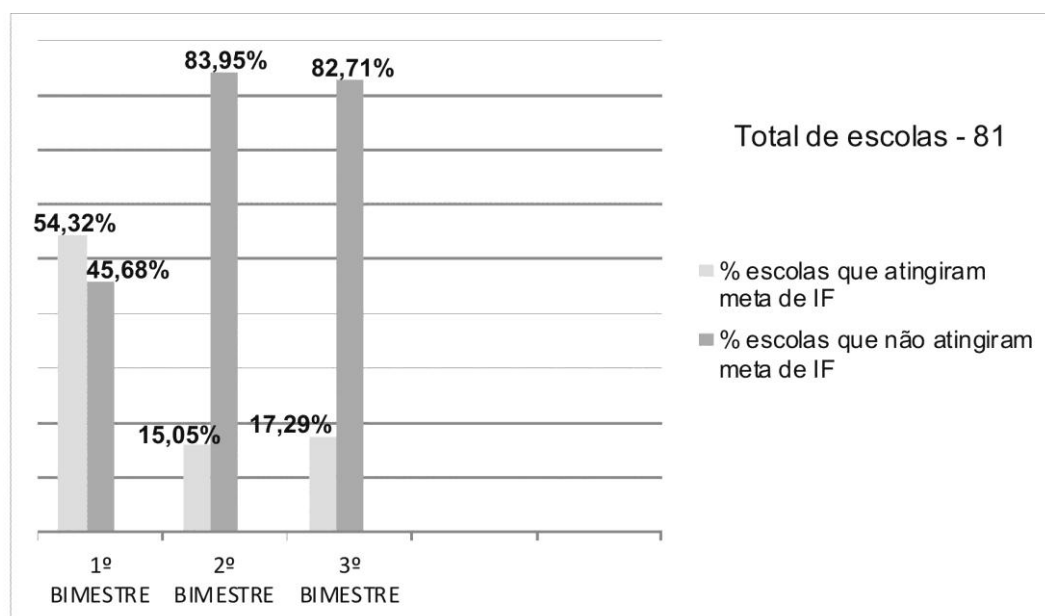
Gráfico 1 - Porcentagem de escolas da DRMI de Ensino Fundamental II – Ano 2013 que alcançaram e não alcançaram meta de IF



Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados da SEEDUC-RJ.

Este fato se reproduz também no Ensino Médio, do mesmo ano, em que, no 1º bimestre, as escolas alcançam as metas de IF, porém se observa uma quantidade expressiva no 2º e 3º bimestres de escolas que não atingiram as metas estipuladas de IF, como mostra o gráfico 2.

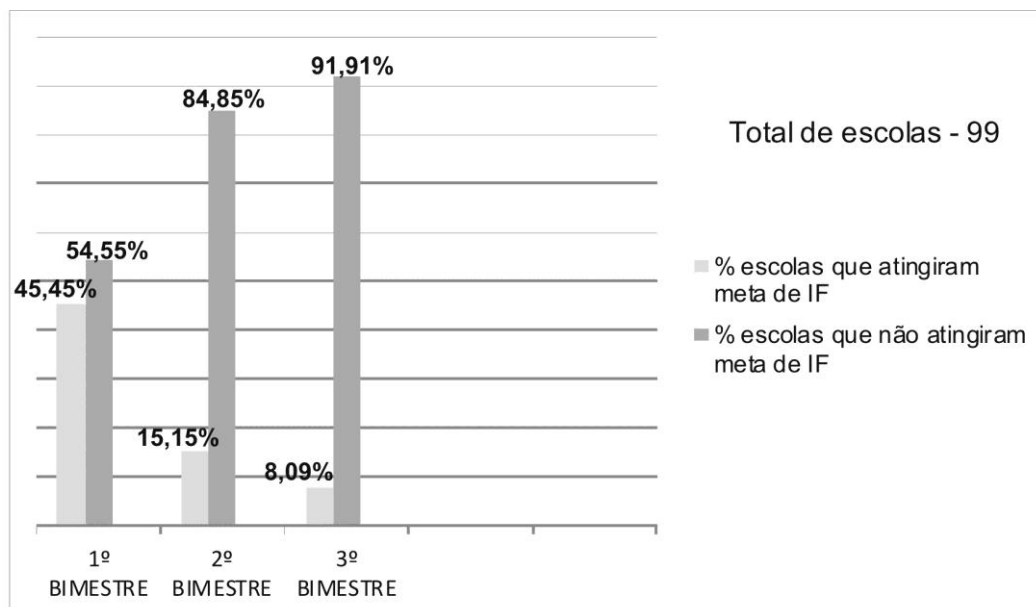
Gráfico 2 – Porcentagem de escolas da DRMI de Ensino Médio – Ano 2013 que alcançaram e não alcançaram meta de IF



Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados da SEEDUC-RJ.

A partir do ano de 2014, nas Escolas Estaduais da DRMI que possuem Ensino Fundamental II, conforme apontadas no gráfico 3, demonstra que as escolas não atingem meta de IF nos 3 primeiros bimestres.

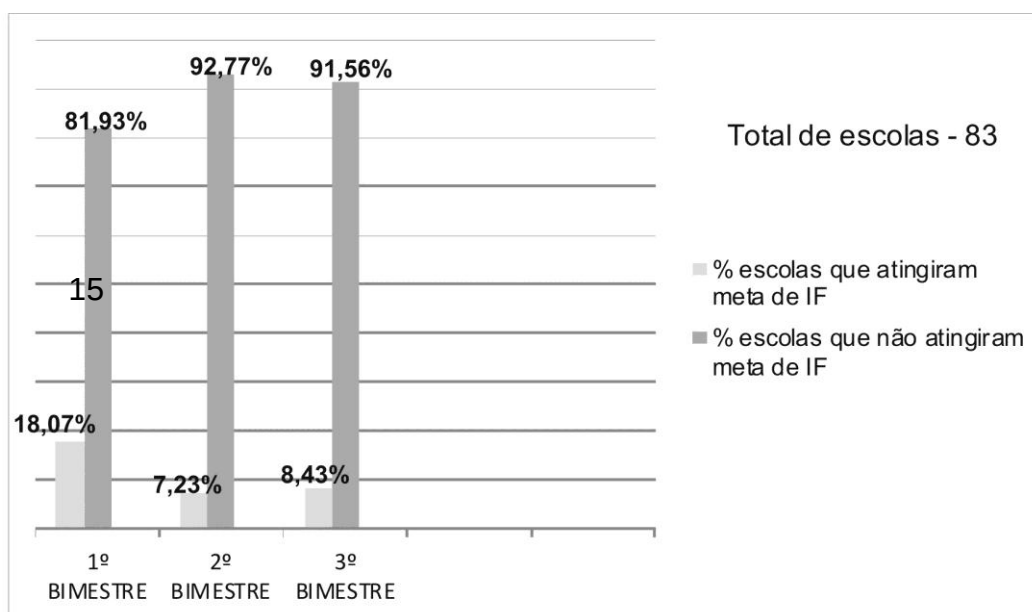
Gráfico 3 - Porcentagem de escolas da DRMI de Ensino Fundamental II – Ano 2014 que alcançaram e não alcançaram meta de IF



Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados da SEEDUC-RJ

Fato que se repete no gráfico 4, em que é observado um grande quantitativo de escolas que não atingem metas de IF no Ensino Médio do mesmo ano.

Gráfico 4 - Porcentagem de escolas da DRMI de Ensino Médio – Ano 2014 que alcançaram e não alcançaram meta de IF



Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados da SEEDUC-RJ.

Nos dados apresentados nos gráficos 1, 2, 3 e 4 sobre o IF das unidades escolares que pertencem à DRMI, percebe-se que as escolas não conseguem atingir suas metas de IF, ou seja, uma quantidade expressiva de escolas com notas abaixo de 5.0. Isso evidencia a necessidade de verificar de que maneira a Recuperação de Estudos está ocorrendo e se está ocorrendo de fato nas escolas da Regional Metropolitana I, pois, o IF é a simulação bimestral de aprovação dos alunos.

Apesar da importância de se utilizar a Recuperação de Estudos, não se pode esquecer que, há muitos elementos que podem intervir, em relação a causa/efeito nos resultados do que a presença ou ausência da recuperação, porque a educação é um fenômeno multirrelacional. Importante ressaltar que, há uma ampla gama de fatores que impactam na aprendizagem e que devem ser consideradas no cotidiano escolar, como violência no entorno da escola, nível socioeconômico dos alunos e participação dos pais. Como também existem fatores internos da escola e que diretamente influenciará nos resultados dos alunos, como ressaltava Libâneo (2013):

A avaliação da escola precisa considerar os elementos determinantes da qualidade de oferta de serviços de ensino e do sucesso escolar dos alunos, tais como características dos alunos, rendimento escolar por classe, composição do corpo docente (tempo de trabalho, idade, currículo profissional), condições de trabalho e motivação dos professores, recursos físicos e materiais didáticos e informacionais. (LIBÂNEO, 2013, p.210).

Para auxiliar na melhoria do rendimento escolar dos alunos e, conseqüentemente, melhorar os índices do IF, faz-se necessário debater sobre a ocorrência ou não da aplicação da Recuperação de Estudos. O que nos remete a questão deste estudo: quais os entraves encontrados na implementação da política de Recuperação de Estudos nas escolas da Regional Metropolitana I?

Tendo abordado os índices que apontam para a necessidade da melhoria de IF, com dados que corroboram para indicar se ocorre ou não a recuperação de estudos nas escolas da DRMI, na próxima seção, apresenta-se os dados que apontam se a Recuperação de Estudos está sendo implementada ou não.

1.3.3 Análise dos Gráficos de Recuperação de Estudos na DRMI

O Sistema Conexão Educação é um sistema eletrônico de gestão, que tem por finalidade a integração de informações das unidades escolares da SEEDUC-RJ. É uma ferramenta *online*, que em tempo real, gerencia dados cadastrais de alunos, professores e escolas. No sistema Conexão Educação, são gerados relatórios que auxiliam a mapear as escolas.

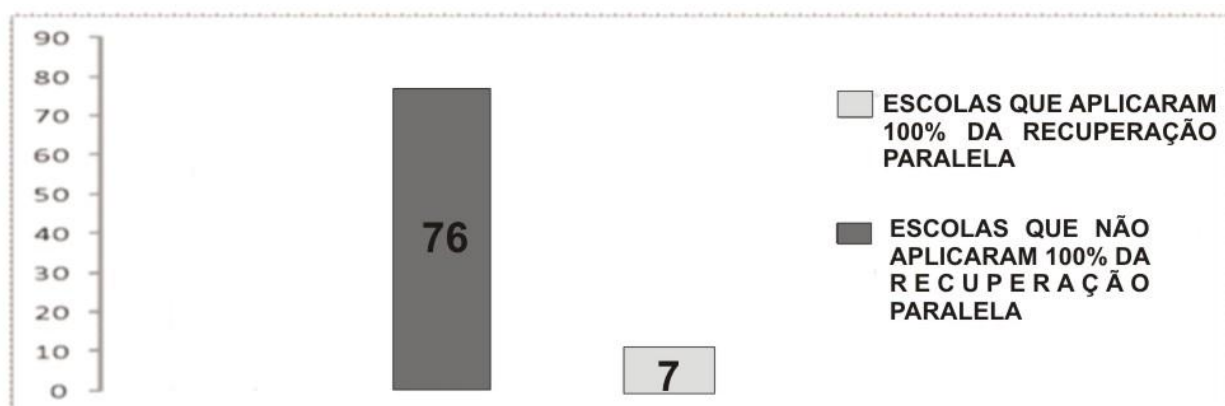
A SEEDUC - RJ criou, neste sistema, uma ferramenta em que os professores registram as notas dos alunos. Ao lançarem notas abaixo de 5,0, o sistema "pergunta" ao professor se houve a aplicação da recuperação de estudos e estes sinalizam se aplicaram ou não a recuperação. Para auxiliar e obter mais informações de como está sendo empregada a Recuperação de Estudos nas unidades escolares do Estado do Rio de Janeiro foi criado, pela SEEDUC-RJ, um relatório no Sistema Conexão Educação para a coleta desses dados.

Caso o aluno esteja realmente com esta nota abaixo da média e não tenha sido aplicada a recuperação de estudos, você deverá clicar em "**Cancelar**". Assim, a nota do aluno será mantida e o campo para inserir a nota da recuperação de estudos não será habilitado para preenchimento (RIO DE JANEIRO, 2013a, p. 09).

Os gráficos 5, 6 e 7 demonstram a situação das escolas que possuem ensino médio da DRMI, quanto à Recuperação de Estudos nos três primeiros bimestres do ano de 2014.

Os dados fornecidos pelo gráfico 5 que representa o 1º bimestre de 2014, mostram que, num total de 83 escolas, 76 não aplicaram a recuperação de estudos em sua totalidade, ou seja, 92% das escolas não aplicaram a recuperação de estudos em sua totalidade e somente 8% das escolas com ensino médio aplicaram a recuperação de estudos.

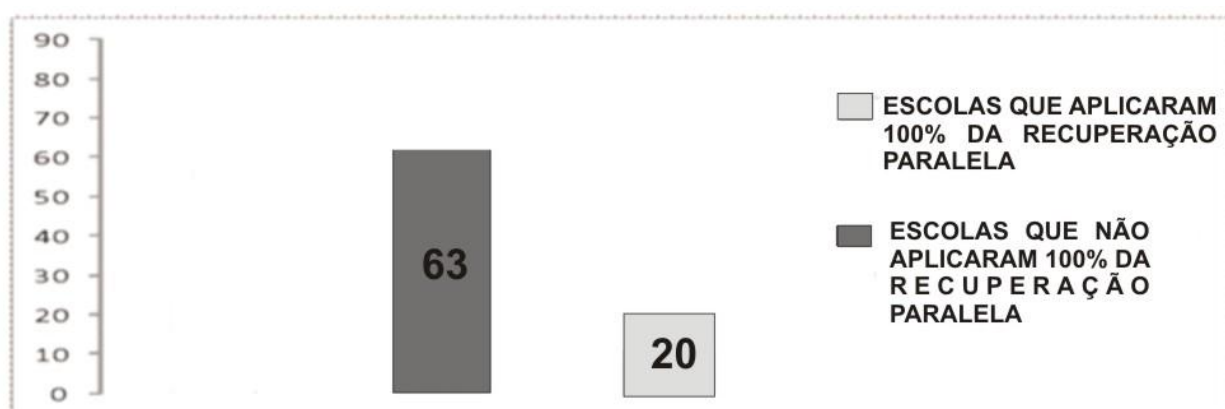
Gráfico 5 - Unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 1º bimestre 2014



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Sistema Conexão Educação - SEEDUC-RJ .

Os dados do Gráfico 6, referentes ao 2º bimestre de 2014, mostram que, num total de 83 escolas do ensino médio, 63 delas, que equivalem a 76% não aplicaram a Recuperação de Estudos em sua totalidade e apenas um total de 20 escolas equivalente 24% da escola com ensino médio da DRMI aplicaram em sua totalidade a recuperação de estudos.

Gráfico 6 - unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 2º bimestre 2014

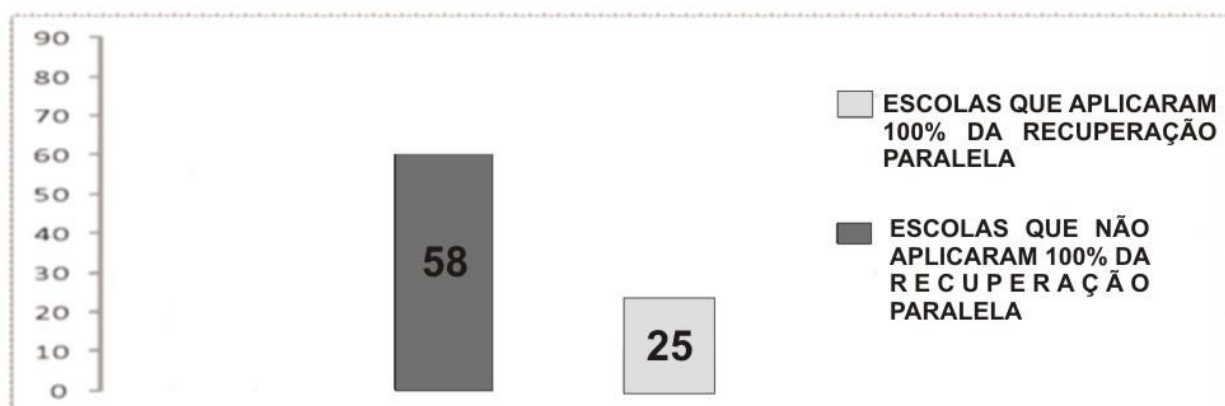


Fonte: Elaborado pela autora a partir do Sistema Conexão Educação - SEEDUC-RJ.

Da mesma forma, observa-se que no gráfico 7 não há aplicabilidade da recuperação paralela em 70% ou seja 58 escolas com ensino médio da DRMI.

E apenas 25 escolas, totalizando 30% das escolas com ensino médio da DRMI que aplicaram a recuperação de estudos.

Gráfico 7- unidades escolares da DRMI que não aplicaram a Recuperação de Estudos na sua totalidade – 3º bimestre 2014



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Sistema Conexão Educação - SEEDUC-RJ .

Desta forma, os gráficos 5, 6 e 7 mostram que há uma adesão diferenciada ao longo do ano e tem uma tendência a ser mais aplicada no terceiro bimestre.

Apesar da melhora no número de escolas que realizaram a aplicação da Recuperação de Estudos, no 3º bimestre, é imprescindível averiguar o que ocorre nas escolas da DRMI, para a não aplicabilidade da recuperação em todas as escolas, no 1º, 2º e 3º bimestre de 2014. Uma vez que, este é um direito do aluno, exigido pela legislação, e confirmado através da portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 (RIO DE JANEIRO, 2013a), no artigo 10.

O proposto pela portaria é que a recuperação seja paralela e contínua, ocorrida dentro do próprio bimestre. Portanto, é necessário verificar os entraves encontrados nas escolas da Diretoria Regional Metropolitana I para a implementação da Recuperação de Estudos.

Na próxima seção abordar-se-á quais foram as ações realizadas pela DRMI, para a implementação da Recuperação de Estudos.

1.4 Ações da regional para a implementação da recuperação de estudos

A Secretaria Estadual de Educação do Estado Rio de Janeiro vem promovendo, desde a implementação do Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, reuniões bimestrais com as regionais e seus representantes, quais sejam: o Diretor Regional Pedagógico, o Diretor Regional Administrativo, Agentes de Acompanhamento de Gestão Escolar (AAGE) e os Coordenadores

Pedagógicos da Regional. A pauta dessas reuniões são as deliberações, as leis e portarias vigentes, no caso específico, as reuniões foram realizadas para repassar as Portarias sobre Avaliação, que também trata de recuperação de estudos paralelos. Os diretores que participam das reuniões, por sua vez, repassam as orientações para as direções das unidades escolares, que se reúnem em suas escolas com o coordenador pedagógico que repassa as legislações, normas e pareceres para os professores. Cabe ressaltar que, esses informativos também são entregues aos diretores via e-mail, através de ofícios. As ações realizadas pela Regional para a implementação das mudanças nas Portarias SEEDUC/SUGEN Nº174/2011, SEEDUC/SUGEN Nº316/2012 e SEEDUC/SUGEN Nº 336/2013 (JANEIRO, 2013a) e SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 b, sobre avaliação, incluindo a Recuperação de Estudos, foram: reuniões com diretores, como também, reuniões específicas com os coordenadores pedagógicos para repasse, o estudo e o conhecimento das deliberações, portaria e leis.

Seguindo esse protocolo, foi enviado para as escolas via e-mail, através de ofícios, os Manuais das Portarias SEEDUC/SUGEN Nº174/2011, SEEDUC/SUGEN Nº316/2012 e SEEDUC/SUGEN Nº336/2013 e SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 referentes à operacionalização da Avaliação do Desempenho, em que se trata da Recuperação de Estudos.

Houve, por parte da DRMI, uma preocupação em repassar, para as unidades escolares, as orientações sobre a Recuperação de Estudos, por saber que este é um tópico importante para a Portaria nº 419/2013 que trata de Avaliação no Estado do Rio de Janeiro.

No decorrer da implementação de uma política pública, é necessário pensar e discutir o que ocorre no âmbito escolar, entender o porquê de a instituição escolar não aderir à recuperação de estudos e o que seria necessário para que esta política fosse aplicada com maior efetividade. Como nos explica Condé (2012) a fase de implementação parece difícil:

Primeiro porque depende de muitas variáveis, do gestor adequado ao desenho bem formulado, dos atores engajarem-se aos objetivos e metas. Segundo, porque é a hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se rotinizar e também porque ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação (CONDÉ, 2012, p.91).

A importância do entendimento do que ocorre na implementação da recuperação de estudos de forma paralela e da descoberta das dificuldades encontradas nas instituições escolares são essenciais para que esta seja compreendida e aplicada de forma a melhorar a aprendizagem do aluno na escola.

Esses inúmeros fatores que causam impacto na aprendizagem remete a indagar:

A simples mensuração de resultados não responde à complexidade dos processos educativos, cujas características são singulares: as unidades escolares e as práticas que ali se desenrolam são permeadas por incertezas, inseguranças e visões de mundo constituídas ao longo das trajetórias profissionais que se defrontam, ainda, com as variáveis das famílias e das comunidades que convivem nesse espaço. (MARTINS, 2013, p. 290/291).

Por isso, a necessidade de se buscar averiguar o que ocorre nas unidades escolares.

No próximo capítulo será apresentado o referencial teórico e os resultados da pesquisa realizada através de um questionário, para os diretores, coordenadores pedagógicos e professores da DRMI.

2 ANÁLISE DESCRITIVAS DOS PRINCIPAIS ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NA DRMI

A presente dissertação, até o momento, descreveu o contexto nacional sobre as legislações referentes à Recuperação de Estudos e como o Estado do Rio de Janeiro vem se adequando à legislação federal através de documentos oficiais. A pergunta que permeia todo nosso trabalho é: Quais entraves existem na Diretoria Regional Metropolitana I para a implementação da Recuperação de Estudos? Sem deixar de considerar que é direito do aluno a apreensão dos conteúdos e aprovação ao final do ano letivo.

Este trabalho objetiva reconhecer os entraves existentes na Diretoria Regional Metropolitana I para a implementação da Recuperação de Estudos nas unidades escolares da DRMI. O processo de implementação descrito no primeiro capítulo, nos permite notar que, apesar das variadas legislações que surgiram, ainda na década de 70, há uma dificuldade de se utilizar a Recuperação de Estudos como uma ferramenta de auxílio na melhoria dos resultados escolares. Assim, no segundo capítulo, será detalhado os dados que foram coletados através de pesquisa com diretores, coordenadores pedagógicos e professores da DRMI, para solucionar a seguinte questão: quais estratégias devem ser adotadas para ampliar a utilização da Recuperação de Estudos?

Na próxima seção, fundamenta-se através da análise do referencial teórico e os conceitos pertinentes à questão da necessidade da gestão escolar como fator importante a temas que envolvam a aprendizagem e a implementação de políticas como a Recuperação de Estudos.

2.1 Referencial teórico

A aprendizagem deve ser ofertada ao aluno como condição de cidadania, para que, de uma forma justa e igualitária venha proporcionar ao educando, o seu desenvolvimento cognitivo. Assim, permitindo sua integração na sociedade e seu crescimento pessoal através da educação. A escola, por sua vez, deve assegurar a aprendizagem para conferir o direito garantido pela Constituição Federal de 1988.

A aprendizagem deve ter como base uma expectativa ampla dos interesses educacionais, em que a escola, nas figuras do gestor, coordenador pedagógico e

professor, ou seja, da equipe pedagógica atuem como mediadores do ensino, proporcionando ao aluno uma cultura de estudos.

A aprendizagem em aula não é nunca meramente individual, limitado as relações frente a frente de um professor/a e um aluno/a. É claramente uma aprendizagem dentro de um grupo social com vida própria, com interesses, necessidades e exigências que vão configurando uma cultura peculiar (SACRISTÁN, 2000, p.64).

A aprendizagem deve ainda ser embasada no crescimento cognitivo do aluno, construindo os conceitos educacionais sobre o conhecimento, tornando-a sólida com a possibilidade de contextualizar a realidade e modificá-la.

O desenvolvimento da aprendizagem acontece por meio da escola, através de trocas pedagógicas, consolidação dos conteúdos, que gera novos conhecimentos. Dessa forma, a Recuperação de Estudos, no caso do Estado do Rio de Janeiro, é realizada de forma paralela como meio de assegurar a aprendizagem efetiva do alunado. A recuperação deve ser feita quando o professor verifica as dificuldades do aluno. Segundo Melchior (1998):

Durante o processo de ensino e de aprendizagem, toda vez que o professor constata que o aluno está tendo muitas dificuldades ou não está conseguindo acompanhar, ele deve providenciar novas estratégias que favoreçam as novas aprendizagens (MELCHIOR, 1998, p.67).

A mesma autora esclarece que “recuperar significa reentrar na posse, recobrar, reabilitar-se ou adquirir prestígio. Em educação, recuperar significa reentrar na posse do conhecimento, recobrar o que não tinha atingido...” (MELCHIOR, 1998, p.68).

A utilização da recuperação precisa ser planejada ao longo do ano letivo, sempre que o aluno apresentar defasagem de aprendizagem.

Para que haja efetivamente a superação de deficiências na aprendizagem do aluno sendo, até mesmo necessário, fazer a recuperação, faz-se mister que a escola desenvolva sua gestão com vistas a conquistar o aprimoramento do processo de aprendizagem do aluno, e que, nesse processo, haja o envolvimento de toda a equipe pedagógica.

A gestão escolar precisa aproximar sua equipe pedagógica, favorecendo a construção de um clima que beneficie a melhoria dos resultados, além de propor condições favoráveis a uma aprendizagem eficaz.

A literatura sobre clima escolar tem destacado a figura do gestor como um agente crucial na promoção de um clima favorável nas escolas, e os relatos dos professores colaboram para evidenciar a influência da gestão na construção desse bom clima de trabalho (BRITO e COSTA, 2010, p. 506).

A organização escolar é algo intrincado que aborda vários interesses e desejos da coletividade escolar, pois envolve vários atores. Cabe à gestão escolar realizar a organização escolar e adotar a melhor forma de envolver os variados atores. Há diferentes tipos de gestão escolar, umas envolvem seus professores em políticas públicas, como a implementação da Recuperação de Estudos, por exemplo, e ainda há outras que não se manifestam a favor ou contra, a recuperação de estudos. De acordo com Polon (2011) existem três tipos de perfis de lideranças de diretores que influenciam na eficácia dos resultados obtidos pelo alunado.

Tipo 1–Liderança Pedagógica–pela forte correlação apresentada entre as tarefas que expressam especial atenção à atividade de orientação e acompanhamento do planejamento escolar, que se traduz, de acordo com os itens propostos, por: “Assistir as aulas e orientar pedagogicamente os professores a partir delas”; “Orientar a produção do planejamento escolar com seus conteúdos a priorizar, estratégias de ensino, formas de avaliação”; “Orientar os professores na elaboração de deveres escolares e outras produções acadêmicas”; “Orientar os professores na elaboração de projetos didáticos diferenciados” e “Promover reuniões pedagógicas e/ou grupos de estudo com os professores”.

Tipo 2 –Liderança Organizacional–Caracteriza a situação em que tarefas realizadas com o intuito de dar um suporte ao trabalho do professor em suas necessidades cotidianas, ou controlar resultados através da produção de mapas, planilhas, etc., o que corresponde aos seguintes itens: “Atender aos pedidos dos professores (reprodução de fichas, equipamentos, materiais etc.)”; “Elaboração de relatórios, atas, mapas de notas, etc.”

Tipo 3 –Liderança Relacional – Para os casos em que à presença no cotidiano escolar, com prioridade para o atendimento de alunos, pais e professores, tais como indicados nos itens: “Acompanhar a entrada e saída dos alunos”; “Atender os pais”; e “Organizar festas e eventos da escola” (POLON, 2011, p.09).

A partir da identificação desses perfis, é possível dizer que o gestor é um ator chave dentro da escola, pois é o líder, é quem irá gerenciar as ações escolares. Em suma, a direção escolar desempenha um papel central para variadas demandas e atores.

No conjunto complexo que distingue o ambiente escolar, a diretora ocupa lugar central, para onde convergem os interesses e demandas dos diferentes atores que dele participam. É por meio do diretor que a vontade do sistema escolar, representado pela administração central (estadual ou municipal), se manifesta; ele é o porta-voz do sistema na escola; mas é,

também, o porta-voz da escola junto ao sistema. (BURGOS e CANEGAL, 2011. p. 15).

A gestão escolar é responsável pela gerência na escola, principalmente para os assuntos educacionais. É ela quem dará a tônica para as decisões pedagógicas, comprometendo-se com o dia a dia da escola e o desempenho dos alunos juntamente com os demais atores.

A gestão escolar tem ganhado ênfase nas principais discussões educacionais, principalmente quando se trata de melhoria da qualidade da educação. Alçado ao posto de figura fundamental para a escola, o gestor passou a ser pensado mais do que como um mero administrador de assuntos burocráticos para o funcionamento da instituição escolar. Seu papel tem sido ressaltado como eivado de um enfoque mais pedagógico, mais próximo às discussões educacionais que afetam o cotidiano dos professores, dos alunos, do ensino e da própria escola. (REZENDE e CANDIAN, 2013, p.458).

Em relação à inclusão de políticas públicas como a Recuperação de Estudos, cabe à gestão escolar, através de sua organização e tomadas de decisões, propiciar um ambiente escolar adequado ao desenvolvimento do alunado.

A gestão escolar precisa ser construída de forma coletiva e participativa, estabelecer decisões em conjunto, compartilhar responsabilidades com os demais atores educacionais, como os coordenadores pedagógicos, professores, alunos, pais e responsáveis, objetivando a promoção da aprendizagem e a formação dos alunos. É função de o gestor empregar as políticas públicas oriundas do sistema de forma a auxiliar a sua equipe, sendo um mediador para que de fato a sua escola articule com nível macro do sistema. Assim, a gestão educacional precisa compreender a interdependência que envolve o universo escolar e a rede de ensino.

Nesse sentido, as políticas provenientes do nível macro do sistema de educação devem ser compreendidas como diretrizes que orientam as decisões e as ações das unidades escolares em uma direção comum e integrada e que deverão ser adequadas à realidade de cada unidade (MACHADO e MIRANDA, 2012, p.19).

O papel do gestor é o de proporcionar um ambiente escolar que estimule o trabalho em grupo, que vise a uma organização escolar com vistas à melhoria da aprendizagem, como a implementação da política de Recuperação de Estudos. Para tanto, é necessário, por parte do gestor, motivar o coordenador pedagógico, professores, alunos e pais para obter uma relação favorável às práticas

educacionais. O gestor precisa atuar como líder e criar um clima organizacional favorável às ações de recuperação da aprendizagem.

Dessa forma, o papel do gestor de uma escola se reveste de fundamental importância para a formação da cultura escolar, pois ele exerce influência sobre as pessoas que lidera, que se reflete nos objetivos da escola, no comportamento do seu grupo e no desempenho da escola. (ROCHA, SOARES, SANÁBIO, 2014, p. 5).

O gestor precisa apoiar e acompanhar a equipe pedagógica, dando-lhe suporte para que a implementação e o desenvolvimento das políticas públicas ocorram de forma a auxiliar a aprendizagem do aluno.

É necessário que o gestor da unidade escolar conheça sua equipe, para poder direcionar as demandas pedagógicas e a prática educacional de sua escola com foco na aprendizagem do aluno.

A função do coordenador pedagógico é articular e planejar estratégias pedagógicas com os professores, de forma a alcançar resultados previamente delineados pela equipe escolar, na busca de melhores resultados pedagógicos. O desempenho dessas ações viabiliza uma melhoria do processo de ensino aprendizagem, por esse motivo, é considerado um dos atores fundamentais na implementação e acompanhamento da Recuperação de Estudos.

Outro ator essencial no processo de aprendizagem é o professor. Ele exerce um papel de agente transformador da sua escola, de forma que sua atuação na sala de aula proporcione ações pedagógicas que estimulem o processo ensino-aprendizagem. É necessário que o professor perceba que a abrangência de seus afazeres perpassa por trabalhar em equipe com os demais atores educacionais de sua unidade escolar.

O Corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. Os professores de todas as disciplinas formam, junto com a direção e os especialistas, a equipe escolar (LIBÂNEO, 2001, p.6).

Como mediador entre os professores e o diretor, a figura do coordenador pedagógico faz-se necessária para um bom desenvolvimento da unidade escolar. Sua função é construir, em conjunto com a equipe pedagógica, ações com o objetivo de aumentar a qualidade de ensino ofertada na instituição, além do avanço nos resultados dos alunos nas avaliações externas e internas. Também é função do

coordenador pedagógico acompanhar processos que visam à aprendizagem como o acompanhamento da implementação da Recuperação de Estudos.

Para, Libâneo (2013):

O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática dos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível), auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos (LIBÂNEO, 2013, p.180).

Desse modo, o coordenador pedagógico precisa motivar e estimular a sua equipe de professores na busca por novas metodologias de ensino que venha corroborar com a aquisição de conhecimentos dos alunos, além de auxiliá-los na implementação de novas políticas de aprendizagem, como a Recuperação de Estudos.

As mudanças educativas, políticas e sociais, o desenvolvimento tecnológico as reformas educativas impõe ao trabalho pedagógico uma dinâmica particularizada a cada tempo, espaço, currículo e comunidade atendida, exigindo adequações da escola e de seus profissionais. O coordenador pedagógico precisa estar sensível a essa dinâmica que, em certa medida, orienta a formação necessária ou aponta as necessidades docentes. (DOMINGUES, 2014, p. 17).

É imprescindível que o coordenador pedagógico desenvolva ações que assessoros os professores quanto à recuperação dos estudos dos alunos, realizando a melhoria de sua aprendizagem .

Os professores, por sua vez, precisam buscar o suporte pedagógico, em sua unidade escolar, com a equipe pedagógica, formada pelo gestor, coordenador pedagógico e demais professores de forma integrada para compor uma rede de apoio, pois segundo Weisz (2010):

No momento em que alguns começam a se mostrar perdidos e atrapalhados em relação aos conteúdos trabalhados, a escola que assume responsabilidade com a aprendizagem de todos tem obrigação de criar um sistema de apoio para que esses alunos não se percam pelo caminho. Suas dificuldades precisam ser detectadas rapidamente para que eles sejam apoiados, continuem progredindo e não desenvolvam bloqueios (WEISZ, 2010, p.97).

O professor atento às possibilidades de proporcionar ao aluno aquisição de conhecimento, faz da Recuperação de Estudos uma ferramenta pedagógica. Assim, como membro da equipe escolar, o professor deve interagir com o gestor e coordenador pedagógico nas ações que envolvam em sala de aula, na perspectiva de melhorar a aprendizagem, propondo e realizando ações como a implementação da Recuperação de Estudos.

Com o foco nas perspectivas de melhorar a aprendizagem e nos entraves encontrados na implementação do programa de Recuperação de Estudos nas escolas Estaduais do Rio de Janeiro, localizadas na Regional Metropolitana I, na próxima seção, apresento a trajetória metodológica utilizada como base para a pesquisa sobre a implementação do programa de Recuperação de Estudos nas escolas Estaduais do Rio de Janeiro localizadas na DRMI.

2.2 Trajetória metodológica

Com o objetivo de realizar uma pesquisa de cunho quantitativo, houve uma quantidade expressiva de respondentes. A proposta deste trabalho é a de coletar informações e opiniões de um quantitativo de 104 diretores, 97 coordenadores pedagógicos e 200 professores sobre a implementação da Recuperação de Estudos na DRMI.

Dessa maneira:

Métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Isto não quer dizer que ela não possa ter indicadores qualitativos. Desde que o estudo permita isso sempre é possível (MANZATO e SANTOS, 2012, p.7).

Assim, foi realizada a coleta de dados, utilizando o questionário como instrumento de pesquisa. Foram elaborados três tipos de questionários, para submeter aos 105 diretores das unidades escolares (o qual 104 responderam, pois um se recusou a fazê-lo), aos 97 coordenadores pedagógicos e aos 200 professores da DRMI.

Os questionários foram constituídos com questões sobre a Recuperação de Estudos, a partir da concepção da escala Likert que “é uma escala psicométrica das mais conhecidas e utilizada em pesquisa quantitativa, já que pretende registrar o

nível de concordância ou discordância em relação a uma declaração dada” (PARO, 2012).

Para Oliveira (2013),

Devido a sua facilidade de compreensão, a escala de Likert é muito utilizada nos estudos sociais, pois requer apenas que o entrevistado considere uma afirmação de cada vez, com a escala indo de um extremo ao outro. (...) Rensis Likert criou uma escala para mensurar as várias atitudes de uma pessoa com relação a conceitos e atividades (OLIVEIRA, 2013, p.73).

Os questionários consistem em um método de coleta de dados para parte de uma população pesquisada. O uso de questionário:

é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender finalidades específicas de uma pesquisa. Aplicada criteriosamente, esta técnica apresenta elevada confiabilidade. Podem ser desenvolvidas para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão, e outras questões. Quanto à aplicação, os questionários fazem uso de materiais simples como lápis, papel, formulários, etc. Podem ser aplicados individualmente ou em grupos, por telefone ou mesmo pelo correio. Pode incluir questões abertas, fechadas, de múltipla escolha, de resposta numérica, ou do tipo sim ou não (BARBOSA, 2008, p.1).

De acordo com Gunther (2003, p.11) "esta mensuração é mais utilizada nas ciências sociais, especialmente em levantamento de atitudes, opiniões e avaliações." O questionário aplicado apresentava quatro opções de respostas, em que os pesquisados indicaram seu grau de concordância, de acordo com a seguinte escala:

- 1- concordo totalmente;
- 2-concordo mais que discordo;
- 3- discordo mais que concordo;
- 4- discordo totalmente.

O questionário destinado aos diretores continha 24 questões e foi aplicado durante uma reunião realizada no auditório da sede da DRMI em fevereiro de 2015. Nesta reunião, foi explicado o objetivo da pesquisa além de salientar que as questões eram para serem respondidas de forma individual, com base na opinião própria. Foi orientado também que não deixassem nenhuma alternativa sem marcação.

Da mesma forma, foi realizada a pesquisa com os coordenadores pedagógicos, em março de 2015.

Com os professores, a pesquisa foi aplicada em março de 2015, via ferramenta *online*, com 24 questões, em que os professores da DRMI que desejassem responder poderiam fazê-lo.

Ressalta-se que a pesquisa *online* com os professores e o questionário em papel aplicado para os diretores e coordenadores pedagógicos teve total sigilo e o participante teve a liberdade de escolher participar ou não da pesquisa.

Na próxima seção, analisaremos as respostas dos entrevistados dadas ao questionário aplicado a eles com a intenção de investigar a implementação do programa de Recuperação de Estudos nas Escolas Estaduais do Rio de Janeiro localizadas na DRMI.

2.3 Análise dos questionários

Nesse momento, retoma-se ao problema em estudo nesta dissertação: analisar os entraves encontrados na implementação do programa de Recuperação de Estudos nas Escolas Estaduais do Rio de Janeiro localizadas na Regional Metropolitana I. O propósito desta análise é apresentar os dados da pesquisa, com objetivo de conhecer as opiniões dos atores educacionais envolvidos, diretores, coordenadores pedagógicos e professores quanto à Recuperação de Estudos.

O dados coletados foram analisados com a intenção de se construir um indicador de grau de concordância dos sujeitos pesquisados. Para tanto, utiliza-se um procedimento estatístico cuja escala era de 0 a 100%, na qual zero representaria a situação em que todos os respondentes optassem pelo grau 1 (concordo fortemente) e 100% quando todos marcassem o grau 4 (discordo fortemente). O cálculo foi efetuado da seguinte forma: multiplicou-se por zero as marcações no 4º grau; por 1 as que foram feitas no 3º grau; por 2 as do 2º grau e por 3 as do 1º grau. Em seguida, calculou-se o máximo de pontos que poderia ser obtido, multiplicando-se o número de questionários por 3, peso atribuído ao 1º grau. Apurou-se, por fim, o percentual de concordância alcançado, comparando-se a pontuação obtida com o máximo possível.

Quadro 1- Assertivas do instrumento de pesquisa dos Diretores

1.	A divulgação sobre a recuperação de estudos feita pela Regional auxilia a implementação desse projeto na escola.
2.	As orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da recuperação paralela são conhecidas por todos os profissionais na sua escola.
3.	O monitoramento da Regional auxilia a equipe diretiva da escola no acompanhamento da recuperação paralela.
4.	A direção apoia a realização da recuperação de estudos de forma paralela na escola
5.	A direção da escola conhece o trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores.
6.	A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a recuperação de estudos de forma paralela.
7.	As ações de recuperação paralela são realizadas regularmente em sua escola.
8.	A recuperação paralela auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.
9.	A recuperação paralela toma muito tempo e dificulta na continuidade do currículo escolar.
10.	Há, com frequência, em sua unidade escolar, reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes a recuperação paralela.
11.	A coordenação pedagógica da escola acompanha os resultados dos alunos após a recuperação paralela.
12.	A coordenação pedagógica de sua unidade escolar conhece a legislação referente a recuperação paralela.
13.	A coordenação pedagógica de sua escola oferece sugestões pedagógicas referentes à recuperação paralela.
14.	O coordenador pedagógico se sente capacitado para orientar os professores quanto a recuperação paralela.
15.	Os professores de sua unidade escolar concordam que a recuperação paralela é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.
16.	O professor está esclarecido quanto à legislação sobre a recuperação paralela.
17.	O clima escolar de sua escola favorece a busca de soluções compartilhadas entre seus professores.
18.	Há troca de experiências entre os professores relacionados à recuperação paralela
19.	Os pais e responsáveis conhecem a recuperação paralela.
20.	A escola possui um momento próprio para conversar com os pais e responsáveis sobre a recuperação paralela.
21.	A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em recuperação paralela
22.	Os pais e responsáveis apoiam a escola dando devolutivas sobre o trabalho da escola.
23.	É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas.
24.	Os pais e responsáveis são participativos.

Fonte: Pesquisa da autora.

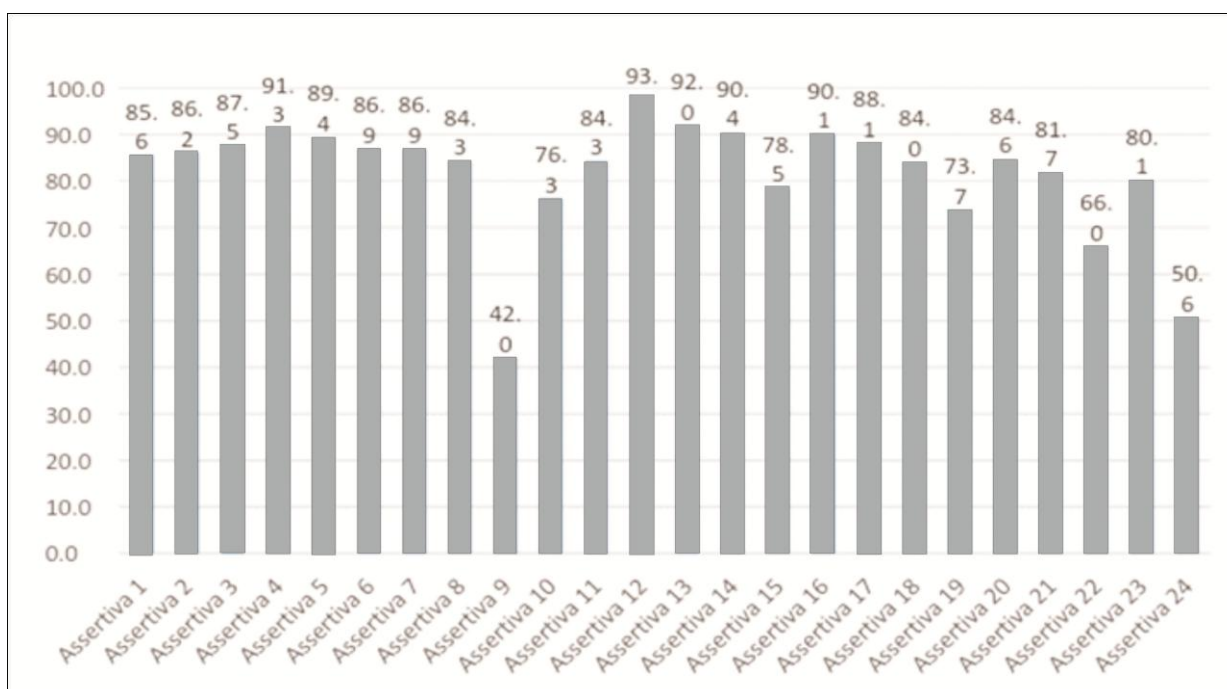
As questões construídas para o instrumento de pesquisa utilizado com os diretores da DRMI, sobre a implementação da Recuperação de Estudos em suas unidades escolares foram agrupadas da seguinte maneira:

- a. as assertivas de 1 a 3 buscavam reconhecer a divulgação da Recuperação de Estudos pela Regional;
- b. as assertivas de 4 a 9 foram agrupadas de forma a observar como a direção escolar se encarrega da Recuperação de Estudos;
- c. as assertivas de 10 a 14 foram agrupadas de forma a observar como a direção escolar entende o trabalho do coordenador pedagógico em relação à Recuperação de Estudos;

- d. as assertivas de 15 a 18 foram agrupadas de forma a observar como a direção escolar entende o trabalho do professor em relação à Recuperação de Estudos e;
- e. as assertivas de 19 a 24 foram agrupadas de forma a observar como é a dinâmica da direção escolar com os pais e responsáveis a respeito da Recuperação de Estudos da Recuperação de Estudos.

No Gráfico 8 pode-se observar o grau de concordância dos diretores da DRMI sobre a implementação da Recuperação de Estudos em suas unidades escolares.

Gráfico 8: Grau de concordância dos diretores sobre as assertivas



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico 8, observa-se que, na Diretoria Regional Pedagógica da Metropolitana I, há uma constante preocupação em fazer com que as orientações e legislações sejam repassadas para as unidades escolares de forma ampla, de modo a garantir informações à equipe pedagógica das escolas. Há uma compreensão que para que uma política educacional obtenha sucesso é necessário que todos os atores estejam envolvidos, ou seja, deve haver um comprometimento de todos os envolvidos no sistema de educação, como nos explica Lück (2013):

Enfim, pelo envolvimento das escolas nas decisões do sistema de ensino que afetam as práticas educacionais nelas realizadas, estas são fortalecidas e se tornam mais efetivas, resultando no fortalecimento e na maior efetividade do sistema como um todo. (LÜCK, 2013, p.67).

Pelas respostas dos diretores, 85,6% acreditam que a divulgação sobre a Recuperação de Estudos feita pela Regional auxilia a implementação desse projeto na escola. Dos diretores das escolas da DRMI 86,2% afirmam que as orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os profissionais da sua escola e 87,5% acreditam que o monitoramento da Regional auxilia a equipe diretiva da escola no acompanhamento da Recuperação de Estudos.

Nas respostas dos 104 diretores, 98,3% afirmam apoiar a realização da Recuperação de Estudos, o que auxilia a implementação da política pública da Recuperação de Estudos. Essa colaboração sobre a implementação de políticas educacionais se torna um elemento importante na nossa pesquisa, pois segundo Lordêlo e Dazzani (2009):

Se a implementação de uma política depende das ações de muitos atores, em muitas instâncias, o nível de aceitação e colaboração de cada um deles deve ser total, para que a implementação ocorra conforme foi planejada (LORDELO; DAZZANI, 2009, p.72).

Com base nas respostas do questionário aplicado aos diretores, sobre a Recuperação de Estudos na DRMI, constata-se que a regional, com suas ações, atende ao quesito participação com os diretores para o comprometimento, a aceitação e a participação da equipe diretiva no processo da Recuperação de Estudos, pois segundo Lück:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetadas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LÜCK, 2013, p.29).

Através dos dados coletados no questionário, 89,4% dos diretores afirmaram conhecer o trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores. 86.9% da direção escolar assegura que acompanha os resultados dos alunos após a

Recuperação de Estudos. Do total de diretores, 86,9% afirma que ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola e 84,3% reconhece a importância da implementação da Recuperação de Estudos, afirmando que esta auxilia na melhoria do aprendizado dos alunos. Dos diretores respondentes, 76,3% garante que há com frequência, em sua unidade escolar, reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.

As assertivas de nº 11 ao nº 14 expõem como os diretores compreendem o trabalho da coordenação pedagógica sobre a Recuperação de Estudos. Para 84,3% dos diretores a coordenação pedagógica acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos. 93,3% dos diretores assegura que os coordenadores pedagógicos conhecem a legislação referente à Recuperação de Estudos. Para 92% dos diretores, o coordenador pedagógico se sente capacitado para orientar os professores quanto à Recuperação de Estudos. Analisando os fatores acima descritos, compreende-se que os diretores acreditam que os seus coordenadores pedagógicos possuem um considerável conhecimento dos quesitos apresentados.

A porcentagem de concordância dos diretores escolares nas assertivas sobre os professores de sua unidade escolar nos mostram que 78,5% disse que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos. O questionário revela que 12,5% dos diretores discorda mais que concorda, que os professores concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para a aprendizagem dos alunos. O que demonstra que os diretores acreditam que seus professores têm certa descrença em fazer uso da Recuperação de Estudos.

Pela pesquisa, 90,1% dos diretores confirma que o professor está esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos.

De acordo com as respostas, 88,1% dos diretores acredita que o clima escolar é favorável a soluções pedagógicas e que 84% acredita que os professores têm conhecimento e trocam experiências sobre a Recuperação de Estudos.

Foram realizadas assertivas sobre a comunicação da escola com os pais e responsáveis dos alunos e com base nesses dados, 73,7% dos diretores considera que os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos. Segundo o questionário, 84,6% da direção escolar garante que a escola possui um momento próprio para conversar com os pais e responsáveis sobre a Recuperação de Estudos. 81,7% dos diretores assegura que a escola comunica aos responsáveis

quando os alunos estão em Recuperação de Estudos. Para 66% dos entrevistados, os pais e responsáveis apoiam a escola dando devolutivas sobre o trabalho da escola, 80,1% assegura que há um debate com os pais e responsáveis sobre as questões pedagógicas de seus filhos e 50,6% considera que os pais e responsáveis são participativos.

Segundo os dados apresentados acima, na visão dos diretores, há um problema relativo ao apoio da família na escola e a participação desses pais. Frente a isso, faz-se necessário uma maior aproximação entre escola e pais/responsáveis da DRMI para auxiliar o aluno na melhoria de sua aprendizagem, pois como nos explica Nóvoa (1992):

As escolas com melhores resultados são, normalmente, aquelas que conseguem criar as condições propícias a uma colaboração das famílias na vida escolar. É preciso romper, de uma vez por todas, com a ideia de que as escolas “pertencem” à corporação docente. Os pais, enquanto o grupo interveniente do processo educativo, podem dar um apoio ativo às escolas e devem participar num conjunto de decisões que lhes dizem diretamente respeito. Numa perspectiva individual, os pais podem ajudar a motivar e a estimular os seus filhos, associando-se aos esforços dos profissionais do ensino (NÓVOA, 1992, p.15).

Essa percepção de baixa participação, observada na assertiva "pais e responsáveis são participativos", leva a considerar a necessidade de a escola criar um ambiente favorável para maior participação dos responsáveis.

No Quadro 2, a seguir, podemos observar as respostas dos coordenadores pedagógicos.

Quadro 2 - Assertivas do instrumento de pesquisa Coordenadores Pedagógicos

1. O monitoramento da Regional auxilia a equipe diretiva da escola no acompanhamento da recuperação paralela.
2. As orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da recuperação paralela são conhecidas por todos os profissionais da sua escola.
3. A divulgação sobre a recuperação paralela feita pela regional atende as demandas para a implementação na escola.
4. A direção escolar apoia a realização da recuperação paralela.
5. A direção escolar apoia o trabalho da coordenação pedagógica referente a realização da recuperação paralela.
6. A direção da escola conhece bem a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pela coordenação pedagógica.
7. A direção da escola conhece bem a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores.
8. A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a recuperação paralela.
9. As ações de recuperação paralela são realizadas regularmente em sua escola.
10. A recuperação paralela auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.
11. A recuperação paralela é um entrave para o cumprimento do currículo escolar.

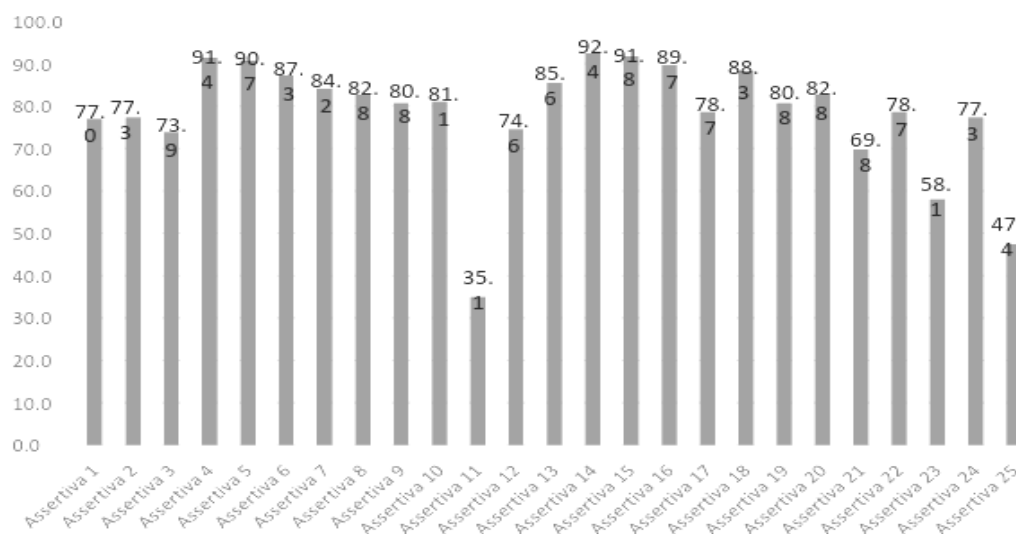
12. Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas, referentes à recuperação paralela.
13. A coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a realização da recuperação paralela.
14. Conheço a legislação referente à recuperação paralela.
15. Ofereço sugestões pedagógicas referentes à recuperação paralela.
16. Sinto capacitado para orientar os professores quanto a recuperação paralela.
17. Os professores de sua unidade escolar concordam que a recuperação paralela é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.
18. O professor está esclarecido quanto à legislação sobre a recuperação paralela.
19. O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre seus professores.
20. Há troca de experiências entre os professores, relacionados à recuperação paralela e outros assuntos pedagógicos.
21. Os pais e responsáveis conhecem a recuperação paralela.
22. A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em recuperação paralela.
23. Os pais e responsáveis apoiam o trabalho da recuperação paralela realizado pela da escola.
24. É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas.
25. Os pais e responsáveis são participativos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para melhor entendimento das respostas obtidas através dos questionários dos coordenadores pedagógicos:

- a. as assertivas de 1 a 3 foram agrupadas de forma a identificar como o coordenador pedagógico percebe a divulgação da Recuperação de Estudos pela Regional;
- b. nas assertivas de 4 a 8 se observa como coordenador pedagógico compreende a relação da direção escolar com a Recuperação de Estudos;
- c. as assertivas agrupadas de 9 a 12 focalizam a forma com que o coordenador pedagógico se relaciona com as atividades de Recuperação de Estudos em sua unidade escolar;
- d. os itens de 13 a 16 referem-se a forma como o coordenador pedagógico compreende a sua própria relação com a Recuperação de Estudos;
- e. as assertivas 17 a 20 revelam a forma com que o coordenador pedagógico considera a relação do professor quanto à Recuperação de Estudos, e
- f. de 21 a 25, as assertivas foram agrupadas de modo a considerar como o coordenador pedagógico compreende a relação dos pais/ responsáveis a respeito da Recuperação de Estudos.

Gráfico 9: Grau de concordância (em porcentagem) dos coordenadores pedagógicos sobre as assertivas



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas respostas dos coordenadores pedagógicos, percebe-se que há uma posição de ampla concordância com assertivas sobre a Recuperação de Estudos, assim como ocorreu nas respostas dos diretores. No que concerne às respostas dos coordenadores pedagógicos pode-se ressaltar que 77% concorda que o monitoramento sobre a Recuperação de Estudos feita pela Regional auxilia a implementação desse projeto na escola. Quanto às orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos serem conhecidas por todos os profissionais da escola, 77,3% dos coordenadores concorda com essa afirmação. Quanto à afirmação sobre a divulgação da Recuperação de Estudos, por parte da regional, atender às demandas para a implementação, na escola, 73,9% dos coordenadores pedagógicos respondeu que concorda totalmente. Ao se perguntar sobre ao apoio da direção escolar na realização da Recuperação de Estudos, 91,4% dos entrevistados respondeu que concordava totalmente. No que tange ao apoio da direção escolar no trabalho da coordenação pedagógica referente à realização da Recuperação de Estudos, 90,7% dos respondentes concorda totalmente.

Os dados revelam que o percentual de concordância nas respostas dos coordenadores pedagógicos sobre o monitoramento e divulgação por parte da regional é inferior aos dos diretores, ou seja, podemos dizer que a informação chega

de forma mais efetiva para os diretores, mas não chega de forma tão eficaz para os coordenadores pedagógicos. E ao serem questionados sobre realização da Recuperação de Estudos e apoio ao trabalho da coordenação, em relação à direção, esse quantitativo de porcentagem se eleva.

Um percentual de 87,3% dos coordenadores pedagógicos afirma que a direção da escola conhece bem a qualidade do trabalho pedagógico realizado pela coordenação pedagógica. 84,2% dos sujeitos de pesquisa confirma que a direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores. Ao perguntar para os coordenadores pedagógicos se a direção escolar acompanha os resultados dos alunos, após a realização da Recuperação de Estudos, temos um grau de concordância de 82,8%. Já em relação à assertiva sobre a regularidade das ações de Recuperação de Estudos em sua escola obteve-se (80,8%) de afirmação. Segundo o questionário, 81,1% afirma que a Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno. Um total de 35,1% dos coordenadores pedagógicos atestam que a Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo escolar. Ao perguntar aos coordenadores sobre a existência frequente, em sua unidade escolar, de reuniões de professores para discussões pedagógicas, referentes à Recuperação de Estudos, o grau de concordância foi de 74,6%.

Os dados do questionário revelam que 85,6% dos coordenadores pedagógicos afirma que a coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a realização da Recuperação de Estudos.

92,4% dos coordenadores pedagógicos confirma que conhece a legislação referente à Recuperação de Estudos, 91,8% oferece sugestões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos e 89,7% deles sentem-se capacitados para orientar os professores quanto à Recuperação de Estudos.

Para 78,7% dos coordenadores pedagógicos, os professores de sua unidade escolar acreditam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos. Em relação ao professor, 88,3% dos coordenadores pedagógicos, acredita que o professor está esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos.

Pode-se compreender, através das respostas a assertiva: "O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre seus professores," que os coordenadores pedagógicos acreditam na existência de um

clima favorável em busca de soluções pedagógicas, pois 80,8% disse que o clima escolar favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre seus professores.

Ao perguntar aos coordenadores pedagógicos se há troca de experiências entre os professores, relacionados à Recuperação de Estudos e outros assuntos pedagógicos, 82,8% concordou totalmente. Através dessas questões, percebe-se que os coordenadores pedagógicos acreditam que há trocas de experiências, nas unidades escolares, sobre as atividades de recuperação.

Pelas respostas ao questionário referente à Recuperação de Estudos: "Conheço a legislação", "Ofereço sugestões pedagógicas" e " Sinto capacitado para orientar os professores," nota-se que os coordenadores pedagógicos demonstraram conhecimento pelo assunto e promovem a sua implementação dentro da unidade escolar.

No questionário respondido pelos coordenadores pedagógicos da DRMI, 69,8% reconhece que os pais e responsáveis conhecem o assunto sobre Recuperação de Estudos. Como também, 78,7% dos respondentes acreditam que a escola cumpre o papel de comunicar aos pais e responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos. Porém, na assertiva que aborda o apoio dos pais e responsáveis no trabalho da Recuperação de Estudos realizado pela escola, obtém-se um total de 58,1% de respostas concordando com tal afirmativa e 77,3% dos respondentes confirmam que é debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas. Nas respostas dos coordenadores pedagógicos, observa-se que 47,4% acredita que os responsáveis são participativos.

Diante das respostas dos coordenadores, compreende-se que a relação entre escola e pais está aquém do esperado. É necessário que a escola busque uma maior integração com os pais e responsáveis.

Nesse sentido, é mister ampliar a participação dos pais e responsáveis com a escola, questão que foi apontada tanto na pesquisa entre os diretores, quanto nas resposta dos coordenadores pedagógicos.

No Quadro 3, a seguir, observamos as afirmativas que dizem respeito as respostas do professores.

Quadro 3 - Assertivas do instrumento de pesquisa Professores

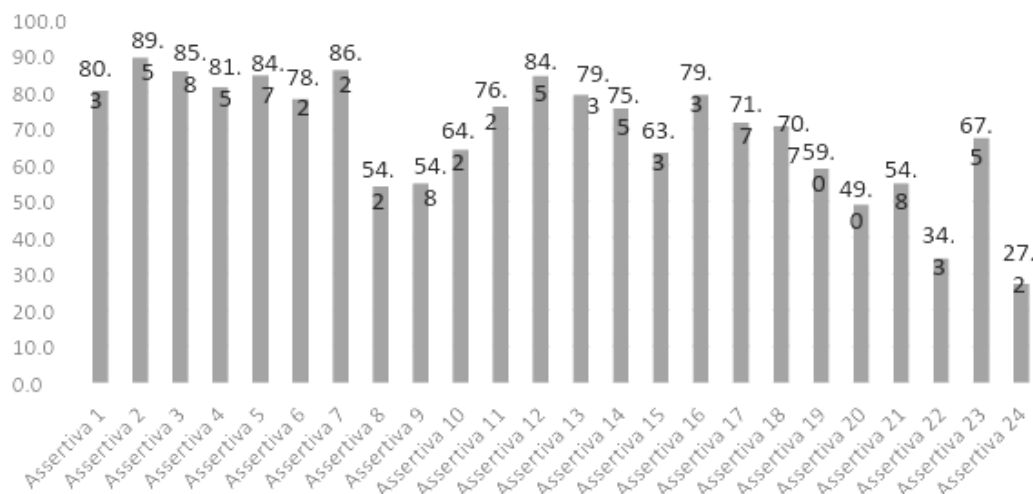
1. As orientações divulgadas, por meio de ofício para o diretor escolar, pela Regional para a realização da recuperação paralela são conhecidas por todos os profissionais da sua escola.
2. A direção apoia a realização da recuperação paralela
3. A direção escolar apoia o trabalho da coordenação pedagógica referente a realização da recuperação paralela.
4. A direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores.
5. A direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pela coordenação pedagógica.
6. A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a recuperação paralela.
7. As ações de recuperação paralela são realizadas regularmente em sua escola.
8. A recuperação paralela auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.
9. A recuperação paralela é um entrave para o cumprimento do currículo escolar.
10. Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes a recuperação paralela.
11. A coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a recuperação paralela.
12. Conheço legislação referente a recuperação paralela.
13. Ofereço sugestões pedagógicas referentes à recuperação paralela.
14. Sinto capacitado para orientar os professores quanto a recuperação paralela
15. Os professores de sua unidade escolar concordam que a recuperação paralela é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.
16. O professor está esclarecido quanto a legislação sobre a recuperação paralela.
17. O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre os professores.
18. Há troca de experiências entre os professores sobre a recuperação paralela.
19. A unidade escolar elabora projetos que contemplem a implementação da recuperação paralela.
20. Os pais e responsáveis conhecem a recuperação paralela.
21. A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em recuperação paralela
22. Os pais e responsáveis apoiam e auxiliam o trabalho realizado pela escola no que tange a recuperação paralela.
23. É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola.
24. Os pais e responsáveis são participativos.

Fonte: pesquisa da autora.

Para melhor compreensão sobre as respostas do questionário dos professores, foi organizado de forma que na assertiva 1 observa-se como o professor percebe a divulgação da Recuperação de Estudos pela Regional; nas assertivas de 2 a 6 verifica-se como professor compreende a relação da direção escolar com a Recuperação de Estudos. As assertivas de 7 a 19 foram agrupadas de forma a constatar a forma como o professor observa a dinâmica dos integrantes de sua unidade escolar com a Recuperação de Estudos. O foco das assertivas 12 a 14 foi observar como o professor interage em relação à Recuperação de Estudos. Nas assertivas de 20 a 24 foram agrupadas para compreender como o professor considera a relação com os pais/ responsáveis e a escola a respeito da Recuperação de Estudos.

No gráfico 10, a seguir, é observado o grau de concordância, em porcentagem, das respostas dos professores em relação à Recuperação de Estudos, nas unidades escolares da DRMI.

Gráfico 10: Grau de concordância dos professores sobre as assertivas



Fonte: pesquisa da autora.

Nas respostas do questionário, observa-se que 80,3% dos professores afirma que as orientações divulgadas, por meio de ofício para o diretor escolar, pela Regional, para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os profissionais da sua escola.

Sobre a direção escolar, 89,5% dos professores acredita que a direção apoia a realização da Recuperação de Estudos. Do total dos respondentes, 85,8% dos professores disseram que a direção escolar apoia o trabalho da coordenação pedagógica referente à realização da Recuperação de Estudos. 81,5% dos professores acreditam que a direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores. Para 84,7% dos professores, a direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pela coordenação pedagógica. 78,2% dos professores afirma que a direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.

Ao analisar as respostas sobre a Recuperação de Estudos, constata-se que 86,2% dos professores afirma que as ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.

Observe-se, no entanto, que para além da visão positiva sobre os itens avaliados até o momento, os indicadores mudam substantivamente quando se questiona sobre a crença dos profissionais acerca desse tipo de Programa. Isso porque apenas a metade dos respondentes (cerca de 54,2%) acredita que a Recuperação de Estudos auxilia na melhoria da aprendizagem, e com o mesmo percentual de concordância estão aqueles que consideram a Recuperação de Estudos como um entrave para o cumprimento do currículo escolar. Nessa assertiva, constata-se que há uma dificuldade dos professores em cumprir o currículo mínimo e a Recuperação de Estudos.

Do universo total, 64,2% dos respondentes afirmaram que "há com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos."

Ao perguntar aos professores a respeito da coordenação pedagógica de sua unidade escolar 76,2% afirma que estes acompanham os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos. Na assertiva "Conheço legislação referente à Recuperação de Estudos" 84,5% afirma que conhece a legislação sobre recuperação. No que diz respeito à assertiva "Ofereço sugestões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos" 79,3% dos respondentes afirma que sim.

Através dos dados do questionário, constata-se que 75,5% dos professores afirma se sentir capacitado para orientar os professores quanto à Recuperação de Estudos. 63,3% dos professores disseram que em sua unidade escolar a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.

No questionário referente aos professores, percebe-se que 79,3% concorda com a assertiva: "O professor está esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos." Pelos dados do questionário constata-se que 71,7% dos professores acredita que: "O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre os professores."

Há uma concordância entre 70,7% dos professores a respeito da troca de experiências entre os professores sobre a Recuperação de Estudos. Pelas respostas dos professores verifica-se que 59% assegura que a unidade escolar elabora projetos que contemplem a implementação da Recuperação de Estudos.

Ao perguntar aos professores se os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos, um percentual de 49% dos professores, afirma que os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos.

Com a assertiva: a escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos, houve um percentual de 54,8% de concordância.

54,3% dos professores afirma que os pais e responsáveis apoiam e auxiliam o trabalho realizado pela escola no que tange a Recuperação de Estudos.

O questionário apura que 67,5% dos professores considera que é debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola

Os dados mostram que 27,2% dos respondentes afirma que os pais e responsáveis são participativos.

Ao analisar as respostas dos professores percebe-se que os docentes não acreditam que os pais/responsáveis conheçam a legislação que norteia a Recuperação de Estudos. Nota-se que, a maioria dos professores considera que os pais e responsáveis não são participativos, não apoiam e também não auxiliam o trabalho realizado pela escola no que se refere à Recuperação de Estudos.

Na próxima seção é realizada uma análise comparativa entre as respostas dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

2.4 Análise comparativa das respostas

No Quadro 4, a seguir, pode-se observar as respostas dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A construção do quadro 4 teve como base as assertivas comuns a todos os respondentes o que possibilitou uma análise comparativa entre as respostas sobre a realidade das escolas e das relações entre esses sujeitos.

Quadro 4 - Comparativo de Respostas e % de concordância

ASSERTIVAS	% Concordância Diretores	% Concordância Coordenadores	%Concordância Professores
1 As orientações divulgadas, por meio de ofício para o diretor escolar, pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os profissionais da sua escola.	85,6%	77%	80,3%
2 A direção escolar apoia a realização da	98,3%	91,4%	89,5%

Recuperação de Estudos na escola.			
3 A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.	86,9%	82,8%	78,2%
4 As ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.	86,9%	80,8%	86,2%
5 A Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.	84,3%	81,8%	54,2%
6 A Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo ⁶ escolar.	42%	35,1%	54,8%
7 Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.	76,3%	74,6%	64,2%
8 A coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.	84,3%	85,6%	76,2%
9 Os professores de sua unidade escolar concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.	78,5%	78,7%	63,3%
10 O professor está esclarecido quanto a legislação sobre a Recuperação de Estudos.	90,1%	88,3%	79,3%
11 O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre os professores.	88,1%	82,8%	71,7%
12 Há troca de experiências entre os professores sobre a Recuperação de Estudos.	80,4%	82,8%	70,7%
13 Os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos.	73,7%	69,8%	49%
14 A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos.	81,7%	78,7%	54,8%
15 É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola.	80,1%	77,3%	67,5%
16 Os pais e responsáveis são participativos.	50,6%	47,4%	27,2%

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo, com as quatro primeiras assertivas do quadro 4 percebe-se que a linha de pensamento dos respondentes mostra-se coesa em relação: às orientações divulgadas, por meio de ofício para o diretor escolar, pela Regional e que a direção escolar apoia a realização da Recuperação de Estudos na escola e que também acompanha os resultados dos alunos após a recuperação, e as ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.

Na assertiva 5, grande parte dos professores entrevistados não reconhece que a realização da Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do

⁶ A pergunta realizada ao diretor foi "A Recuperação de Estudos toma muito tempo e dificulta na continuidade do currículo escolar."

aluno, diferentemente do gestor e do coordenador pedagógico. Isso demonstra uma certa dificuldade na implementação da Recuperação de Estudos de forma paralela. Este fato pode ocorrer devido à dificuldade da gestão escolar em implementar a política de recuperação. O gestor é o principal responsável por realizar ações que visem ao comprometimento de sua equipe e a integração de seus professores, como explica Machado e Miranda (2012):

Cabe aos gestores das escolas a mudança de postura para assumirem comportamentos mais proativos, deixando de ser sujeitos passivos no sistema. Desse modo, a possibilidade de melhor desempenho da escola, em termos de qualidade e alcance de metas, depende de um melhor desempenho da sua gestão (MACHADO; MIRANDA, 2012, p.14).

As mudanças que devem ocorrer com a implantação da Recuperação de Estudos nas escolas podem ocasionar rejeições levando a acreditar que a realização dessa prática pedagógica não auxilia na melhoria do aprendizado do aluno. Ao ocorrer tal dificuldade de implementação, cabe à equipe gestora identificar e buscar a resolução dos possíveis problemas. Pois, segundo Rezende e Candian (2013, p. 462), "as características da gestão são capazes de gerar mudanças significativas na escola."

Sobre a assertiva "a Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo escolar" há uma discordância de pensamentos entre diretores, coordenadores e professores, com uma quantidade expressiva de professores concordando com tal afirmativa. Infere-se que, há uma certa complexidade para que a equipe escolar assegure que a Recuperação de Estudos e os conteúdos e habilidades exigidas pelo currículo aconteçam simultaneamente nas escolas da Rede. Para que ocorra a implantação de políticas públicas educacionais no âmbito das escolas é preciso que esta tenha significação. Hengemühle (2011) alerta que:

[...] é na significação que o agir vai ser concretizado em todas as dimensões da escola. Se ela for internalizada, as pessoas, em vez de executarem tarefas porque alguém mandou, estarão criando o hábito de conhecer e fazer, refletindo suas funções a partir do sentido que as mesmas têm dentro do contexto. Dessa significação e problematização irá emergir a motivação para fazer e o fazer bem-feito com sentido e significado (HENGEMÜHLE, 2011, p.175 - 176).

É preciso que a equipe pedagógica compreenda a significação de seus atos pedagógicos. Que a gestão, em sua organização escolar, faça com que sua equipe pedagógica assimile que a política de Recuperação de Estudos tem sua importância tanto quanto outros programas e projetos implementados na Rede como o currículo mínimo. Nóvoa (1995) explica:

[...] que é justamente no contexto da organização escolar que as inovações educacionais podem implantar-se e desenvolver-se. Num certo sentido, não se trata tanto de inovar, mas de criar as condições organizacionais para que a inovação aconteça, para que as experiências pedagógicas não sejam sistematicamente destruídas com argumentos burocráticos, para que os profissionais do ensino se sintam motivados e gratificados para participarem em dinâmicas de mudança (NÓVOA, 1995, p. 40)

Desse modo, programas e projetos inseridos nas escolas por intermédio dos atos pedagógicos, da organização escolar e da forma que a gestão organiza seus espaços escolares devem fornecer condições para que os professores entendam que a Recuperação de Estudos não deve configurar um entrave para o cumprimento do currículo escolar.

Ao comparar as respostas na assertiva "Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos." constata que 76,3% dos diretores e 74,6% dos coordenadores pedagógicos afirma que sim. Na resposta do professor observa-se uma queda, demonstrando não concordar da mesma forma que os outros respondentes.

Pode-se perceber, pelas respostas, que há professores que acreditam existir poucas reuniões para debate sobre Recuperação de Estudos. É preciso que haja realização de reuniões, porque, de acordo com Hengemühle (2011, p.181), "as reuniões devem ser momentos de construção para disciplinar e comprometer a todos na efetivação do proposto." Portanto a escola deve ter, como prática regular, os encontros pedagógicos com sua equipe docente pois

o trabalho de qualquer profissional da educação só ganha significado e valor na medida em que esteja integrado com o dos demais profissionais da escola em torno da realização dos objetivos educacionais, cabendo aos gestores escolares, em seu trabalho de gestão sobre o processo pedagógico, dar unidade aos esforços pela interação de segmento e construção de uma ótica comum, a partir de valores e princípios educacionais sólidos e objetivos bem entendido. (LÜCK, 2013, p. 91).

Assim, é indispensável que haja entre o corpo docente maior participação em reuniões para transformar a escola em local de aprendizagem individual e coletiva, pois, segundo Libâneo (2013):

Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve os saberes e competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo (LIBÂNEO, 2013, p.35).

Assim, para o rendimento máximo desse quesito, deverá haver mais atuação dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores na realizações de reuniões pedagógicas que debatam sobre questões relativas à Recuperação de Estudos, pois são de extrema importância para a prática educacional, para o incentivo da participação e da construção coletiva dos saberes educacionais.

No que se refere ao acompanhamento da coordenação pedagógica escolar nos resultados dos alunos, após a recuperação, uma porcentagem um pouco menor de professores do que a de diretores e coordenadores concorda com isso. Sendo assim, faz-se necessário ampliar as ações de acompanhamento, pois, segundo Libâneo:

O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática ao professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível) auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos (LIBÂNEO, 2013, p.180).

Esse mesmo quesito perguntado ao coordenador pedagógico apresenta uma ascendência. Isso se deve à percepção individual de cada respondente ao seu fazer. Não há um equilíbrio no percentual das respostas dos diretores e dos coordenadores pedagógicos comparados com o dos professores, o que leva a reflexão de que para os professores, a coordenação pedagógica não acompanha os resultados obtidos pelos alunos. Pelo que demonstra Libâneo (2013), é preciso haver, no trabalho do coordenador pedagógico, maior viabilização e integração para que haja uma maior contribuição às práticas pedagógicas.

Os números, apresentados pela pesquisa, demonstram que mais de 60% dos professores e, aproximadamente, 80% dos diretores e coordenadores pedagógicos

afirmam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos. Contudo, há uma diferença entre as percepções desses sujeitos o que pode indicar a necessidade de um trabalho com a equipe pedagógica a respeito da recuperação, para que ela seja uma ferramenta e um instrumento pedagógico cujo objetivo seja auxiliar o aluno no processo da aprendizagem. Fica evidente que a recuperação tende a ter sucesso quando é uma ação conjunta da comunidade escolar, como explica Weisz (2010):

Quando a escola não assume que o apoio pedagógico é uma responsabilidade sua, os professores e alunos ficam abandonados à própria sorte. Os professores porque nem sempre conseguem encontrar alternativas para garantir a aprendizagem de seus alunos. E estes, por sua vez, porque não conseguem superar suas dificuldades momentâneas de aprender e acabam se transformando em alunos com dificuldades de aprendizagem. Assim, por falta total de possibilidades de alterar este quadro, todos desistem, professores e alunos, e o fracasso escolar se cristaliza e se avoluma (WEISZ, 2010, p.98).

Portanto, a escola, na figura do gestor, deve apropriar-se do fazer pedagógico e oferecer suporte aos coordenadores pedagógicos e professores para que estes auxiliem os alunos que se encontram com dificuldades na aquisição de aprendizagem. Verifica-se que é preciso que a gestão escolar articule sua equipe de professores, coordenadores, alunos e pais para abranger todos os envolvidos de forma democrática e participativa para que haja uma equipe que tenha unidade em sua forma de pensar. Lück, comenta que:

A gestão, portanto, é que permite superar a limitação da fragmentação e da descontextualização e construir, pela óptica abrangente e interativa, a visão e orientação de conjunto, a partir da qual se desenvolvem ações articuladas e mais consistentes. Necessariamente, portanto, constitui, ação conjunta de trabalho participativo em equipe (LÜCK, 2013, p.43).

As respostas vêm demonstrar que falta sincronismo pedagógico, e que este deve ser promovido pela gestão educacional, pois quando falta sincronismo pedagógico o ato de ensinar se torna fragmentado, o que evidencia não haver uma unanimidade no pensamento de professores, levando-os a crer que, em sua escola, há professores que não veem a Recuperação de Estudos como uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos. Essa forma de agir da escola está intrinsicamente ligada à sua cultura organizacional, que Nóvoa (1995) assevera que é:

composta por elementos vários, que condicionam tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade. Definidos numa perspectiva antropológica, esses elementos integram aspectos de ordem histórica, ideológica, sociológica e psicológica (NOVOA, 1995, p.15).

Assim, a cultura organizacional, ou seja, a forma que a gestão estabelece relações e interage com o meio pedagógico, com os funcionários, professores, alunos e pais, explica as respostas dos professores ao questionário em que há uma percepção por parte dos respondentes que em suas escolas há docentes que não acreditam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para a aprendizagem dos alunos.

A assertiva que trata do reconhecimento do professor sobre seu esclarecimento quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos revela que 90,1% dos diretores e 88,3% dos coordenadores pedagógicos estão seguros quanto a esse esclarecimento, porém, apenas, 79,3% dos professores possuem a mesma opinião. Pode-se chegar à conclusão de que uma parte dos professores não possuem conhecimento da legislação atual, haja visto, que é significativa a quantidade de professores que responderam não estar esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos. De acordo com Libâneo (2013):

Ninguém pode participar plenamente de uma equipe se não estiver bem informado sobre assuntos tratados. A participação em um grupo e nas reuniões exige que os membros conheçam o assunto e se familiarizem com a problemática discutida. Há três campos de conhecimento em relação aos quais os professores precisam estar muito bem informados: a legislação, os planos e diretrizes oficiais; as normas e rotinas organizacionais; as questões pedagógicas e curriculares. As escolas devem tornar disponíveis aos professores e pessoal técnico-administrativo os documentos básicos da legislação federal, estadual e municipal, dentre eles, cópias da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, do plano nacional de educação, dos parâmetros curriculares nacionais, do regimento escolar (LIBANEO, 2013, p.81).

Portanto, o conhecimento (ou não) da legislação influencia na participação, e se torna imprescindível que a equipe escolar tenha conhecimento dela e é preciso que na escola, o gestor faça chegar até a sua equipe as legislações pertinentes ao seu trabalho pedagógico.

Aproximadamente 70% dos professores e mais de 80% dos diretores e coordenadores afirma que o clima escolar de sua escola favorece a inovação e a

busca de soluções compartilhadas entre os professores. Rezende e Candian (2013), enfatizam que:

Além da gestão com enfoque pedagógico e democrático, é preciso ressaltar a importância de outro elemento que tem sido apontado como fundamental para a melhoria do desempenho dos alunos, o clima escolar. Entendido, em regra, como um conjunto de elementos que, a partir da própria escola, criam um ambiente favorável à aprendizagem, o clima escolar é complexo de ser mensurado, mas tem demonstrado ser um elemento importante para que condições de aprendizagem sejam repensadas (REZENDE; CANDIAN, 2013, p.458).

Logo, entende-se que, quanto maior o nível de satisfação em relação ao clima escolar, maior a possibilidade de superar problemas de aprendizagem dos alunos.

Os dados do questionário reforçam a ideia de que os diretores e coordenadores pedagógicos acreditam existir uma troca de experiências entre os professores sobre a Recuperação de Estudos, porém as respostas dos professores indicam que, apesar de 70,7% concordar que há trocas de experiências, os dados mostram que há uma disparidade de pensamentos, conclui-se que, nas escolas, não há um alinhamento nos pensamentos da equipe pedagógica e, nesse sentido, é fundamental que haja uma interação entre os indivíduos da equipe pedagógica, para trocas de experiência, Domingues (2014) descreve que:

Na perspectiva dos professores, a troca de experiências tem vários sentidos: a discussão das dificuldades da sala de aula, a divulgação de "bons trabalhos," a condução de aspectos delicados do trabalho com pessoas, oficinas com professores mais experientes ou especialistas, a discussão por área, o planejamento a partir das atividades formativas, vivenciadas com alunos e retomadas nas discussões. Essa troca, pode, então, constituir-se em uma sugestão de trabalho ou num processo coletivo de reflexão sobre a ação. Portanto sua multiplicidade de configurações pode, bem como a valorização da participação ativa dos professores, consolidam na visão desses profissionais um aspecto positivo de formação, que deveria ser reforçado no horário coletivo de formação (DOMINGUES, 2014, p.150).

Assim, a troca de experiências é uma forma de consolidar o trabalho coletivo, as ações de Recuperação de Estudos pelos diretores, coordenadores pedagógicos e professores para solidificar as ações de aprendizagem do aluno.

Nos dados coletados sobre o conhecimento dos pais/responsáveis sobre a Recuperação de Estudos, verifica-se que 51% dos docentes discorda dessa assertiva, enquanto somente 26,3% dos diretores e 30,2% dos coordenadores discorda. Frente a isso, é necessário que a escola busque compreender essa

diferença entre as visões do diretor, do coordenador pedagógico e do professor com o objetivo de minimizá-las, estabelecendo uma melhor participação dos pais e responsáveis, no que se trata em conhecer a política de Recuperação de Estudos das escolas de seus filhos. Essa baixa participação de pais/responsáveis segundo Lück se deve:

[...] em geral, os pais, pouca participação exercem na determinação do que acontece na escola. Algumas vezes teme-se a participação de certos pais, sendo muito eloquentes e de temperamento forte, tentam impor sua vontade sobre procedimentos escolares e que muitas vezes funcionariam mais para "facilitar" sua própria vida, ou de seus filhos, do que para melhorar a qualidade do ensino, conforme percebido por gestores e professores. Em vista disso, muitas vezes, os dirigentes escolares não apenas deixam de ouvir os pais, como até evitam fazê-lo e de dar espaço para a participação familiar (LÜCK, 2013, p.83 e 84).

Os dados coletados sobre a comunicação da escola com os pais/responsáveis sobre a Recuperação de Estudos, do ponto de vista do professor, evidencia que há dificuldade de interação da escola com os pais/responsáveis. A escola deve estabelecer relações de diálogo com pais/ responsáveis, que segundo Libâneo, (2013, p.96), há:

a necessidade de vínculo maior com as famílias, uma vez que responsabilidades que antes correspondiam aos pais e mães vão sendo conferidas às escolas: orientação psicológica, orientação sexual, orientação para novas necessidades da vida urbana, educação para o trânsito, educação para o lazer, educação ambiental, dentre outras (LIBÂNEO, 2013, p.96).

A gestão escolar deve alinhar ações com a equipe pedagógica, objetivando que a participação dos pais/responsáveis aconteça de forma a estabelecer relações favoráveis ao diálogo e à busca de soluções pedagógicas.

Na assertiva "É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola" verifica-se que, pelas respostas dos professores, as instituições escolares na DRMI têm dificuldade de debater com os pais e responsáveis questões pedagógicas. Isso gera uma condição desfavorável à aprendizagem dos alunos, é preciso um acompanhamento de toda a comunidade escolar, porque de acordo com Melchior (1998, p. 30):

Os problemas sociais são cada vez mais diversificados e maiores e estes vêm com os estudantes para escola. Os educadores, muitas vezes se sentem impotentes na solução de problemas educacionais que são

consequência do contexto do aluno. Não adianta apenas identificar as dificuldades é necessário que se unam governo, escola e família para encontrar alternativas de solução para minimizar os fatores que estão dificultando a aprendizagem, sejam estes originados na família ou na escola (MELCHIOR, 1998, p.30).

Os debates das questões pedagógicas com pais/responsáveis deve ser compreendido como imprescindível para a implantação de mudanças sociais e na melhoria da atuação pedagógica das escolas.

Ao comparar as respostas dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores sobre a participação dos pais/responsáveis, estes afirmam que os pais e responsáveis não são participativos. A gestão escolar deve estar atenta à dificuldades de participação dos pais/responsáveis porque:

O gestor agindo como líder deve perceber que não somente alunos, professores e funcionários estão relacionados a sua equipe de trabalho, mas também deve incluir os pais dos alunos e comunidade de forma geral. Isso faz com que se tenha uma participação de todos no processo de aprendizagem dos alunos, que é o principal objetivo da escola (ROCHA, SOARES, SANÁBIO, 2014, p. 6).

Desse modo, a escola deve garantir a participação dos pais/responsáveis, porque a percepção destes, a respeito do ambiente escolar, influencia nos aspectos educativos e na aprendizagem do alunado.

Na assertiva "É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola" verifica-se que, pelas respostas dos professores, as instituições escolares na DRMI têm dificuldade de debater com os pais e responsáveis questões pedagógicas. Isso gera uma condição desfavorável à aprendizagem dos alunos, é preciso um acompanhamento de toda a comunidade escolar, porque de acordo Sacristán (2000):

É preciso uma preocupação neste sentido que proponha: a) uma política de informação fluida e constante com pais e outros agentes em torno não apenas do progresso e programas dos alunos/as, mas também das experiências que vão empreender (SACRISTÁN, 2000, p.270).

A escola deve estar atenta ao acompanhamento sistemático de sua comunidade externa, os pais/responsáveis também devem contribuir com a vida escolar do alunado e de sua aprendizagem.

Os resultados deste questionário indicam que a gestão escolar da DRMI deve melhorar a participação e comunicação dos pais/responsáveis de suas escolas, para maior acesso às questões pedagógicas e, em consequência, contribuir para a melhoria dos avanços educacionais e sociais dos alunos.

A partir da pesquisa realizada com os diretores, coordenadores pedagógicos e professores da Diretoria Regional Metropolitana I fica evidente que o corpo docente não compactua de igual forma com os pensamentos dos coordenadores pedagógicos e com os diretores da unidade escolar.

Tendo em vista as respostas observadas nos grupos de diretores, coordenadores pedagógicos e professores das escolas pertencentes a DRMI que sinalizaram que há dificuldades em compreender que a Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno, que para parte dos respondentes a Recuperação de Estudos pode ser um entrave para o cumprimento do currículo escolar. Fica perceptível que, para alguns respondentes, há necessidade de aumentar a frequência de reuniões do corpo docente para discussões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.

É perceptível que é preciso melhorar: o clima escolar, o esclarecimento dos professores quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos, o entendimento sobre a Recuperação de Estudos ser uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos e agregar no cotidiano escolar a troca de experiências entre os professores sobre a Recuperação de Estudos.

É necessário buscar soluções sobre a comunicação da escola com os pais e responsáveis, como também a participação destes na escola.

O capítulo 3 tem por objetivo intervir com proposições para o aprimoramento do fazer pedagógico, auxiliar o corpo docente e, em consequência, proporcionar a melhoria da aprendizagem dos discentes, com foco, na Recuperação de Estudos.

Dessa forma, estabeleceram-se algumas ações que serão propostas e encaminhadas à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

No capítulo seguinte, segue a descrição das ações de intervenção que serão propostas neste Plano Ação Educacional (PAE) com o objetivo de realizar melhorias na implementação da Recuperação de Estudos.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - PROPOSTA PARA A MELHORIA DA IMPLANTAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS NAS ESCOLAS DA DRMI

Esta dissertação teve como objetivo analisar a implementação do programa de Recuperação de Estudos nas Escolas Estaduais do Rio de Janeiro localizadas na Diretoria Regional Metropolitana I.

Após analisar os dados da pesquisa com os diretores, coordenadores pedagógicos e professores da DRMI, apresenta-se uma proposta de intervenção que busca auxiliar nos dados que mais obtiveram diferenças nas variações de percentuais entre as respostas dos diretores, coordenadores e professores.

Os problemas encontrados nas análises dos dados coletados durante a fase da pesquisa e que se destacaram foram: o baixo grau de concordância, por parte dos professores, em relação à assertiva de que a realização da Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno, diferentemente do gestor e do coordenador pedagógico; o fato de haver certa dificuldade para que a equipe escolar assegure que a Recuperação de Estudos e o currículo aconteçam simultaneamente nas escolas da Rede; o baixo grau de concordância dos professores em relação ao diretor e coordenador pedagógico, referente à afirmação de que os professores concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para a aprendizagem dos alunos.

Além disso, os dados coletados evidenciam também uma dificuldade de interação da escola com os pais/responsáveis, demonstrando dificuldade de debater com os pais e responsáveis questões pedagógicas. Pelas respostas, constata-se que os assuntos que se referem à Recuperação de Estudos não estão consolidadas e alinhadas pelas equipes pedagógicas das escolas da DRMI.

Deste modo, neste capítulo, é apresentado o Plano de Ação Educacional - PAE. O intuito desse PAE é propor ações que auxiliem na resolução dos principais problemas encontrados na análise dos dados, realizado no capítulo 2.

3.1 Ação 1 – Criação de blog

O Capítulo 2 desta dissertação revela que parte dos respondentes demonstram dificuldades em compreender que a Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno. Muitos diretores, coordenadores pedagógicos e

professores afirmam que a Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo escolar e parte dos respondentes concorda que para os professores de sua unidade escolar a Recuperação de Estudos não é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.

Isto posto, fica definido que a ação será voltada para oferecer aos docentes (diretores, coordenadores pedagógicos e professores) das escolas um suporte pedagógico para realização da Recuperação de Estudos. Portanto, a proposta é de implementar um blog, com fins educacionais.

Ressalta-se que essa ação foi planejada nos moldes de um projeto desenvolvido na DRMI, com os professores sobre currículo, em que foi utilizado o blog para o seu desenvolvimento, que teve uma grande participação e adesão dos professores, portanto, devido à facilidade de comunicação, fácil acessibilidade, de envolver variados sujeitos e da familiaridade dos atores envolvidos com a ferramenta, justifica-se a escolha do diário eletrônico, ou seja o blog.

O objetivo principal desta ação é permitir que os professores tenham um espaço de aprendizagem e troca de experiências. Dessa forma, a unidade escolar terá condições de elaborar projetos que contemplem a implementação da Recuperação de Estudos.

Assim, a criação de um blog, com fins pedagógicos, será um auxílio para que os professores obtenham um local virtual de cooperação e colaboração e desenvolvimento de projetos, auxiliando a unidade escolar a elaborar projetos que contemplem a implementação da Recuperação de Estudos, este espaço seria organizado pela coordenação pedagógica e trabalhado em reuniões mensais, em que os professores de cada unidade escolar desenvolverão atividades pedagógicas para alimentar o blog. Essa atividade seria realizada pelos professores, em horário de atividade complementar, durante o planejamento semanal, sendo realizada pelos professores para que não haja sobrecarga para a equipe pedagógica. O coordenador pedagógico da unidade escolar será o responsável em alimentar o blog com as atividades desenvolvidas pelo grupo de docentes.

Essa ação tem como finalidade possibilitar um espaço interativo de comunicação e de aprendizagem voltados para os professores da DRMI.

A proposta de criação de um blog para os professores da DRMI seria para formar um grupo de promoção de um espaço de aprendizagem coletiva para a instituição. Segundo Meirinhos e Osório (2011)

a dimensão coletiva de trabalho assenta nas necessidades, cada vez mais acrescidas, de comunicar, de interagir e de colaborar, com base nas quais se formam os colectivos de trabalho, enquanto unidades fundamentais da organização (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2011, p.45).

O primeiro momento, constituir-se-ia para debates, durante o período de 1 hora em média, sobre quais as competências do currículo que os alunos apresentaram maior dificuldades de aprendizagem.

O segundo momento, seria propor atividades diferenciadas com base no currículo mínimo da SEEDUC-RJ.

A coordenação pedagógica ficaria responsável em repassar as atividades para a Coordenação de avaliação que alimentaria o blog. No momento seguinte, seriam divulgadas as atividades pelo blog, para que os professores da DRMI tivessem acesso, como resultado, a DRMI teria um banco de atividades pedagógicas disponibilizado para todos os professores e escolas. Esta ação deverá ter início no ano de 2016.

Quadro 5 - Síntese da Ação 1

O quê?	Criação de um Blog para os professores da DRMI.
Por quê?	Reforçar a troca de experiências educacionais entre os professores.
Quando?	No 1º semestre de 2016.
Quem?	Coordenação de Avaliação
Onde?	Na DRMI
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaborada pela autora.

3.2 Ação 2 – Criação de seminário sobre recuperação de estudos

Esta ação tem por objetivo divulgar os principais achados da pesquisa sobre a recuperação de estudos. O evento será em formato de seminário.

A finalidade é possibilitar um espaço para divulgar sobre os resultados da pesquisa acerca da pesquisa com os diretores, coordenadores pedagógicos e professores realizada sobre de recuperação de estudos na DRMI. A importância da divulgação é necessária pois como nos explica Targino (2000):

Por que divulgar resultados? De forma simplista, a resposta pode ser assim enunciada: porque o processo de pesquisa científica, em qualquer área do conhecimento, incluindo, obviamente, a ciência da informação, só se completa quando comunicada (TARGINO, 2000, p.2).

A Coordenação de Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Escolar apresentará os resultados encontrado na Diretoria Regional Metropolitana I.

Para o evento serão convidados os membros do Diretoria Regional Pedagógica, os AGEES , os diretores das escolas e demais representantes da SEEDUC-RJ.

Segue um quadro resumo, para melhor visualização desta ação:

Quadro 6 - Síntese da Ação 2

O quê?	Seminário sobre recuperação de estudos.
Por quê?	Oportunizar o conhecimento dos resultados da pesquisa sobre a recuperação de estudos na DRMI.
Quando?	No 1º semestre de 2016.
Quem?	Coordenador de Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Escolar
Onde?	Regional.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaborada pela autora.

3.3 Ação 3 – Projeto de intensificação de participação de pais na escola

Essa ação está estruturada a fim de apoiar a escola para ampliar a participação e a comunicação dos pais/responsáveis na escola, uma vez que, em nossas análises, percebe-se que a relação escola - família ainda é problemática.

Em virtude do que foi coletado, pelo questionário nas assertivas: "Os pais e responsáveis são participativos", "É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola." e "A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos." Esta ação tem como objetivo ampliar a participação e melhorar a comunicação dos pais e responsáveis, tornando a instituição escolar um local mais próximo da família dos alunos para que possam contribuir com o aprendizado desses.

É no sentido de aproximar escola e família que serão propostos encontros, para atendimento dos pais e responsáveis, os encontros aconteceriam em horários variados, na parte da manhã, da tarde e da noite para contemplar maior quantidade de pais/responsáveis possíveis, sendo elencados 2 dias da semana para ocorrer esses encontros.

A finalidade desses encontros é incentivar a convivência dos pais e responsáveis, nas unidades. Assim elencar as dificuldades ocorridas em um

ambiente escolar e apresentar ações, para melhoria da aprendizagem dos alunos e do convívio escolar. Desta forma, a gestão escolar deve estar atenta para preparar esses encontros, de uma forma que os pais/responsáveis se sintam acolhidos. Para tanto, o ambiente escolar deve ser previamente organizado para que os espaços onde ocorrerão as reuniões tenham condições de incluir todos os convidados, confortavelmente, que o material e equipamentos necessários estejam em perfeito estado de funcionamento e previamente organizados.

Para que esta ação tenha maior efetividade e êxito a gestão escolar deve realizar esse encontros com os pais/responsáveis através de uma comissão de pais que fará uma representatividade dos demais pais/responsáveis, na qual serão responsáveis para levar o conhecimento das decisões dos encontros e reivindicar pela comunidade escolar.

A gestão escolar deve organizar uma pauta para que a reunião tenha foco e seja produtiva, criar uma lista de assinatura e uma ata para que se registrem os pontos principais da reunião. Haja uma boa recepção aos pais, no ambiente escolar, e que este deva ser bem sinalizado. A gestão escolar deve solicitar a um funcionário para que direcione os pais nos lugares reservados, para manter a organização e reduzir atrasos inoportunos e desnecessários. Nesses encontros, deve-se objetivar a importância da abertura do diálogo, importante também que os pais conheçam a avaliação de aprendizagem da escola e debatam sobre as políticas voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos, como no caso a Recuperação de Estudos. Faz-se necessário que a escola organize um tempo para que os pais/responsáveis manifestem seus pontos de vista acerca do que está se debatendo. As críticas e os questionamentos realizados por eles devem ser ouvidos e discutidos e suas opiniões devem ser consideradas como relevantes. O encontro deve ser conduzido de forma que as questões escolares e de aprendizagem sejam tratadas e dialogadas com os pais /responsáveis, para que haja, nos participantes, mais interesse e melhor participação.

Espera-se que a escola nesses encontros evite o padrão de uma reunião costumeira, e que os pais e responsáveis se sintam acolhidos e que exponham suas apreciações e análises e desenvolvam os elementos fundamentais para a estruturação de um diálogo entre os pais, diretor, coordenador pedagógico e professores.

Esta ação deverá ter início no ano de 2016 e ocorrerá a partir do 1º semestre. Tendo uma duração inicial de 6 meses.

Quadro 7 - Síntese da Ação 3

O quê?	Projeto de intensificação de participação e comunicação de pais e responsáveis na escola.
Por quê?	Intensificar a participação de pais e responsáveis na escola.
Quando?	2 horas mensais de reunião com pais/responsáveis.
Quem?	Direção escolar
Onde?	Na escola.
Quanto?	Sem custos Custo de folhas e impressão de papel por pais/responsáveis.

Fonte: Elaborada pela autora.

3.4 Ação 4 – Encontro pedagógico com foco na recuperação de estudos

Pelas respostas ao questionário, constata-se que há necessidade de aumentar a frequência de reuniões do corpo docente, pois os assuntos que se referem à Recuperação de Estudos não estão consolidadas e alinhadas pelas equipes pedagógicas das escolas da DRMI.

Portanto, esta ação visa à melhoria do clima escolar, para buscarem recursos pedagógicos e da melhoria da aprendizagem do aluno, como também melhoraria do convívio entre os professores e alinhamento o entre os diretores, coordenadores pedagógicos e professores para auxiliar, acompanhar, estudar, tomar decisões, em conjunto.

O objetivo principal desta ação é proporcionar aos diretores, coordenadores pedagógicos e professores, através de encontros mensais, um processo democrático e de transparência no trabalho em equipe, com o intuito de superar diferenças e alinhar pensamentos e atitudes da equipe pedagógica. Nesse encontro, a proposta é que aconteça um alinhamento de pensamentos e atitudes entres os membros da equipe pedagógica para que o trabalho em torno da Recuperação de Estudos aconteça de forma integrada.

Para que haja maior integração e participação entre os membros de equipe pedagógica e para poder atenuar a divergência entre as percepções do diretor, coordenador pedagógico e professores.

A finalidade é possibilitar um momento de alinhamento de atitudes para a equipe pedagógica e utilizar do momento de realização de planejamento proposto pela Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 419/2013. que uma vez por mês, haverá um encontro pedagógico específico para tratar dos assuntos sobre a Recuperação de Estudos em sua unidade escolar, afim de reduzir divergências de pensamentos e percepções entre a equipe pedagógica em torno da temática, alinhando as atividades, debatendo a legislação referente à recuperação de estudos e, de certa forma, mediar as relações no ambiente escolar, o que tende a refletir na melhoria da prática pedagógica. Esses encontros deverão ser registrados em ata com as principais ideias discutidas referentes à Recuperação de Estudos e no final de cada reunião haverá uma avaliação para aprimorá-la e analisar as atividades sobre a política de recuperação.

Esta ação deverá ter início no ano de 2016.

Quadro 8 - Síntese da Ação 4

O quê?	Reunião de alinhamento.
Por quê?	Reforçar a troca de experiências educacionais entre os professores.
Quando?	No 1º semestre de 2016.
Quem?	Diretor, coordenador pedagógico e professores.
Onde?	Na unidade escolar.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaborada pela autora.

3.5 Ação 5 – Plano de monitoria de estudos para alunos

Essa ação foi criada com base nas respostas do questionário em que é observado que os respondentes contestaram que a Recuperação de Estudos é um fator limitador para o cumprimento do currículo mínimo.

O objetivo da ação é promover um plano de estudos que contemple os alunos com déficit na aprendizagem, utilizando monitoria dos próprios alunos.

Este plano de estudos contemplará os alunos em recuperação e será elaborado pelos próprios alunos monitores das unidades escolares, mediante a realidade de cada turma. Os coordenadores pedagógicos organizarão os grupos de trabalho, de forma que os alunos que dominam os conteúdos trabalhem juntamente com os que ainda não aprenderam. A monitoria é voluntariada e ocorre, na medida

em que, os alunos demonstram dificuldade de aprendizagem, recorrem ao aluno monitor, que é previamente escolhido pelo professor da disciplina.

A monitoria é formada com grupos de trabalho de no máximo 10 alunos, em horários diferenciados da sala de aula, sendo que um deles fica responsável para auxiliar os colegas nas atividades propostas.

O intuito de formar um plano de monitoria é para não sobrecarregar o professor que, por vezes, tem dificuldades de auxiliar a prática da Recuperação de Estudos e ter que adotar o currículo mínimo, obrigatoriamente. Esta ação deverá ter início no 1º semestre do ano de 2016.

Quadro 9 - Síntese da Ação 5

O quê?	Criação de um Plano de Estudos para alunos através de monitoria
Por quê?	Reforçar a troca de experiências educacionais entre os alunos.
Quando?	Diariamente.
Quem?	Professor
Onde?	Na escola.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaborada pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da promulgação da LDB 9394/96, nota-se que a elaboração das diretrizes oficiais avança no sentido de assumir que a recuperação de estudos é importante para a melhoria de aprendizagem dos alunos. Porém, é necessário que as legislações vigentes avancem mais em questões que tratem do enfrentamento aos desafios encontrados nas orientações e estruturas que concernem a parte pedagógica da recuperação de estudos. Outrossim, é de relevância que se compreenda como as legislações são de fato implementadas nas unidades escolares.

Já no âmbito escolar, gestor, coordenador pedagógico e professor devem estar vigilantes ao aluno que necessita de uma atuação mais intensa no seu aprendizado. A escola deve assumir que se o aluno tem dificuldades de aprender, ela deve estar atenta e oferecer auxílio e suporte de aprendizagem, no caso, a Recuperação de Estudos. A escola precisa descobrir, debater e atacar questões referentes aos fatores internos e ou externos que desencadeiam a dificuldades em aprender. Mas a escola no ato de recuperar estudos e defasagens de seus alunos não é e não pode ser autônoma e solitária, esse suporte deve ser garantido por todos que fazem parte do sistema que envolve a escola: a família, a Secretaria Municipal ou Estadual, a União e até o próprio aluno. Não cabe a responsabilização ou a culpabilização de professores e alunos, quando é necessário que se tenha avaliações em relação às práticas pedagógicas, aos programas educacionais elaborados pelo governo e geridos pela própria escola, para que haja ajustes e que se tenha a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Deve-se buscar uma constante avaliação das ações e dos programas para que haja avanço na educação. Essa busca deve ser pautada na melhoria da aprendizagem, em um processo que demanda trazer reflexões sobre a aprendizagem do alunado e de procurar soluções a partir das práticas educativas que tenham como objetivo o aprender e ensinar.

As dificuldades encontradas nesta dissertação evidenciam a necessidade de mudanças de paradigmas. É preciso que para se alcançar melhores índices de aprendizagem, a escola alcance uma maior participação da família, trabalhe um alinhamento de pensamentos e atitudes de seu grupo de professores.

Através das respostas obtidas nesta dissertação, percebe-se que há a necessidade de envolver a escola em um processo de gestão democrática em que todos se sintam responsáveis pela situação escolar e que deve haver uma articulação adequada entre a comunidade escolar e seus variados atores, para recuperar a aprendizagem dos alunos com dificuldades.

A escola necessita de um convivência democrática, que se faz diariamente e deve ser construída coletivamente para que seja um espaço de experiência criativo para convivência social.

A prática da recuperação de estudos nas escolas precisa resgatar o aluno e formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, para que sejam um agentes modificadores de sua própria realidade.

A sociedade em conjunto com a escola precisa convergir à responsabilidade acerca dos resultados da melhoria escolar, sendo ponto relevante para viabilizar o aperfeiçoamento da própria sociedade e da educação dos cidadãos. A escola tem que estar preparada para um relacionamento democrático, para se ensinar além do que se ensina em sala de aula e recuperar, oportunizando aos alunos que se encontram defasados, possibilidades de recuperação da aprendizagem.

Neste estudo, fica evidente, apesar dos avanços quanto à Recuperação de Estudos ser considerado um direito do aluno, ainda há dificuldades em vincular o fazer pedagógico diário à ação da Recuperação de Estudos de forma paralela. Portanto, é preciso que a escola junto à secretaria ofereça apoio e melhorias nas ações pedagógicas de Recuperação de Estudos.

Neste trabalho, desejando almejar uma educação que integre a cidadania à ascensão profissional, à inserção dos indivíduos críticos e conscientes, atrelados à qualidade de ensino da educação pública, buscou-se elencar ações para uma melhor atuação das escolas da DRMI no que se propõe a implantação da Recuperação de Estudos. As ações aqui propostas não possuem a intenção de encerrar as melhorias que a regional e as escolas possam desenvolver, mas dar viabilidade às ações de Recuperação de Estudos visando à melhoria da aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, E. F. Metodologia de pesquisa: instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. **Ser professor universitário**. 2008. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- BURGOS, Marcelo Baumann; CANEGAL, Ana Carolina. Diretores escolares em um contexto de reforma da educação. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, v.1. n.1, p.14-36, 2011.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 24 set. 2014.
- _____. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 1.068, de 01 de outubro de 1972. Dispõe sobre Estudo de Recuperação. Brasília, DF, 1972.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.shtm>. Acesso em: 25 set. 2014.
- _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 23 set. 2014.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação, em 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF, 2010.
- BRITO, Márcia de Sousa Terra; COSTA, Marcio da. Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas públicas do município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, n.45, p.500-510, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/08.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, v.2, n.2, p.78-100, 2012. Disponível em: <www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/.../22> de ES Conde - 2012 >. Acesso em: 18 de set. de 2015.
- DOMINGUES, Isaneide. **O Coordenador Pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. Editora Cortez: São Paulo, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola:** Universidade Estadual Paulista Júlio e Mesquita Filho. Acervo Digital, 2001. Disponível

em:<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. Ed. Heccus: São Paulo, Brasil, 2013.

GODOY, Helena Pádua Coelho de; MURICI, Izabela Lanna. **Gestão Integrada da Escola.** Série Educação. Nova Lima, MG: INDG, 2009.

GUNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário.** Laboratório de Psicologia Ambiental, Série: Planejamento de pesquisa nas ciências sociais. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2003, nº1. Disponível em:

<<http://www.ic.unicamp.br/~wainer/cursos/2s2006/epistemico/01Questionario.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014

HENGEMÜHLE, A. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

LORDELO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virginia. **Avaliação educacional:** desatando e reatando nós. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Biblioteca Anísio Teixeira, Salvador: 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional** - Uma questão paradigmática. Série: Cadernos de Gestão. Vol. I Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Série: Cadernos de Gestão. Vol.III Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MACHADO, Márcia Cristina da Silva; MIRANDA, Josélia Barbosa. Autonomia e Responsabilização: um desafio para a gestão escolar. **Revista Pesquisa e Debate em Educação.** Juiz de Fora, v. 2, n.2, p.09 -16, 2012. Disponível em:

<<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/20/18>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MAINARDES. Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** 2012. Disponível em:

<http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MARTINS, Ângela Maria. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Estudos em Avaliação Educacional,** Fundação Carlos Chagas, São

Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1875/1875.pdf>> Acesso em: 19 set. 2015.

MAZZANTI, J. E. **O uso da sala de informática como suporte para o projeto de recuperação e reforço "números em ação**. 2008. 39f..(Mestrado profissional em ensino de matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em:<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074961.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MELCHIOR, M. C. **Sucesso Escolar Através da Avaliação e da Recuperação**. Ed. Premier: São Paulo, 1998.

MEIRINHOS, Manoel; OSÓRIO, António. **O advento da escola como organização que aprende: a relevância das TIC**. Instituto Politécnico de Bragança, Portugal: 2011.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote; Instituto de Inovação Educacional, 1995

NÓVOA, A. (coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1992.

OLIVEIRA, Laor Fernandes de. **Um estudo sobre as significações dos professores de ciências do ensino fundamental II da rede escolar SESI-SP atribuídas ao material didático de ciências**. Mestrado em Educação: Psicologia da Educação. PUC, São Paulo, 2013.

PARO, Bruno. **A escala Likert – coisas que todo pesquisador deveria saber**. **Netquest**, 12 de maio 2012 (online). Disponível em:<<http://www.netquest.com/blog/br/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

POLON, Thelma Lucia Pinto. Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do projeto geres: estudo longitudinal da geração escolar. **Revista Educação On-Line**. Rio de Janeiro, n. 8, p.01-21, 2011. Disponível em:<<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18051/18051.PDF>>. Acesso em: 18 set. 2015.

REZENDE, Wagner Silveira; CANDIAN, Juliana Frizzoni. Uma Exploração das Relações Entre Clima, Desempenho e Gestão Escolar no Proeb 2010. In: REUNIAO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, VII. 2013, Brasília. **Anais eletrônicos...** Avaliação e Currículo: um diálogo necessário. . Disponível em: <<http://abave.com.br/ojs/index.php/abave/article/view/15/13>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mobilidade Interna – Resultado Final. **Educação Notícias**, Belo Horizonte, 07 de abril de 2015. Disponível em:

<<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2391084>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual Ação + ID Pesquisa de Clima e Recursos Digitais**. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/746341-manual-acao-id-pesquisa-de-clima-e-recursos-digitais/>>. Acesso em: 13 out. 2014. (2014a)

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Governador reúne mais de 500 servidores e alunos da rede no Palácio Guanabara. **Educação – Notícias**, Belo Horizonte, 26 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=2254671>>. Acesso em: 10 abr. 2015. (2014b)

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Educação Conheça**. 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=140730>>. Acesso em: 10 set. 2014. (2014a)

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO RIO DE JANEIRO. Resolução Nº 5160 de 28 de novembro de 2014. **Aprova o regimento interno da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro**. (2014b)

_____. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Subsecretaria de Gestão de Ensino. **Manual de lançamentos de notas**. 2013. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157759/DLFE-0952.pdf/Manualdelancamentodenotas_2013_DIRETOR15.05.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014 (2013a)

_____. Subsecretaria de Gestão de Ensino. Portaria Nº 336, de 06 de março de 2013. **Altera dispositivos da portaria SEEDUC/SUGEN nº 316/2012, que estabelece normas de avaliação do desempenho escolar, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 07 de março de 2013 (2013b)

_____. Subsecretaria de Gestão de Ensino. Portaria nº 419, de 27 de setembro de 2013. **Estabelece normas de avaliação do desempenho escolar e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. RJ, 30 de setembro de 2013. (2013c)

_____. Subsecretaria de Gestão de Ensino. **Conexão Educação**. 2012. Disponível em: <<http://conexao.educacao.rj.gov.br/conexaoeducacao/Seguranca/Identificacao.aspx?ReturnUrl=%2fconexaoeducacao%2fdefault.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2014

_____. Decreto nº 42.838, 04 de fevereiro de 2011, **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 07 fev. 2011.

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Portaria SEEDUC/SUGEN, nº 174 de 26 de agosto de 2011. **Estabelece**

Normas de Avaliação do Desempenho Escolar, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 30 ago. 2011.

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Subsecretaria de Gestão de Ensino..Lei nº 4528, de 28 de março de 2005. **Estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/88447/lei-4528-05>>. Acesso em: 30 ago. 2014

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Subsecretária Adjunta de Planejamento Pedagógico. Portaria E/SAPP nº 48, de 02 de dezembro de 2004. **Estabelece normas de avaliação do desempenho escolar e dá outras providências.** Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de 3 de dezembro de 2004.

ROCHA, B. S. O; SOARES, F. P. SANABIO, M. T. **A importância da cultura, gestão de pessoas e qualidade na gestão escolar:** uma discussão teórica . In: Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IV, Porto/Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/BarbaraStellaOliveiraRocha_GT1_integral.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SACRISTÁN, J Gimeno; GÓMEZ A L Pérez. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública:** a re-humanização da escola. Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção Práxis). p. 36-45.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação de resultados como expressão da função social do pesquisador. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, p. 347-366, especial 1999/2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/04/pdf_515b9da872_0009767.pdf> Acesso em: 22 dez. 2015.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** Ática: São Paulo, 2010.

YACOVENCO, Maria Angelica Savian. **Recuperação escolar:** um trabalho com alunos em defasagem de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2011. Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP, Araraquara - SP Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101556/yacovenco_as_dr_arafcl.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2015

ANEXO A

RELATÓRIO PARA ACOMPANHAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Consolidado da Regional METROPOLITANA I - 1º bimestre ANO 2014

Escola	Bimestre	Série	Disciplina	Qtde. Notas < 5	% aplicou recuperação de estudos	% não aplicou recuperação de estudos
Unidade escolar 01	1º	1	Biologia	30	80,00%	20,00%
	1º	1	Língua estrangeira - inglês	16	0,00%	100,00%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	39	41,03%	58,97%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	6	83,33%	16,67%
	1º	3	Língua estrangeira - inglês	14	28,57%	71,43%
Unidade escolar 02	1º	2	Língua estrangeira - inglês	32	56,25%	43,75%
Unidade escolar 05	1º	1	Biologia	22	68,18%	31,82%
	1º	1	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	1º	1	Física	23	34,78%	65,22%
	1º	2	Física	19	73,68%	26,32%
	1º	3	Biologia	7	71,43%	28,57%
	1º	3	Física	3	0,00%	100,00%
Unidade escolar 03	1º	1	Biologia	36	75,00%	25,00%
	1º	1	História	25	80,00%	20,00%
	1º	1	Sociologia	39	30,77%	69,23%
	1º	2	Filosofia	4	50,00%	50,00%
	1º	2	Sociologia	2	0,00%	100,00%
	1º	3	Filosofia	3	33,33%	66,67%
Unidade escolar 04	1º	1	Biologia	96	65,63%	34,38%
	1º	1	Educação física	18	83,33%	16,67%
	1º	1	Física	47	29,79%	70,21%
	1º	1	Língua estrangeira - inglês	31	61,29%	38,71%
	1º	2	Educação física	21	85,71%	14,29%
	1º	2	Geografia	23	73,91%	26,09%
	1º	2	Matemática	19	63,16%	36,84%
	1º	2	Sociologia	27	70,37%	29,63%
	1º	3	Geografia	41	87,80%	12,20%
Unidade escolar 06	1º	1	Biologia	37	86,49%	13,51%
	1º	1	Língua estrangeira - espanhol	2	50,00%	50,00%
	1º	2	Arte	8	25,00%	75,00%
	1º	2	Filosofia	6	83,33%	16,67%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	5	80,00%	20,00%
	1º	2	Matemática	35	71,43%	28,57%
	1º	2	Química	22	81,82%	18,18%

	1º	2	Sociologia	25	68,00%	32,00%
	1º	3	História	35	71,43%	28,57%
	1º	3	Matemática	42	61,90%	38,10%
	1º	3	Sociologia	39	71,79%	28,21%
Unidade escolar 07	1º	2	Sociologia	14	7,14%	92,86%
Unidade escolar 08	1º	1	Educação física	10	0,00%	100,00%
	1º	2	Educação física	2	0,00%	100,00%
Unidade escolar 09	1º	1	Língua portuguesa/literatura	57	89,47%	10,53%
Unidade escolar 10	1º	2	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	18	88,89%	11,11%
Unidade escolar 11	1º	1	Geografia	20	10,00%	90,00%
	1º	1	História	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Geografia	5	0,00%	100,00%
	1º	3	Geografia	7	0,00%	100,00%
Unidade escolar 12	1º	1	Biologia	101	89,11%	10,89%
	1º	1	Geografia	55	87,27%	12,73%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	66	89,39%	10,61%
	1º	1	Matemática	46	86,96%	13,04%
	1º	2	Matemática	21	80,95%	19,05%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	12	58,33%	41,67%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	42	42,86%	57,14%
	1º	3	Produção textual	28	0,00%	100,00%
Unidade escolar 13	1º	3	Língua portuguesa/literatura	9	88,89%	11,11%
Unidade escolar 14	1º	1	Biologia	60	75,00%	25,00%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	21	80,95%	19,05%
Unidade escolar 15	1º	2	Arte	2	50,00%	50,00%
	1º	2	Educação física	13	84,62%	15,38%
	1º	2	Geografia	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Matemática	55	80,00%	20,00%
	1º	2	Sociologia	18	55,56%	44,44%
Unidade escolar 16	1º	1	Física	38	86,84%	13,16%
	1º	2	História	36	47,22%	52,78%
	1º	3	Geografia	19	84,21%	15,79%
	1º	3	História	25	8,00%	92,00%
Unidade escolar 17	1º	1	Língua portuguesa/literatura	16	87,50%	12,50%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	11	36,36%	63,64%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	6	50,00%	50,00%
Unidade escolar 18	1º	1	Língua estrangeira – inglês	14	78,57%	21,43%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	19	0,00%	100,00%
	1º	3	Língua estrangeira - inglês	37	5,41%	94,59%
Unidade escolar 19	1º	1	Educação física	8	12,50%	87,50%
	1º	3	Educação física	2	50,00%	50,00%
	1º	3	Produção textual	32	81,25%	18,75%
Unidade escolar 20	1º	1	Educação física	18	77,78%	22,22%
	1º	2	Matemática	63	50,79%	49,21%
	1º	2	Química	49	22,45%	77,55%

	1º	3	Biologia	4	75,00%	25,00%
	1º	3	Educação física	29	82,76%	17,24%
Unidade escolar 21	1º	2	Educação física	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	3	66,67%	33,33%
	1º	3	Geografia	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 22	1º	1	Língua estrangeira - inglês	48	54,17%	45,83%
	1º	2	Educação física	15	73,33%	26,67%
	1º	2	Geografia	8	75,00%	25,00%
	1º	2	História	19	78,95%	21,05%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	25	40,00%	60,00%
	1º	2	Matemática	50	84,00%	16,00%
	1º	3	Educação física	37	56,76%	43,24%
	1º	3	Geografia	26	57,69%	42,31%
Unidade escolar 23	1º	3	Matemática	13	30,77%	69,23%
	1º	1	Química	28	17,86%	82,14%
	1º	2	Química	9	0,00%	100,00%
	1º	3	Filosofia	16	81,25%	18,75%
Unidade escolar 24	1º	3	Química	3	66,67%	33,33%
	1º	3	Química	3	66,67%	33,33%
Unidade escolar 24	1º	1	Sociologia	55	52,73%	47,27%
Unidade escolar 25	1º	1	Biologia	25	40,00%	60,00%
	1º	2	Biologia	34	41,18%	58,82%
Unidade escolar 26	1º	1	Língua estrangeira - inglês	19	68,42%	31,58%
	1º	1	Sociologia	3	66,67%	33,33%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	28	46,43%	53,57%
	1º	3	Filosofia	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 27	1º	1	História	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 28	1º	2	Filosofia	59	0,00%	100,00%
	1º	2	Sociologia	63	1,59%	98,41%
	1º	3	Filosofia	34	0,00%	100,00%
	1º	3	Sociologia	16	0,00%	100,00%
Unidade escolar 29	1º	1	Física	5	0,00%	100,00%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	33	15,15%	84,85%
	1º	2	Física	4	75,00%	25,00%
	1º	2	Sociologia	2	50,00%	50,00%
Unidade escolar 30	1º	1	Educação física	1	0,00%	100,00%
	1º	1	História	6	83,33%	16,67%
	1º	1	Matemática	5	80,00%	20,00%
Unidade escolar 31	1º	1	Biologia	36	69,44%	30,56%
	1º	1	Física	34	70,59%	29,41%
	1º	1	Língua estrangeira - inglês	39	84,62%	15,38%

	1º	1	Química	47	42,55%	57,45%
	1º	2	Biologia	14	57,14%	42,86%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	22	36,36%	63,64%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	33	48,48%	51,52%
Unidade escolar 32	1º	1	Química	44	27,27%	72,73%
	1º	2	Química	17	82,35%	17,65%
	1º	3	Matemática	13	69,23%	30,77%
	1º	3	Química	5	80,00%	20,00%
Unidade escolar 33	1º	2	Filosofia	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 34	1º	2	Educação física	2	50,00%	50,00%
Unidade escolar 35	1º	1	Física	53	79,25%	20,75%
	1º	1	Geografia	21	85,71%	14,29%
	1º	2	Biologia	12	83,33%	16,67%
	1º	2	Geografia	17	82,35%	17,65%
	1º	3	Geografia	9	55,56%	44,44%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	16	68,75%	31,25%
Unidade escolar 36	1º	2	Arte	33	12,12%	87,88%
	1º	2	Educação física	13	84,62%	15,38%
	1º	3	Sociologia	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 37	1º	2	Filosofia	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 38	1º	2	Arte	53	52,83%	47,17%
	1º	2	Educação física	25	44,00%	56,00%
	1º	2	Química	45	26,67%	73,33%
	1º	2	Sociologia	88	46,59%	53,41%
	1º	3	Educação física	12	75,00%	25,00%
	1º	3	Produção textual	49	87,76%	12,24%
	1º	3	Química	24	54,17%	45,83%
Unidade escolar 39	1º	1	Sociologia	29	82,76%	17,24%
	1º	2	Filosofia	17	0,00%	100,00%
	1º	3	Filosofia	6	0,00%	100,00%
	1º	3	Sociologia	42	85,71%	14,29%
Unidade escolar 40	1º	1	Língua estrangeira - inglês	30	86,67%	13,33%
	1º	1	Sociologia	4	75,00%	25,00%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	11	81,82%	18,18%
	1º	3	Física	7	85,71%	14,29%
	1º	3	Matemática	74	54,05%	45,95%
Unidade escolar 41	1º	1	Língua estrangeira - espanhol	65	78,46%	21,54%

	1º	1	Química	118	89,83%	10,17%
Unidade escolar 42	1º	1	Educação física	6	83,33%	16,67%
	1º	1	Filosofia	10	0,00%	100,00%
	1º	3	Filosofia	6	0,00%	100,00%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	7	85,71%	14,29%
	1º	3	Química	9	88,89%	11,11%
Unidade escolar 43	1º	1	Biologia	1	0,00%	100,00%
	1º	1	Geografia	11	9,09%	90,91%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	23	4,35%	95,65%
	1º	1	Sociologia	9	0,00%	100,00%
	1º	2	Arte	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Filosofia	3	66,67%	33,33%
	1º	2	Geografia	4	50,00%	50,00%
	1º	2	Sociologia	11	9,09%	90,91%
Unidade escolar 44	1º	2	Filosofia	22	77,27%	22,73%
	1º	2	Geografia	39	89,74%	10,26%
	1º	2	Matemática	35	85,71%	14,29%
	1º	2	Química	54	16,67%	83,33%
Unidade escolar 45	1º	2	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Língua estrangeira - inglês	1	0,00%	100,00%
	1º	3	Biologia	19	89,47%	10,53%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	5	60,00%	40,00%
	1º	3	Sociologia	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 46	1º	1	Biologia	64	50,00%	50,00%
	1º	1	Geografia	50	72,00%	28,00%
	1º	1	Língua estrangeira - inglês	19	84,21%	15,79%
	1º	2	Biologia	36	36,11%	63,89%
	1º	3	Biologia	26	15,38%	84,62%
Unidade escolar 47	1º	1	Educação física	2	0,00%	100,00%
	1º	1	Química	53	79,25%	20,75%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	10	70,00%	30,00%
Unidade escolar 48	1º	1	Geografia	23	78,26%	21,74%
	1º	3	Filosofia	3	66,67%	33,33%
Unidade escolar 49	1º	1	Química	61	29,51%	70,49%
	1º	2	Química	48	39,58%	60,42%
	1º	3	Química	30	50,00%	50,00%

Unidade escolar 50	1º	1	Matemática	27	77,78%	22,22%
	1º	1	Sociologia	14	57,14%	42,86%
	1º	2	Geografia	3	66,67%	33,33%
	1º	2	Matemática	5	40,00%	60,00%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	41	87,80%	12,20%
Unidade escolar 51	1º	2	História	3	66,67%	33,33%
Unidade escolar 52	1º	1	Filosofia	5	0,00%	100,00%
	1º	2	Arte	10	60,00%	40,00%
	1º	2	Filosofia	24	0,00%	100,00%
	1º	2	Geografia	10	50,00%	50,00%
	1º	2	Química	11	0,00%	100,00%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	17	82,35%	17,65%
	1º	3	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	1º	3	Geografia	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 53	1º	1	Física	22	77,27%	22,73%
	1º	1	História	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 54	1º	1	Matemática	22	72,73%	27,27%
Unidade escolar 55	1º	1	Educação física	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 56	1º	1	Educação física	15	33,33%	66,67%
	1º	1	Matemática	79	54,43%	45,57%
	1º	2	Educação física	9	66,67%	33,33%
	1º	3	Língua estrangeira - inglês	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 57	1º	1	Biologia	4	75,00%	25,00%
	1º	1	Geografia	37	56,76%	43,24%
	1º	1	História	6	16,67%	83,33%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	39	61,54%	38,46%
	1º	1	Sociologia	3	0,00%	100,00%
	1º	2	Educação física	26	65,38%	34,62%
	1º	2	História	11	18,18%	81,82%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	33	39,39%	60,61%
	1º	2	Sociologia	11	72,73%	27,27%
	1º	3	Geografia	18	16,67%	83,33%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	41	19,51%	80,49%
	1º	3	Sociologia	13	61,54%	38,46%
Unidade escolar 58	1º	1	Biologia	20	80,00%	20,00%
Unidade escolar 59	1º	1	História	53	96,23%	3,77%
	1º	2	Biologia	56	33,93%	66,07%
	1º	2	História	36	88,89%	11,11%
Unidade escolar 60	1º	2	Biologia	25	88,00%	12,00%
Unidade escolar 61	1º	1	Educação física	6	83,33%	16,67%

	1º	1	História	18	55,56%	44,44%
	1º	3	Biologia	5	20,00%	80,00%
	1º	3	Química	9	55,56%	44,44%
Unidade escolar 62	1º	1	Geografia	1	0,00%	100,00%
	1º	1	Química	8	62,50%	37,50%
	1º	3	Educação física	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 63	1º	1	Biologia	51	76,47%	23,53%
	1º	1	Filosofia	20	65,00%	35,00%
	1º	1	Geografia	63	88,89%	11,11%
	1º	1	História	33	24,24%	75,76%
	1º	2	Biologia	40	70,00%	30,00%
	1º	2	Física	12	83,33%	16,67%
	1º	2	Geografia	48	89,58%	10,42%
	1º	2	História	26	80,77%	19,23%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	44	81,82%	18,18%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	15	13,33%	86,67%
Unidade escolar 64	1º	3	Biologia	19	52,63%	47,37%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	30	86,67%	13,33%
	1º	2	História	52	34,62%	65,38%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	47	89,36%	10,64%
	1º	2	Matemática	34	76,47%	23,53%
	1º	2	Química	26	46,15%	53,85%
	1º	3	História	21	0,00%	100,00%
Unidade escolar 65	1º	3	Química	4	75,00%	25,00%
	1º	1	Física	15	73,33%	26,67%
	1º	1	Geografia	14	50,00%	50,00%
	1º	1	História	5	60,00%	40,00%
	1º	1	Língua estrangeira - inglês	8	62,50%	37,50%
	1º	1	Língua portuguesa/literatura	12	66,67%	33,33%
	1º	2	Geografia	7	85,71%	14,29%
	1º	3	Geografia	5	20,00%	80,00%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 66	1º	3	Produção textual	1	0,00%	100,00%
	1º	2	Geografia	8	75,00%	25,00%
	1º	2	História	11	27,27%	72,73%
Unidade escolar 67	1º	2	Matemática	9	22,22%	77,78%
	1º	1	Biologia	118	62,71%	37,29%

	1º	1	Educação física	14	21,43%	78,57%
	1º	2	Biologia	80	83,75%	16,25%
	1º	2	Educação física	36	25,00%	75,00%
	1º	2	História	22	4,55%	95,45%
	1º	3	Biologia	48	47,92%	52,08%
	1º	3	Educação física	22	9,09%	90,91%
Unidade escolar 68	1º	2	Língua portuguesa/literatura	43	88,37%	11,63%
	1º	3	Produção textual	28	67,86%	32,14%
	1º	3	Sociologia	37	83,78%	16,22%
Unidade escolar 69	1º	1	Biologia	119	46,22%	53,78%
	1º	2	Resolução de problemas matemáticos	31	67,74%	32,26%
Unidade escolar 70	1º	2	Arte	30	86,67%	13,33%
	1º	2	Educação física	10	80,00%	20,00%
	1º	3	Educação física	4	0,00%	100,00%
	1º	3	Língua portuguesa/literatura	33	87,88%	12,12%
	1º	3	Produção textual	3	0,00%	100,00%
Unidade escolar 71	1º	1	Geografia	18	77,78%	22,22%
	1º	1	Matemática	9	55,56%	44,44%
	1º	2	Geografia	15	46,67%	53,33%
	1º	3	Geografia	5	0,00%	100,00%
Unidade escolar 72	1º	1	Biologia	37	78,38%	21,62%
	1º	1	Educação física	4	25,00%	75,00%
	1º	1	Química	64	71,88%	28,13%
	1º	2	Biologia	30	76,67%	23,33%
	1º	2	Geografia	9	88,89%	11,11%
	1º	2	Química	22	72,73%	27,27%
	1º	3	Biologia	13	84,62%	15,38%
	1º	3	Produção textual	3	66,67%	33,33%
	1º	3	Química	5	20,00%	80,00%
Unidade escolar 73	1º	1	Geografia	7	0,00%	100,00%
	1º	2	Geografia	2	0,00%	100,00%
	1º	3	Geografia	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 74	1º	3	Língua portuguesa/literatura	2	0,00%	100,00%
Unidade escolar 75	1º	1	Biologia	44	29,55%	70,45%
	1º	1	Física	53	79,25%	20,75%
	1º	2	Geografia	26	88,46%	11,54%
	1º	3	Biologia	27	81,48%	18,52%
	1º	3	Geografia	54	70,37%	29,63%
Unidade escolar 76	1º	1	Língua estrangeira - espanhol	15	33,33%	66,67%
	1º	2	Língua estrangeira - espanhol	11	0,00%	100,00%
	1º	2	Língua portuguesa/literatura	3	33,33%	66,67%

ANEXO B

RELATÓRIO PARA ACOMPANHAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Consolidado da Regional METROPOLITANA I - 2º bim. ANO 2014

Escola	Bimestre	Série	Disciplina	Qtde. Notas < 5	% aplicou recuperação de estudos	% não aplicou recuperação de estudos
Unidade escolar 01	2º	1	Filosofia	7	0,00%	100,00%
Unidade escolar 02	2º	3	Educação física	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 03	2º	1	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	2º	1	História	23	73,91%	26,09%
	2º	1	Sociologia	17	0,00%	100,00%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	5	80,00%	20,00%
	2º	2	Sociologia	4	75,00%	25,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 04	2º	1	Educação física	35	88,57%	11,43%
	2º	1	Geografia	32	28,13%	71,88%
	2º	2	Biologia	52	71,15%	28,85%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	2	50,00%	50,00%
	2º	2	Sociologia	8	87,50%	12,50%
	2º	3	Geografia	34	70,59%	29,41%
	2º	3	Língua estrangeira - inglês	5	60,00%	40,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	13	84,62%	15,38%
Unidade escolar 05	2º	1	Biologia	19	89,47%	10,53%
	2º	1	Educação física	2	0,00%	100,00%
	2º	1	Física	26	3,85%	96,15%
	2º	2	Física	11	45,45%	54,55%
	2º	3	Física	4	25,00%	75,00%
Unidade escolar 06	2º	1	Física	25	16,00%	84,00%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	27	88,89%	11,11%
	2º	3	Geografia	25	88,00%	12,00%
	2º	3	História	41	58,54%	41,46%
	2º	3	Sociologia	28	71,43%	28,57%
Unidade escolar 07	2º	1	Física	14	42,86%	57,14%
Unidade escolar 08	2º	1	Educação física	6	0,00%	100,00%
	2º	2	Educação física	6	0,00%	100,00%
Unidade escolar 09	2º	1	Física	60	56,67%	43,33%
	2º	1	Química	59	64,41%	35,59%
	2º	2	Matemática	14	71,43%	28,57%
	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	32	75,00%	25,00%
Unidade escolar 10	2º	1	Filosofia	2	50,00%	50,00%
	2º	1	Língua	7	85,71%	14,29%

			portuguesa/literatura			
	2º	1	Matemática	9	88,89%	11,11%
	2º	3	Filosofia	2	0,00%	100,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	16	18,75%	81,25%
Unidade escolar 11	2º	1	Geografia	13	0,00%	100,00%
	2º	1	História	13	0,00%	100,00%
	2º	2	Geografia	12	8,33%	91,67%
	2º	3	Geografia	6	0,00%	100,00%
Unidade escolar 12	2º	1	Geografia	28	89,29%	10,71%
	2º	3	Produção textual	9	77,78%	22,22%
Unidade escolar 13	2º	1	Biologia	41	78,05%	21,95%
	2º	1	Educação física	9	88,89%	11,11%
	2º	2	Educação física	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 14	2º	2	Arte	18	27,78%	72,22%
Unidade escolar 15	2º	2	Geografia	16	68,75%	31,25%
	2º	2	História	35	57,14%	42,86%
	2º	3	Geografia	13	76,92%	23,08%
	2º	3	História	29	10,34%	89,66%
Unidade escolar 16	2º	1	Educação física	23	69,57%	30,43%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	4	75,00%	25,00%
	2º	2	Língua portuguesa/literatura	7	85,71%	14,29%
	2º	3	Produção textual	5	80,00%	20,00%
Unidade escolar 17	2º	1	Educação física	4	50,00%	50,00%
	2º	1	História	7	85,71%	14,29%
Unidade escolar 18	2º	1	Educação física	20	75,00%	25,00%
	2º	1	Filosofia	23	78,26%	21,74%
	2º	1	Geografia	9	88,89%	11,11%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	17	88,24%	11,76%
	2º	2	Filosofia	22	45,45%	54,55%
	2º	2	Matemática	15	53,33%	46,67%
	2º	2	Química	38	86,84%	13,16%
	2º	2	Sociologia	3	66,67%	33,33%
	2º	3	Biologia	7	71,43%	28,57%
	2º	3	Produção textual	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 19	2º	1	Educação física	3	66,67%	33,33%
	2º	2	Biologia	9	77,78%	22,22%
	2º	2	Química	7	71,43%	28,57%
	2º	3	Biologia	15	86,67%	13,33%
Unidade escolar 20	2º	1	Educação física	3	66,67%	33,33%
	2º	1	Língua estrangeira - inglês	21	38,10%	61,90%
	2º	2	Geografia	10	80,00%	20,00%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	18	44,44%	55,56%
	2º	3	Geografia	12	75,00%	25,00%
	2º	3	Produção textual	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 21	2º	3	Educação física	1	0,00%	100,00%
	2º	3	Matemática	9	88,89%	11,11%
Unidade escolar 22	2º	2	Língua portuguesa/literatura	10	40,00%	60,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	6	83,33%	16,67%

Unidade escolar 23	2º	1	Física	47	68,09%	31,91%
	2º	1	Língua estrangeira - inglês	16	75,00%	25,00%
	2º	1	Química	69	86,96%	13,04%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	15	66,67%	33,33%
	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	24	79,17%	20,83%
Unidade escolar 24	2º	2	Matemática	12	83,33%	16,67%
	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	5	60,00%	40,00%
	2º	3	Matemática	9	55,56%	44,44%
Unidade escolar 25	2º	1	Filosofia	5	0,00%	100,00%
	2º	1	Sociologia	3	0,00%	100,00%
Unidade escolar 26	2º	2	Arte	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 27	2º	1	Geografia	5	40,00%	60,00%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	30	86,67%	13,33%
	2º	2	Geografia	2	0,00%	100,00%
	2º	2	Língua portuguesa/literatura	27	81,48%	18,52%
	2º	3	Geografia	4	50,00%	50,00%
Unidade escolar 28	2º	1	Educação física	15	86,67%	13,33%
Unidade escolar 29	2º	1	Sociologia	5	80,00%	20,00%
Unidade escolar 30	2º	3	Sociologia	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 31	2º	3	Biologia	8	87,50%	12,50%
Unidade escolar 32	2º	1	Biologia	45	60,00%	40,00%
	2º	1	História	41	82,93%	17,07%
	2º	2	Educação física	21	80,95%	19,05%
Unidade escolar 33	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	23	86,96%	13,04%
	2º	3	Matemática	38	76,32%	23,68%
Unidade escolar 34	2º	1	Educação física	15	86,67%	13,33%
Unidade escolar 35	2º	2	Língua estrangeira - inglês	20	60,00%	40,00%
	2º	3	Língua estrangeira - inglês	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 36	2º	1	Filosofia	13	0,00%	100,00%
	2º	1	História	18	88,89%	11,11%
	2º	2	Educação física	3	0,00%	100,00%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	12	75,00%	25,00%
	2º	2	Língua portuguesa/literatura	4	75,00%	25,00%
	2º	3	Filosofia	12	58,33%	41,67%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	8	0,00%	100,00%
	2º	3	Produção textual	4	0,00%	100,00%
Unidade escolar 37	2º	1	Educação física	48	20,83%	79,17%
	2º	3	Educação física	2	0,00%	100,00%
Unidade escolar 38	2º	1	Geografia	66	80,30%	19,70%
	2º	2	Geografia	38	68,42%	31,58%
	2º	2	Matemática	27	81,48%	18,52%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	17	52,94%	47,06%

Unidade escolar 39	2º	1	Biologia	53	30,19%	69,81%
	2º	2	Biologia	45	31,11%	68,89%
	2º	2	Educação física	15	46,67%	53,33%
	2º	3	Biologia	24	8,33%	91,67%
	2º	3	Educação física	24	25,00%	75,00%
Unidade escolar 40	2º	2	Geografia	9	55,56%	44,44%
	2º	2	História	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 41	2º	1	Matemática	57	87,72%	12,28%
	2º	1	Química	49	59,18%	40,82%
	2º	2	Química	41	75,61%	24,39%
Unidade escolar 42	2º	1	Física	34	29,41%	70,59%
	2º	1	Matemática	30	86,67%	13,33%
	2º	1	Sociologia	11	54,55%	45,45%
	2º	2	Filosofia	1	0,00%	100,00%
	2º	2	Matemática	12	0,00%	100,00%
	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	45	82,22%	17,78%
	2º	3	Física	4	50,00%	50,00%
Unidade escolar 43	2º	1	Biologia	16	50,00%	50,00%
	2º	1	Filosofia	2	0,00%	100,00%
	2º	1	Geografia	4	75,00%	25,00%
	2º	1	História	25	36,00%	64,00%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	9	44,44%	55,56%
	2º	2	Arte	19	73,68%	26,32%
	2º	2	Biologia	8	50,00%	50,00%
	2º	2	Geografia	6	83,33%	16,67%
	2º	2	História	14	35,71%	64,29%
	2º	2	Química	6	66,67%	33,33%
	2º	3	Biologia	5	0,00%	100,00%
	2º	3	História	4	0,00%	100,00%
	2º	3	Química	3	33,33%	66,67%
Unidade escolar 44	2º	1	Língua estrangeira - inglês	22	54,55%	45,45%
	2º	1	Matemática	11	36,36%	63,64%
	2º	2	Língua estrangeira - inglês	8	25,00%	75,00%
	2º	3	Língua estrangeira - inglês	9	44,44%	55,56%
Unidade escolar 45	2º	1	Língua estrangeira - inglês	12	83,33%	16,67%
	2º	1	Matemática	73	79,45%	20,55%
	2º	2	Biologia	12	83,33%	16,67%
	2º	3	História	2	50,00%	50,00%
Unidade escolar 46	2º	1	Biologia	7	42,86%	57,14%
	2º	2	Biologia	18	72,22%	27,78%
	2º	2	Língua portuguesa/literatura	12	50,00%	50,00%
	2º	2	Química	7	85,71%	14,29%
	2º	3	Biologia	19	63,16%	36,84%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	8	87,50%	12,50%
	2º	3	Química	2	50,00%	50,00%
Unidade escolar 47	2º	2	Biologia	5	80,00%	20,00%

	2º	3	Biologia	4	50,00%	50,00%
	2º	3	Produção textual	9	33,33%	66,67%
Unidade escolar 48	2º	1	História	16	87,50%	12,50%
	2º	3	História	4	75,00%	25,00%
Unidade escolar 49	2º	1	Química	7	57,14%	42,86%
	2º	1	Sociologia	29	3,45%	96,55%
Unidade escolar 50	2º	1	Biologia	90	82,22%	17,78%
	2º	1	Filosofia	25	76,00%	24,00%
	2º	1	Física	62	79,03%	20,97%
	2º	1	Geografia	68	89,71%	10,29%
	2º	2	Arte	29	86,21%	13,79%
	2º	2	Biologia	41	70,73%	29,27%
	2º	2	Filosofia	18	88,89%	11,11%
	2º	2	Física	27	88,89%	11,11%
	2º	2	Geografia	30	80,00%	20,00%
	2º	2	História	5	80,00%	20,00%
	2º	2	Química	38	55,26%	44,74%
	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	29	62,07%	37,93%
	2º	3	Matemática	11	81,82%	18,18%
	2º	3	Química	15	0,00%	100,00%
Unidade escolar 51	2º	1	Física	7	14,29%	85,71%
	2º	1	Geografia	9	88,89%	11,11%
	2º	1	História	5	60,00%	40,00%
	2º	1	Língua estrangeira - inglês	12	75,00%	25,00%
	2º	1	Língua portuguesa/literatura	9	66,67%	33,33%
	2º	2	Geografia	9	33,33%	66,67%
	2º	2	Sociologia	2	0,00%	100,00%
	2º	3	Física	1	0,00%	100,00%
	2º	3	Geografia	5	0,00%	100,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	1	0,00%	100,00%
	2º	3	Produção textual	1	0,00%	100,00%
	2º	3	Química	2	0,00%	100,00%
Unidade escolar 52	2º	2	Física	19	89,47%	10,53%
	2º	2	História	16	6,25%	93,75%
	2º	3	Matemática	35	80,00%	20,00%
Unidade escolar 53	2º	1	História	28	89,29%	10,71%
Unidade escolar 54	2º	2	Física	40	77,50%	22,50%
	2º	3	Educação física	2	50,00%	50,00%
	2º	3	Física	59	64,41%	35,59%
Unidade escolar 55	2º	1	Língua portuguesa/literatura	73	86,30%	13,70%
	2º	2	Língua portuguesa/literatura	35	82,86%	17,14%

	2º	3	Produção textual	19	68,42%	31,58%
Unidade escolar 56	2º	2	Resolução de problemas matemáticos	25	48,00%	52,00%
Unidade escolar 57	2º	2	Língua portuguesa/literatura	19	89,47%	10,53%
	2º	3	Biologia	6	50,00%	50,00%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	8	62,50%	37,50%
	2º	3	Matemática	2	50,00%	50,00%
	2º	3	Produção textual	7	42,86%	57,14%
	2º	3	Química	25	88,00%	12,00%
Unidade escolar 58	2º	1	Geografia	21	19,05%	80,95%
	2º	1	Matemática	14	85,71%	14,29%
	2º	2	Geografia	5	20,00%	80,00%
	2º	3	Geografia	15	60,00%	40,00%
	2º	3	Química	1	0,00%	100,00%
Unidade escolar 59	2º	1	Física	9	88,89%	11,11%
	2º	1	Química	40	75,00%	25,00%
	2º	2	Biologia	15	86,67%	13,33%
	2º	3	Biologia	12	50,00%	50,00%
	2º	3	Química	3	0,00%	100,00%
Unidade escolar 60	2º	2	História	2	50,00%	50,00%
Unidade escolar 61	2º	3	Biologia	2	0,00%	100,00%
	2º	3	Língua estrangeira - inglês	6	66,67%	33,33%
	2º	3	Língua portuguesa/literatura	3	0,00%	100,00%
Unidade escolar 62	2º	2	Filosofia	37	81,08%	18,92%
	2º	3	Geografia	5	80,00%	20,00%
Unidade escolar 63	2º	1	Geografia	36	52,78%	47,22%
	2º	1	Língua estrangeira - espanhol	12	75,00%	25,00%
	2º	2	Biologia	6	83,33%	16,67%

Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados do Sistema ConexãoSEEDUC-RJ.

ANEXO C

RELATÓRIO PARA ACOMPANHAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Consolidado da Regional METROPOLITANA I - 3º bimestre ANO 2014

Escola	Bimestre	Série	Disciplina	Qtde. Notas < 5	% aplicou recuperação de estudos	% não aplicou recuperação de estudos
Unidade 01	3º	1	Língua portuguesa/literatura	22	86,36%	13,64%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	51	11,76%	88,24%
	3º	3	Geografia	5	60,00%	40,00%
	3º	3	Língua estrangeira - inglês	18	77,78%	22,22%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	22	77,27%	22,73%
	3º	3	Produção textual	23	65,22%	34,78%
Unidade 02	3º	2	Língua portuguesa/literatura	6	83,33%	16,67%
Unidade 03	3º	1	Educação física	26	84,62%	15,38%
	3º	1	Física	38	23,68%	76,32%
	3º	1	Língua estrangeira - inglês	52	88,46%	11,54%
	3º	2	Biologia	16	81,25%	18,75%
	3º	2	Educação física	4	50,00%	50,00%
	3º	2	Matemática	27	70,37%	29,63%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	26	69,23%	30,77%
	3º	3	Língua estrangeira - inglês	4	75,00%	25,00%
	3º	3	Matemática	8	37,50%	62,50%
Unidade 04	3º	1	Biologia	19	89,47%	10,53%
	3º	1	Geografia	21	80,95%	19,05%
Unidade 05	3º	1	Física	61	0,00%	100,00%
	3º	1	Sociologia	74	43,24%	56,76%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	53	79,25%	20,75%
	3º	3	Produção textual	41	82,93%	17,07%
Unidade 06	3º	2	Sociologia	8	75,00%	25,00%
Unidade 07	3º	1	Educação física	6	0,00%	100,00%
	3º	2	Educação física	1	0,00%	100,00%
Unidade 08	3º	1	Biologia	34	17,65%	82,35%
	3º	1	Física	47	72,34%	27,66%
	3º	1	Língua portuguesa/literatura	29	89,66%	10,34%
	3º	1	Química	39	35,90%	64,10%
	3º	2	Biologia	75	48,00%	52,00%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	23	82,61%	17,39%
Unidade 09	3º	2	Geografia	20	55,00%	45,00%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	12	0,00%	100,00%
Unidade 10	3º	1	Educação física	9	88,89%	11,11%

	3º	1	Geografia	31	0,00%	100,00%
	3º	1	História	18	0,00%	100,00%
	3º	2	Geografia	24	0,00%	100,00%
	3º	3	Geografia	4	0,00%	100,00%
Unidade 11	3º	1	Biologia	23	86,96%	13,04%
	3º	2	Educação física	9	88,89%	11,11%
Unidade 12	3º	1	Educação física	10	40,00%	60,00%
	3º	1	Filosofia	9	44,44%	55,56%
	3º	3	Educação física	1	0,00%	100,00%
Unidade 13	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	3	33,33%	66,67%
	3º	3	Produção textual	10	0,00%	100,00%
Unidade 14	3º	1	Língua estrangeira - inglês	23	26,09%	73,91%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	14	21,43%	78,57%
	3º	2	Língua portuguesa/literatura	14	85,71%	14,29%
	3º	2	Matemática	25	88,00%	12,00%
	3º	3	Geografia	10	60,00%	40,00%
	3º	3	Matemática	13	84,62%	15,38%
Unidade 15	3º	1	Química	18	0,00%	100,00%
	3º	2	Química	8	0,00%	100,00%
	3º	3	Química	6	0,00%	100,00%
Unidade 16	3º	1	Biologia	30	26,67%	73,33%
	3º	1	Sociologia	30	83,33%	16,67%
	3º	2	Biologia	7	0,00%	100,00%
	3º	2	Geografia	8	75,00%	25,00%
Unidade 17	3º	1	Geografia	14	71,43%	28,57%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	2	0,00%	100,00%
Unidade 18	3º	2	Filosofia	44	0,00%	100,00%
	3º	2	Geografia	16	87,50%	12,50%
	3º	2	Sociologia	55	0,00%	100,00%
	3º	3	Filosofia	24	0,00%	100,00%
	3º	3	Sociologia	30	43,33%	56,67%
Unidade 19	3º	1	Filosofia	7	71,43%	28,57%
	3º	2	Língua portuguesa/literatura	12	50,00%	50,00%
Unidade 20	3º	1	Biologia	37	81,08%	18,92%
	3º	1	Língua estrangeira - inglês	17	70,59%	29,41%
	3º	2	Biologia	20	50,00%	50,00%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	12	66,67%	33,33%
Unidade 21	3º	1	Língua estrangeira - inglês	9	11,11%	88,89%
	3º	2	Matemática	21	76,19%	23,81%
Unidade 22	3º	2	Educação física	4	0,00%	100,00%
Unidade 23	3º	1	Matemática	19	47,37%	52,63%
Unidade 24	3º	1	Geografia	13	15,38%	84,62%
	3º	2	Geografia	10	40,00%	60,00%
	3º	2	Língua portuguesa/literatura	22	40,91%	59,09%

	3º	3	Geografia	3	0,00%	100,00%
Unidade 25	3º	2	Língua portuguesa/literatura	21	57,14%	42,86%
	3º	2	Matemática	8	87,50%	12,50%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	13	61,54%	38,46%
	3º	3	Matemática	16	50,00%	50,00%
	3º	3	Produção textual	4	0,00%	100,00%
Unidade 26	3º	2	Educação física	14	78,57%	21,43%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	24	87,50%	12,50%
	3º	3	Produção textual	10	80,00%	20,00%
Unidade 27	3º	1	História	20	75,00%	25,00%
	3º	2	Educação física	17	52,94%	47,06%
	3º	3	Biologia	38	89,47%	10,53%
Unidade 28	3º	2	Sociologia	2	50,00%	50,00%
Unidade 29	3º	2	Arte	83	51,81%	48,19%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	75	32,00%	68,00%
	3º	3	Física	13	84,62%	15,38%
	3º	3	Língua estrangeira - inglês	31	32,26%	67,74%
Unidade 30	3º	1	Filosofia	3	0,00%	100,00%
	3º	3	Filosofia	3	33,33%	66,67%
Unidade 30	3º	2	Geografia	7	85,71%	14,29%
Unidade 31	3º	1	Química	19	78,95%	21,05%
Unidade 32	3º	1	Educação física	25	24,00%	76,00%
	3º	1	Geografia	38	71,05%	28,95%
	3º	2	Geografia	23	0,00%	100,00%
	3º	3	Educação física	7	42,86%	57,14%
	3º	3	Geografia	4	0,00%	100,00%
Unidade 33	3º	1	Língua estrangeira - inglês	18	88,89%	11,11%
	3º	1	Matemática	31	80,65%	19,35%
	3º	2	Filosofia	33	78,79%	21,21%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	11	45,45%	54,55%
Unidade 34	3º	1	Geografia	36	63,89%	36,11%
	3º	2	Geografia	27	85,19%	14,81%
	3º	2	Língua estrangeira - inglês	1	0,00%	100,00%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	8	25,00%	75,00%
Unidade 35	3º	1	Biologia	59	45,76%	54,24%
	3º	1	Língua estrangeira - inglês	15	46,67%	53,33%
	3º	1	Química	53	67,92%	32,08%
	3º	2	Biologia	29	31,03%	68,97%
	3º	2	Química	42	76,19%	23,81%
	3º	3	Biologia	13	7,69%	92,31%
	3º	3	Educação física	6	50,00%	50,00%
	3º	3	Química	12	58,33%	41,67%
Unidade 36	3º	2	Língua	8	87,50%	12,50%

			portuguesa/literatura			
Unidade 37	3º	1	Educação física	7	57,14%	42,86%
	3º	2	Arte	2	0,00%	100,00%
	3º	2	Filosofia	3	66,67%	33,33%
Unidade 38	3º	1	Química	45	77,78%	22,22%
	3º	2	Química	44	79,55%	20,45%
Unidade 39	3º	1	Física	24	45,83%	54,17%
	3º	1	Sociologia	13	61,54%	38,46%
	3º	2	Matemática	7	71,43%	28,57%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	22	86,36%	13,64%
Unidade 40	3º	1	Língua estrangeira - inglês	3	66,67%	33,33%
	3º	1	Língua portuguesa/literatura	6	50,00%	50,00%
Unidade 41	3º	1	Biologia	25	52,00%	48,00%
	3º	1	Filosofia	7	0,00%	100,00%
	3º	2	Arte	9	33,33%	66,67%
	3º	2	Biologia	10	50,00%	50,00%
	3º	3	Biologia	5	0,00%	100,00%
	3º	3	Química	5	60,00%	40,00%
Unidade 42	3º	1	Sociologia	3	33,33%	66,67%
	3º	2	Arte	2	50,00%	50,00%
Unidade 43	3º	1	Biologia	15	33,33%	66,67%
	3º	1	Língua estrangeira - inglês	44	77,27%	22,73%
	3º	1	Língua portuguesa/literatura	27	66,67%	33,33%
	3º	2	Biologia	16	31,25%	68,75%
	3º	2	Língua portuguesa/literatura	9	66,67%	33,33%
	3º	3	Biologia	2	0,00%	100,00%
	3º	3	Língua estrangeira - inglês	29	51,72%	48,28%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	10	0,00%	100,00%
	3º	3	Produção textual	18	0,00%	100,00%
Unidade 44	3º	3	Biologia	9	88,89%	11,11%
	3º	3	História	9	88,89%	11,11%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	5	80,00%	20,00%
Unidade 45	3º	2	Biologia	83	73,49%	26,51%
	3º	2	Filosofia	5	80,00%	20,00%
Unidade 46	3º	1	Filosofia	6	16,67%	83,33%
	3º	1	História	10	20,00%	80,00%
	3º	3	História	10	30,00%	70,00%
Unidade 47	3º	3	Biologia	23	82,61%	17,39%
	3º	3	Matemática	6	0,00%	100,00%
Unidade 48	3º	1	Química	43	76,74%	23,26%
	3º	2	Química	33	66,67%	33,33%
	3º	3	Educação física	5	80,00%	20,00%
	3º	3	Matemática	6	66,67%	33,33%
	3º	3	Química	13	61,54%	38,46%
Unidade 49	3º	2	História	48	77,08%	22,92%
	3º	3	História	25	80,00%	20,00%
Unidade 50	3º	1	Física	6	0,00%	100,00%

	3º	1	Língua portuguesa/literatura	11	81,82%	18,18%
	3º	2	Física	2	50,00%	50,00%
	3º	2	História	8	87,50%	12,50%
	3º	2	Matemática	3	66,67%	33,33%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	1	0,00%	100,00%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	2	50,00%	50,00%
	3º	3	Produção textual	3	66,67%	33,33%
Unidade 51	3º	1	Educação física	44	77,27%	22,73%
	3º	2	Arte	95	88,42%	11,58%
	3º	2	Educação física	18	66,67%	33,33%
	3º	3	Educação física	15	73,33%	26,67%
	3º	3	Química	9	88,89%	11,11%
Unidade 52	3º	2	Língua portuguesa/literatura	44	86,36%	13,64%
Unidade 53	3º	1	Biologia	28	67,86%	32,14%
	3º	1	Filosofia	19	10,53%	89,47%
	3º	2	Biologia	7	85,71%	14,29%
	3º	2	Filosofia	17	0,00%	100,00%
	3º	3	Filosofia	26	11,54%	88,46%
Unidade 54	3º	1	Geografia	21	47,62%	52,38%
	3º	2	Geografia	17	47,06%	52,94%
Unidade 55	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	27	81,48%	18,52%
Unidade 56	3º	3	Educação física	1	0,00%	100,00%
	3º	3	Língua portuguesa/literatura	3	66,67%	33,33%
Unidade 57	3º	2	Filosofia	3	66,67%	33,33%
	3º	3	Biologia	14	35,71%	64,29%
	3º	3	Filosofia	5	80,00%	20,00%
	3º	3	Geografia	7	71,43%	28,57%
Unidade 58	3º	2	Educação física	4	0,00%	100,00%
	3º	2	Resolução de problemas matemáticos	22	40,91%	59,09%

Fonte: Elaborada pela autora baseado nos dados da SEEDUC-RJ.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Eu, tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo sobre os entraves da Recuperação de Estudos na Regional Metropolitana I recebi da Sra. Rita de Cássia Siqueira Souza responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina ao trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Que a importância deste estudo é a de analisar a implementação da Recuperação de Estudos nas escolas da Regional Metropolitana I e a expectativa é que essa avaliação possa contribuir para a definição de novas ações com vistas ao aprimoramento dessa política.

Que os resultados que se desejam alcançar são a melhoria do ensino e das metas da Regional Metropolitana I.

Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

APÊNDICE B

INSTRUMENTO DE PESQUISA COM OS DIRETORES



MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA- PPGPUFJF/CAED

DATA: ____/____/____

Prezado (a) Diretor(a),

Sou aluna do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e conto com sua colaboração para responder ao questionário que segue. O objetivo da pesquisa é analisar a implementação da Recuperação de Estudos de Forma Paralela nas escolas da Regional Metropolitana I e a expectativa é que essa avaliação possa contribuir para a definição de novas ações com vistas ao aprimoramento dessa política. Agradeço desde já a sua participação!

Sobre a Recuperação de Estudos solicito que marque o grau de concordância, com relação as assertivas a seguir, de acordo com a seguinte legenda:

- 1 – Concordo totalmente
- 2 – Mais concordo que discordo
- 3 – Mais discordo que concordo
- 4 – Discordo totalmente

Obrigada!

Assertivas do instrumento de pesquisa com os diretores

ASSERTIVAS	GRAU DE CONCORDÂNCIA			
	1	2	3	4
A divulgação sobre a Recuperação de Estudos feita pela Regional auxilia a implementação desse projeto na escola.				
As orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os profissionais na sua escola.				
O monitoramento da Regional auxilia a equipe diretiva da escola no acompanhamento da Recuperação de Estudos.				
A direção apoia a realização da Recuperação de Estudos na escola				
A direção da escola conhece o trabalho pedagógico				

realizado na escola pelos professores.				
A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.				
As ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.				
A Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.				
A Recuperação de Estudos toma muito tempo e dificulta na continuidade do currículo escolar.				
Há, com frequência, em sua unidade escolar, reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes a Recuperação de Estudos.				
A coordenação pedagógica da escola acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.				
A coordenação pedagógica de sua unidade escolar conhece a legislação referente a Recuperação de Estudos.				
A coordenação pedagógica de sua escola oferece sugestões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.				
O coordenador pedagógico se sente capacitado para orientar os professores quanto a Recuperação de Estudos.				
Os professores de sua unidade escolar concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.				
O professor está esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos.				
O clima escolar de sua escola favorece a busca de soluções compartilhadas entre seus professores.				
Há troca de experiências entre os professores relacionados à Recuperação de Estudos				
Os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos.				
A escola possui um momento próprio para conversar com os pais e responsáveis sobre a Recuperação de Estudos.				
A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos				
Os pais e responsáveis apoiam a escola dando devolutivas sobre o trabalho da escola.				
É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas.				
Os pais e responsáveis são participativos.				

APÊNDICE C

INSTRUMENTO DE PESQUISA COM OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS



MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA- PPGPUFJF/CAED

DATA: ____/____/____

Prezado (a) Coordenador(a) Pedagógico:

Sou aluna do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e conto com sua colaboração para responder ao questionário que segue. O objetivo da pesquisa é analisar a implementação da Recuperação de Estudos de Forma Paralela nas escolas da Regional Metropolitana I e a expectativa é que essa avaliação possa contribuir para a definição de novas ações com vistas ao aprimoramento dessa política. Agradeço desde já a sua participação!

Sobre a Recuperação de Estudos solicito que marque o grau de concordância, com relação as assertivas a seguir, de acordo com a seguinte legenda:

- 1 – Concordo totalmente
- 2 – Mais concordo que discordo
- 3 – Mais discordo que concordo
- 4 – Discordo totalmente

Obrigada!

Assertivas do instrumento de pesquisa com os coordenadores pedagógicos

ASSERTIVAS	GRAU DE CONCORDÂNCIA			
	1	2	3	4
O monitoramento da Regional auxilia a equipe diretiva da escola no acompanhamento da Recuperação de Estudos.				
As orientações oficiais divulgadas pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os				

profissionais da sua escola.				
A divulgação sobre a Recuperação de Estudos feita pela regional atende as demandas para a implementação na escola.				
A direção escolar apoia a realização da Recuperação de Estudos.				
A direção escolar apoia o trabalho da coordenação pedagógica referente a realização da Recuperação de Estudos.				
A direção da escola conhece bem a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pela coordenação pedagógica.				
A direção da escola conhece bem a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores.				
A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.				
As ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.				
A Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.				
A Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo escolar.				
Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas, referentes à Recuperação de Estudos.				
A coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a realização da Recuperação de Estudos.				
Conheço a legislação referente à Recuperação de Estudos.				
Ofereço sugestões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.				
Sinto capacitado para orientar os professores quanto a Recuperação de Estudos.				
Os professores de sua unidade escolar concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.				
O professor está esclarecido quanto à legislação sobre a Recuperação de Estudos.				
O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre seus professores.				
Há troca de experiências entre os professores, relacionados à Recuperação de Estudos e outros assuntos pedagógicos.				
Os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos.				
A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos.				
Os pais e responsáveis apoiam o trabalho da Recuperação de Estudos realizado pela da escola.				
É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas.				
Os pais e responsáveis são participativos.				

APÊNDICE D

INSTRUMENTO DE PESQUISA COM OS PROFESSORES



MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA-
PPGPUFJF/CAED

DATA: ____/____/____

Prezado (a) Professor(a),

Sou aluna do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e conto com sua colaboração para responder ao questionário que segue. O objetivo da pesquisa é analisar a implementação da Recuperação de Estudos de Forma Paralela nas escolas da Regional Metropolitana I e a expectativa é que essa avaliação possa contribuir para a definição de novas ações com vistas ao aprimoramento dessa política. Agradeço desde já a sua participação!

Sobre a Recuperação de Estudos solicito que marque o grau de concordância, com relação as assertivas a seguir, de acordo com a seguinte legenda:

- 1 – Concordo totalmente
- 2 – Mais concordo que discordo
- 3 – Mais discordo que concordo
- 4 – Discordo totalmente

Obrigada!

Assertivas do instrumento de pesquisa com os professores

ASSERTIVAS	GRAU DE CONCORDÂNCIA			
	1	2	3	4
As orientações divulgadas, por meio de ofício para o diretor escolar, pela Regional para a realização da Recuperação de Estudos são conhecidas por todos os profissionais da sua escola.				
A direção apoia a realização da Recuperação de Estudos				
A direção escolar apoia o trabalho da coordenação pedagógica				

referente a realização da Recuperação de Estudos.				
A direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pelos professores.				
A direção da escola conhece a qualidade do trabalho pedagógico realizado na escola pela coordenação pedagógica.				
A direção escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.				
As ações de Recuperação de Estudos são realizadas regularmente em sua escola.				
A Recuperação de Estudos auxilia na melhoria do aprendizado do aluno.				
A Recuperação de Estudos é um entrave para o cumprimento do currículo escolar.				
Há, com frequência, em sua unidade escolar reuniões de professores para discussões pedagógicas referentes a Recuperação de Estudos.				
A coordenação pedagógica escolar acompanha os resultados dos alunos após a Recuperação de Estudos.				
Conheço legislação referente a Recuperação de Estudos.				
Ofereço sugestões pedagógicas referentes à Recuperação de Estudos.				
Sinto capacitado para orientar os professores quanto a Recuperação de Estudos				
Os professores de sua unidade escolar concordam que a Recuperação de Estudos é uma ferramenta necessária para aprendizagem dos alunos.				
O professor está esclarecido quanto a legislação sobre a Recuperação de Estudos.				
O clima escolar de sua escola favorece a inovação e a busca de soluções compartilhadas entre os professores.				
Há troca de experiências entre os professores sobre a Recuperação de Estudos.				
A unidade escolar elabora projetos que contemplem a implementação da Recuperação de Estudos.				
Os pais e responsáveis conhecem a Recuperação de Estudos.				
A escola comunica aos responsáveis quando os alunos estão em Recuperação de Estudos				
Os pais e responsáveis apoiam e auxiliam o trabalho realizado pela escola no que tange a Recuperação de Estudos.				
É debatido com os pais e responsáveis questões pedagógicas da escola.				
Os pais e responsáveis são participativos.				